

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**NORMANDO JORGE DE ALBUQUERQUE MELO**

***“Não contavam com a minha astúcia” –  
ensaio sobre uma experiência de cidade***

**ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Aparecida Lopes Nogueira**

Recife  
2007

NORMANDO JORGE DE ALBUQUERQUE MELO

***“Não contavam com a minha astúcia” –  
ensaio sobre uma experiência de cidade***

Dissertação orientada pela Prof<sup>a</sup>.  
Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Lopes  
Nogueira, apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia da Universidade  
Federal de Pernambuco, como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre.

Recife  
2007

**M528n Melo, Normando Jorge de Albuquerque**

**Não contavam com a minha astúcia – : ensaio sobre uma  
experiência de cidade. – Recife: O Autor, 2007.**

**149 folhas: il., fotos, imag.**

**Orientadora: Maria Aparecida Lopes Nogueira**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de  
Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em  
Antropologia. Recife, 2007.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Antropologia – Cidade – Astúcia – Situação de palafitas.  
2. Pernambuco – Recife – Hortas urbanas. 3. Espaço – Imagem  
– Poder. I. Título.**

**39  
306**

**CDU (2.ed.)  
CDD (22.ed.)**

**UFPE  
BCFCH2007/06**

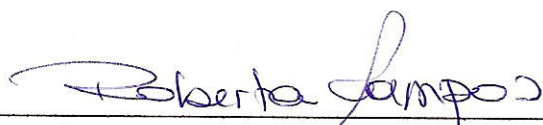
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**BANCA EXAMINADORA**



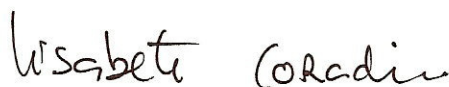
---

Profª. Drª. Maria Aparecida Lopes Nogueira (Orientadora) –  
PPGA/UFPE



---

Profª. Drª. Roberta Campos (Titular Interna) –  
PPGA/UFPE



---

Profª. Drª. Lisabete Coradini (Titular Externa) –  
PPGCS/UFRN

**DISSERTAÇÃO DEFENDIDA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2007.**

Para DANIEL, meu grande amigo de todos  
esses anos gloriosos. Conhecer-te foi a  
maior felicidade que encontrei nesta vida.  
Tu, um anjo da minha guarda.

## AGRADECIMENTOS

Este é o melhor momento de um trabalho de pesquisa: agradecer. É o mais prazeroso: coisa boa reconhecer o mérito das pessoas de mérito! O mais feliz: coisa boa saber que não estivemos sós nas nossas caminhadas aparentemente solitárias! Apesar disso, não sei se esta secção desfruta da mesma atenção concedida pelos autores e leitores, aos capítulos de discussão teórico-metodológica. Sei que coisa boa é agradecer, e é este sentimento de gratidão que desejo compartilhar, mesmo com aqueles que não fazem parte desta lista composta de rostos anônimos para muitos, mas de ombros ilustres para mim.

Não somos ilhas, é isto que este momento atesta. As poucas páginas desta secção, que não representa quase nada no corpo total do trabalho final, marcam o caráter coletivo de nossas produções e reivindicam a integralidade ciência-vida. Nenhum trabalho se realiza fora da dimensão da coletividade (humanos e não-humanos). Mesmo aqueles mais intimistas não são, senão, produtos de esforços conjuntos entre cooperadores que em grande escala nem se conhecem, aos quais só é possível agradecer genericamente, reconhecendo que existem – este reconhecimento permite-nos reconstruir nossas trajetórias em moldes mais coletivos – aos outros, companheiros de (per)curso, desde já agradeço a dedicada companhia. Sempre gentis e generosos, souberam ser companheiros de forma plena.

Acolheram-me em todos os momentos da minha caminhada: na retidão e nos desvios, nas paradas e aceleradas, nos tropeços e tombos, sempre apoiando e ajudando a seguir. Através dos incentivos morais e da ajuda especializada criaram a atmosfera de acolhimento necessária para a realização deste trabalho. Alguns eu requisei mais, outros

menos, mas sabia que estavam lá. Alguns me ajudaram a sair dos labirintos da pesquisa, outros dos meus próprios labirintos. A uns eu disse muito, a outros não contei nada, mas a mesma audiência me dispensaram. Com uns planejei muitas programações, com outros me encontrava casualmente. Amigos antigos e novos, da rua e da sala, da casa e da universidade, sem a atenção, o estímulo, a força e o afeto deles, este trabalho não teria sido possível.

Começo meus agradecimentos por Dôra, querida amiga e professora, cujo espírito de luta, integridade, competência e força, fazem dela um grande exemplo de vida. É sempre uma honra estar ao seu lado. Agradeço a Cida e a Jarbas, minha orientadora e o seu marido, pelo apoio, pelo estímulo, pela generosidade, pela confiança irrestrita e pela aposta de sempre, por me receberem em sua casa... serei sempre grato. Tenho muito orgulho de nossa amizade, e sinto-me especial por ela. Agradeço também a Profª Roberta Campos por suas preciosas contribuições na pré-banca desta dissertação e pela atenção de sempre.

Também serei sempre grato aos “meus meninos”, ex-alunos e colaboradores do projeto de animação cultural, e agora amigos da Rua do Hospício e de todos os lugares. Com eles aprendi muito: Ícaro, Ronaldo, Bolinho, Thiago (que registraram em vídeo as entrevistas desta pesquisa), Tallita, Józmo, Jonatas, Robson, Cristiano, Júnior, Haroldo, Gervásio, Wagner, Felipe, João Paulo, Betinho. É muito bom saber que tenho esse carinho e poder retribuir com o mesmo carinho.

Carinho também por Mercês (a Fátima), Márcio (o Abreu), Lenira (a Pereira), Maurício (o Bernardino), Jacira (a Cardin), Fernanda (a Meira), Jeíza (a Saraiva), Bruno (o Santiago), Aislan (o Queiroz), Cecília (a Rito), Fernando (o Semente), Karina (a Leão),

Ronaldo (o Moura), Manuel (o Souza), Felipe (o Peres), Bárbara (a Luna), Breno (o Bittencourt), Natália (a Paulino), Mariana (a Xucuru), Kleiber (o Lira), Victor (o Rodrigues), Laiziane (a Soares), Rogers (o Farias), Alexsandra (a Mergulhão), Márcio (o “Legal”), Carol (a Burgos), Ricardo (o Alexsandro), Helton (o Fernando), Leonardo (o Lima). Vocês são ótimos!

Agradeço a minha turma de Mestrado (grande acolhida!). Ao meu queridíssimo Lula (que dignidade!). É para mim uma honra saber-me seu amigo. Obrigado Marina, pelas belas fotos que ilustram a capa e o corpo desta dissertação, e pela linda amizade que brilha todos os dias! Obrigado Júlia e Rodrigo! Obrigado Almir! Obrigado Alberto (amizade antiga)! Obrigado Bruno França (amizade nova)! Obrigado também aos amigos Gianno (companheiro de tantas RBAs), Abrahão, Rafael, Tiago, Fábio, que se misturam no mesmo caminhar! Obrigado Rodrigo Galvão e Anderson Antunes, é sempre um prazer! Obrigado Regina pela cortesia de sempre! Obrigado Vanessa Maschio pela disponibilidade de sempre! Obrigado Newton Velozo e Vicente Calheiros que tão prontamente me receberam! Obrigado Christian Kasper e Rúbio Ferreira pela prestimosidade com que disponibilizaram sua tese e seu relatório, respectivamente! Obrigado aos 7 agricultores, que dedicaram várias de suas horas a esta pesquisa, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que a financiou!

É, sem dúvida, uma grande alegria poder dividir os créditos desta produção com todos vocês!



*“Antes, aqueles morros não tinham nomes. Foi pra lá o elemento homem, fazendo barraco, batuque e fezinha. Nasceu Mangueira, Salgueiro, São Carlos e Cachoeirinha”.*

**(Aqueles Morros – Bezerra da Silva)**

*“O procedimento mais legítimo do espírito é o que se esforça por apreender, mais do que a verdade das coisas, o movimento das coisas”.*

**(O Homem e a Morte – Edgar Morin)**

## RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do eixo temático cidade-espço-imagem-poder. Nela, buscou-se “dar a ver” em primeiro plano, a cidade como uma importante e complexa experiência de (des)humanidade (e a condição do humano nela implicado); e em segundo plano, as circunstâncias do processo de produção desta pesquisa. Deste modo, tal pesquisa pretende ser uma contribuição antropológica importante na crítica da cidade e da antropologia. Ela tomou como referencial empírico a emergência de “hortas” e “agricultores” nos interstícios do “Contorno do Recife” na órbita da CEASA, onde foi identificado um processo de reapropriação/reinvenção do espaço pelo/para o uso do trabalho, para o qual concorriam as “astúcias”. A “história de vida” e a “observação direta” foram adotadas como recurso metodológico para apreender este “movimento”, seus “atravessamentos”, e as “tensões” deles decorrentes; oferecendo subsídios que permitiram visualizar a sociodinâmica da estigmatização, e desenvolver “idéias genéricas”, como princípios geradores de conhecimento e compreensão, dentre os quais se destacou a “situação de palafitas”. Tudo isto foi posto a serviço de um hercúleo exercício de problematização, contextualização, diálogo, vigilância, criatividade e, principalmente, sinceridade, aproximando a situação pesquisada da situação de pesquisa através de um sistema de referência sincro-diacrônico: “o antes”, “a chegada”, “o durante” e “o depois”. Trata-se, sobretudo, de uma aposta no belo pleonasmo que nos fala de uma Antropologia Geral, empenhada em “refazer o todo”.

**Palavras-chave:** “Antropologia”, “Cidade”, “Recife”, “Astúcia”, “Situação de Palafitas”.

## ABSTRACT

This research thematic sphere of action is the set city-space-image-power. Firstly, the intention is “to show” the city as an important and complex (de)humanization experience (and the human condition which is implied in it); and secondly, to point out the circumstances of production involved in the entire inquiry process. The result of this double effort is to give an important critical contribution to city and anthropological literatures. The research takes as empiric reference the “gardens” and “gardeners” emergence in “Recife’s contour” interstices, on CEASA outskirts, where was identified an appropriation/recreation process of the space through and for the usages of work, and among them were recognized the “astuteness”. “Life history” and “direct observation” were engaged as methodological resources to apprehend the movement observed, as well theirs “transverseness” and “tensions”, what made possible the appearance of useful materials to visualize the socio-dynamic stigmatas, and to develop “general ideas” as gerative principles of knowledge and comprehension, from among the “situation of the palafitas” appeared to be prominent. All this was put into service of the a miraculous work of problematization, contextualization, dialogue, vigilance, creativity, and, above all, sincerity, approximating the situation of the inquiring and the inquiry of the situation through a synchronic-diachronic system of reference: the previous time, the arrival, the process and the later on. Above all, it’s a bet on the beautiful pleonasm which states the possibility of General Anthropology engaged in “redoing the whole”.

**Keywords:** “Anthropology”, “City”, “Recife”, “Astuteness”, “Situation of the Palafitas”.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1:</b> Manipulação de imagem de satélite 1.....	32
<b>Ilustração 2:</b> Manipulação de imagem de satélite 2.....	52
<b>Ilustração 3:</b> Escultura ao fundo.....	53
<b>Ilustração 4:</b> Escultura em destaque.....	53
<b>Ilustração 5:</b> Canteiros de alface.....	73
<b>Ilustração 6:</b> Canteiros de alface 2.....	74
<b>Ilustração 7:</b> Manipulação de imagem de satélite 3.....	76
<b>Ilustração 8:</b> Manipulação de imagem de satélite 4.....	79
<b>Ilustração 9:</b> Ponto comercial de Tiago.....	87
<b>Ilustração 10:</b> Casas encostadas ao muro da CEASA nas margens da BR 232.....	104
<b>Ilustração 11:</b> Sede da horta de João e Lucas ( <i>loop A</i> ).....	107
<b>Ilustração 12:</b> Sede da horta de Tiago ( <i>loop B</i> ).....	108
<b>Ilustração 13:</b> “Quebra” (colheita) do quiabo.....	111
<b>Ilustração 14:</b> Hortas de alface e cebolinho.....	112
<b>Ilustração 15:</b> Relação das hortas com a rodovia ( <i>loop A</i> ).....	120
<b>Ilustração 16:</b> Sede camuflada (fora dos <i>loops</i> ).....	123
<b>Ilustração 17:</b> Relação do ponto comercial de Tiago com a rodovia ( <i>loop B</i> ).....	124

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 Prolegômenos de uma problematização: <i>Cidade, uma experiência humana</i>.....</b>	<b>22</b>
<b>3 O ANTES – “<i>Já conhecia tudo já... eu comecei a trabalhar com 8 anos de idade, com enxada lá</i>”</b>	
3.1 <i>COMO-VI-VER A CIDADE</i> .....	40
3.2 “ <i>PRA CORRER ENTRE OS CANTEIROS</i> ”.....	52
<b>4 A CHEGADA – “<i>Eu vim pra cá com essa intenção, de trabalhar também assim, a mesma coisa</i>”</b>	
4.1 <i>O CAMPO DAS ASTÚCIAS</i> .....	67
4.2 <i>AS ASTÚCIAS DO CAMPO</i> .....	90
<b>5 O DURANTE – “<i>Enquanto os home não inventa de pôr a gente pra fora</i>”</b>	
5.1 <i>A FLOR</i> .....	102
5.2 <i>A NÁUSEA</i> .....	118
<b>6 O DEPOIS – “<i>O futuro é pouco</i>”.....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade sempre esteve no eixo das inquietações de cientistas e artistas de vários tempos e lugares. Músicos, pintores, poetas, geógrafos, historiadores, antropólogos, cada um ao seu modo, viu e deu a ver a cidade, formando um grande mosaico de fisiognomias. De minha parte, busquei nesta pesquisa, “dar a ver”, em primeiro plano, a cidade como uma importante e complexa experiência de (des)humanidade (e a condição do humano nela implicado); e em segundo plano, as circunstâncias do processo de produção da pesquisa. Neste sentido, apresento este estudo como uma contribuição antropológica importante na crítica da cidade, e da antropologia – tentando atender as novas exigências do trabalho antropológico.

A antropologia iniciou-se como disciplina estudando grupos exotizados e geograficamente distantes. Muito já se disse sobre o seu passado imperialista, colonizador, etnocêntrico, racista (LeClerc, 1973; Mercier, S/D; Wolf, 2003a). Se um dia a antropologia precisou ir para longe para se estabelecer como disciplina, há tempos que os antropólogos caminham pelas cidades. No entanto, inesgotável, a cidade continua fascinando como um campo de pesquisas e de vivências. O meu interesse por ela não é novo. Tenho me dedicado há algum tempo ao eixo temático cidade-imagem-espço-poder, no âmbito do qual situo esta pesquisa, como um desdobramento dos problemas que levantei no meu trabalho de conclusão de curso de graduação no Bacharelado em Ciências Sociais (Melo, 2004), quando vi se desenrolar, pela primeira vez, o drama da cidade que diariamente paga o seu tributo à teatralidade.

A observação da experiência habitacional de duas comunidades ribeirinhas no Recife – Ponte do Limoeiro e Palafitas da Madalena – que realizei em função daquele trabalho, permitiram-me desenvolver um aparato teórico-metodológico de grande valia para o trabalho atual. A pesquisa nos alagados revelou uma paisagem complexa marcada pelo intenso dialogismo ordem-desordem, no qual estão em jogo várias formas de esconder e de localizar. “Enfiado na lama”, pude ver a criatividade, o confronto, o contra-uso, o enfrentamento, o desvio, a divergência, a desobediência, a contra-ordem, a desordem, a disputa, a contestação, as várias formas de reapropriação do lugar que culminam com um processo de reinvenção cotidiana do espaço, e das próprias vidas nele implicadas.

A cidade apresentou-se não com a exterioridade insular absoluta, que as ciências imputam aos seus objetos e que os cientistas acreditam praticar; mas como uma experiência integral e integradora, do humano que a cria, pratica, vive, transforma e se transforma com ela, segundo entendeu Silva (2003). Teia de aranha viva. Assim tratada, a cidade torna-se o *locus* privilegiado para o desenvolvimento de uma antropologia que pretende pensar a própria condição humana. Tal foi a perspectiva/expectativa que me levou a insistir na investigação dos processos de reapropriação/reinvenção do espaço e dos seus múltiplos sentidos.

Entendo que estes processos podem ser observados em todas as cidades, senão em boa parte delas, tendo inumeráveis referências históricas. No tempo e no espaço este fenômeno se irradia e vai ganhando especificidades e sentidos locais que não lhes desligam. No entanto, por estas mesmas especificidades e sentidos locais, o Recife (com todo o narcisismo de uma cidade que se olha nas águas de seus rios) mostrou-se o espaço privilegiado para esta observação, basta

lembrar o tratamento que a cidade deu aos mocambos e mocambeiros<sup>1</sup>. Na década de (19)30, foi criada a Liga Social Contra os Mocambos, “*inicialmente uma entidade privada, que se intitulava humanitária, cuja finalidade seria erradicar os mocambos e casebres do Recife, incentivando a construção de casas populares*” (Barreto, 1990: 71). Essas construções eram feitas em locais distantes do centro da cidade, afastando os mocambeiros das áreas estratégicas, do ponto de vista do acesso ao emprego e à infra-estrutura urbana, onde eles estavam fixados – limpando a cidade do elemento socialmente poluente. Essa mudança pois, mesmo que para casas em “melhores condições”, significava a oneração das famílias, e o comprometimento de sua sobrevivência. Não sem razão, houve resistência, e os alagados do Recife foram o palco de uma sangrenta disputa.

A Liga foi extinta na década de (19)40, mas a lógica “higienista” subjacente ao seu projeto ainda sobrevive nas nossas cidades. Em São Paulo, registra-se a proliferação de um tipo de “associação de moradores” (a exemplo da Associação de Moradores e Comerciantes da Mateus Grou), cujo objetivo “*era tirar mendigos, traficantes, usuários de drogas e pessoas violentas debaixo do viaduto, para melhorar a imagem da rua*” (Baitz, 2006: 22). Ela está presente tanto nas intervenções diretas no espaço urbano que tentam inviabilizar a presença de moradores de rua, implementando um paisagismo descrito pela imprensa como “arquitetura antimendigo”<sup>2</sup>; quanto na legislação urbanística que criminaliza certos usos dos espaços e os reserva para o capital imobiliário.

Supressão de marquises, planos inclinados, instalação de canteiros e de *sprinklers* (aspersores de água), e até despejo de óleo queimado no chão, estes são alguns dos recursos

---

<sup>1</sup> Chacon, 1959; Bezerra, 1965; Castro, 1967; Andrade, 1979; Moura, 1990; Barreto, 1990; Bernardes, 1996.

<sup>2</sup> *Folha de São Paulo*, “Cidade cria arquitetura antimendigo”, 2 de Setembro de 1994.



utilizados. Mecanismos perversos que tentam manter a pobreza longe das áreas mais bem urbanizadas das cidades, como diz Rolnik (2004), e que se ocultam sob o “humanitarismo” dos argumentos dos nossos “guardiões públicos”. Segundo Quinn (2001), os “guardiões públicos”, sabendo o que é melhor para os moradores de rua, tornam suas vidas nas ruas insuportáveis, para que eles “deixem” de morar lá. “Essa é sua maior bondade”.

A histórica experiência espacial do Recife permitiu-me pensar uma ordem frágil, uma cidade inteira em “situação de palafitas”. Antes de ser um conceito, a “situação de palafitas” é uma imagem a qual recorri como modo de aproximação, para “dar a ver” as fragilidades que envolvem as situações pesquisadas e as situações de pesquisa na mesma teia de incertezas. A fim de evitar o aprisionamento desta imagem a uma forma de morar específica, e tratá-la como uma forma de compreender uma experiência humana mais ampla, é que o processo ao qual me dediquei nesta pesquisa não é o mesmo que observei nas margens do Rio Capibaribe do Recife, nem se resume a sua dimensão habitacional. No entanto, há uma interessante relação de continuidade entre eles, explorada aqui de forma responsável. A moradia é apenas uma expressão das reapropriações/reinvenções que podem ser observadas na interação com os espaços, e das quais identifico ainda, o trabalho, o lazer e a fé, como expressões igualmente importantes e bem menos separadas entre si do que estão sendo aqui apresentadas por mim.

Vê-se a marquise que se torna casa quando chega a hora de dormir, caixas de papelão improvisando a cama. Ao amanhecer, vê-se os semáforos que se tornam pequenos pontos de compra e venda de diversos (da fruta até a capa para celular), as bancas de frutas e verduras nas calçadas, os tabuleiros de produtos importados, as carroças de alimentação. Ruas tornam-se trajetos de fé, nas praças se faz a “pregação”, nas encruzilhadas deixam-se oferendas. Na calçada

mais larga se encontra a turma do dominó, da dama, do xadrez, do *skate*. Ou então, na calçada se dorme, sob a marquise se vende, nos semáforos se prega, nas encruzilhadas se joga. As possibilidades são inúmeras, embora não ilimitadas, de modo que me deparei com o desafio de investigar os subterrâneos destas práticas espaciais: suas bases, procedimentos, efeitos e possibilidades, conforme sugere De Certeau (1994).

Jamais ambicionei esgotá-las, tampouco o tempo, os recursos e a energia disponíveis para esta pesquisa, permitiriam cobrir todas essas expressões na sua horizontalidade e nas suas verticalidades. Escolhi para a minha observação um processo de reapropriação/reinvenção do espaço pelo/para o uso do trabalho, que se desenvolve em dois *loops* que interligam a BR-101 e BR-232 no “Contorno do Recife”, nas proximidades da CEASA (Central de Abastecimento Sociedade Anônima), onde pude observar a emergência de “hortas” e “agricultores” – sabendo que o processo em questão é muito mais amplo do que esta pesquisa se propôs a investigar. Para marcar as minhas escolhas, é preciso dizer que esta investigação não se interessou em problematizar o seu campo no âmbito de uma antropologia (ou sociologia) da agricultura, embora me causasse alegria vê-la subsidiar o esforço de outros neste sentido.

Procurei sim, situá-los (hortas e agricultores) aos olhos do belo pleonasmo que nos fala de uma antropologia geral, como uma experiência humana permeada de mediações, que se traduziu em uma forma de inserção no espaço urbano e em um modo astucioso de ocupá-lo – uma “arte do viver”. No entanto, penso que este processo só pode ser compreendido quando olhamos para o complexo do qual ele faz parte; não se pode, portanto, separar atores, práticas, cenários, do conjunto das relações que os tecem e que eles tecem, sob pena de perdermos de vista aquilo

mesmo que desejamos observar: o dialogismo ordem-desordem na produção do espaço urbano e a condição do humano implicado neste processo.

Ora, do mesmo modo que um corte mal feito põe a perder um tecido (os alfaiates sempre souberam disto), um recorte mal dado pode comprometer a integridade do objeto (os cientistas deveriam saber disto). Assim, tentando sempre uma série de articulações que permitissem pensar o objeto para além das fronteiras do caso e remetessem a uma experiência humana mais ampla, dando a ver esta cidade complexa, inseri o caso em uma sequência de recortes dinâmicos que priorizaram as relações próprias do/com o objeto. Esta articulação permitiu-me estabelecer um importante diálogo entre os agricultores do “Contorno do Recife”, e as questões espaciais mais amplas que marcam a(s) cidade(s); construindo uma trança que não desconectou todo-parte. Começa a ser delineado, desde já, o caminho desta pesquisa.

A pesquisa seguiu através de intensa observação direta nas áreas escolhidas, de conversas informais com os agricultores dos *loops* (“campo focal”) e com os advogados, engenheiros e técnicos-administrativos, das várias agências que compuseram o que passei a chamar de “campo expandido”. Seguiu através de entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida, registros gráficos e áudio-visuais, mapas e esquemas variados (inseridos no corpo do texto), e levantamento bibliográfico. Através de tudo isso que comumente é registrado nos trabalhos acadêmicos, mas também dos grupos de estudo, reuniões de orientação, salas de aula, participação em congressos, da minha experiência de vida, de pesquisa e de cidade, e dos *insights* – esse vento que movimenta o barco da pesquisa, sem o qual nos perderíamos na calmaria.

Tudo isso foi posto a serviço de um hercúleo exercício de problematização, contextualização, diálogo, vigilância, criatividade e, principalmente, de um exercício de sinceridade, admitindo os limites e explorando as possibilidades da pesquisa. Continuando este exercício, tentei aqui reconstruir o percurso da pesquisa, contar a minha busca, “as chuvas que apanhei, as noites que vareei (...) as marcas que ganhei, nas lutas contra o rei, nas discussões com Deus”<sup>3</sup>. Penso que o “científico” deve primar pela explicitação das regras de sua produção e permitir ver os “atravessamentos” que lhe compõem, erodindo a ciência tacitamente aceita como verdade livre de falsificação e das mediações que envolvem as condições de sua (re)produção.

Dividi a dissertação em quatro partes, ou “momentos em movimento”, aproximando os momentos e movimentos da pesquisa dos momentos e movimentos pesquisados, as astúcias do campo do campo das astúcias, o processo de produção da pesquisa do processo de produção das hortas e dos agricultores, a minha trajetória da trajetória dos agricultores e dos *loops* do “Contorno do Recife”. Os quatro “momentos em movimento” são situados em relação a ocupação destes *loops*: “O Antes”, “A Chegada”, “O Durante” e “O Depois”. Chamo atenção ainda para um pequeno capítulo introdutório que intitulei “Prolegômenos de uma problematização: a cidade, uma experiência humana”. Ele inicia a sequência do movimento fazendo uma apresentação geral de minhas questões de pesquisa e oferecendo as primeiras imagens do campo pesquisado.

A opção por esta estratégia narrativa não é gratuita, mas uma exigência própria do contexto da pesquisa, e dos propósitos e compromissos que ela assumiu. A recomendação de Malinowski (1986), que ainda é a forma habitualmente praticada, separa o lido (teórico) do

---

<sup>3</sup> *Sem Fantasia* - Chico Buarque

observado (empírico); quando priorizamos as trajetórias, dobramos o lido e o observado, um sobre o outro. Considerando as relações de limites e possibilidades entre forma e conteúdo, acredito que a estratégia adotada aqui oferece maiores e melhores chances de exercitar a problematização, a contextualização, o diálogo, a vigilância, a criatividade e a sinceridade, de reintegrar vida e idéias. A imagem domesticada oferecida pela forma habitual é substituída por uma imagem indomável, que se desfaz à medida que é capturada. Devemos buscar sempre novos caminhos, ainda que aqueles já conhecidos sejam mais “seguros”.

Cada um dos quatro “momentos em movimento” (com exceção do último – O Depois) está desdobrado em duas partes menores, que conservam a independência de uma pegada deixada para trás, mas que se articulam no decorrer da caminhada. O primeiro deles – “O Antes” – situa o meu interesse pelo problema a partir do meu já referido trabalho de conclusão de curso. É o meu antes, mas é também, o antes dos agricultores, e o antes do espaço, nossa memória. “A Chegada” segue esta mesma lógica, conta a nossa (minha e deles) chegada em campo, como o espaço nos conquistou e foi conquistado por nós “astuciosamente”. Aqui eu relato a experiência dos primeiros contatos, o reconhecimento dos “atravessamentos” e da necessidade do “campo expandido”, deixando o pé a postos para o próximo passo.

No “momento em movimento” seguinte – “O Durante” – situo o conflito entre as “táticas” que brotam na cidade e as “estratégias” que tentam esterelizá-la, e ofereço a imagem da “situação de palafitas”. Nele eu apresento os resultados mais específicos da observação dos suaves modos do dia-a-dia nas margens da rodovia, a experiência cruzada do antropólogo e dos agricultores entre os canteiros, os desafios que um e outro enfrentam no cotidiano: “labirintos”, “conflitos”, “pragas”. “O Depois” ocupa o lugar da conclusão, mas não segue o seu *script*. Entendo que a

forma como conduzi a pesquisa e a apresentei dispensa a conclusão no seu sentido mais formal. Trata-se muito mais de avaliar a experiência da caminhada em um longo-curto olhar para trás, e reconhecer esta experiência para viabilizar saídas do labirinto.

Passo a passo tento reconstruir o caminho que fui fazendo ao andar. Caminho linear-meandrante marcado por paradas e acelerações, tropeços e tombos, desistências e retomadas, voltas e (re)voltas, continuidades e discontinuidades. Uma caminhada que realizei sozinho, mas de nenhum modo solitário. Estiveram comigo velhas paixões: Erving Goffman (e o “controle” das aparências), Mary Douglas (e o “controle” das “poluições”) e Georges Balandier (e a vitalidade da desordem), bem como, Baiano, Severina e Ubiratan (e a cidade anfíbia que eles representam); e paixões novas: Michel De Certeau (e as “astúcias”), Bruno Latour (e a “translação”), Claude Lévi-Strauss (e a “bricolage”), além de Marcos, Tiago, Paulo, Pedro, João, Lucas e Mateus (que sob estes nomes fictícios falam de suas experiências de cidade). Todos eles desencaminhados em função dos buracos negros de um campo que de todas as formas representa um nó. Além deles, muitos outros, a maioria, que foi mobilizada de acordo com a ocasião.

Procurei mapeá-los reconhecendo em notas as mínimas contribuições. Em especial, queria ressaltar aqui, a contribuição de Marcel Mauss na produção desta dissertação. Ele não ocupou muito espaço no texto geral, mas inspirou parte das escolhas que fiz no decorrer da pesquisa. O “fato social total”, muito mais um modo de ver do que um dado, colocou-me diante do desafio de “refazer o todo”. Não creio que a impossibilidade inviabilize a busca. O desejo pelo que está além das mãos não deve ser inibido pelo comprimento dos braços, devemos procurar atividades que exijam sempre mais de nós. Para Morin (S/Da), é preciso conservar a consciência do todo enquanto todo.

Ainda na esteira de Mauss (1988), preocupei-me fundamentalmente em oferecer “indicações”, mais do que apresentar um trabalho acabado. É, sobretudo, como um ensaio que apresento este trabalho de pesquisa, no sentido de que é uma tentativa, uma experiência – um ensaio sobre uma experiência de cidade.

## 2 Prolegômenos de uma problematização: *Cidade, uma experiência humana*

A cidade é, antes de tudo, uma experiência do humano no/com o mundo e de (des)humanização do mundo. Foi assim que ela se apresentou para mim antes de se tornar o meu tema de pesquisa, como uma experiência muito pessoal, parcial, concreta e real, e ao mesmo tempo, coletiva, total, abstrata e irreal. Esta consideração tem, pelo menos, duas implicações importantes. A primeira delas é que a cidade passa a ser vista como expressão da própria condição humana, atendendo “*a desejos e necessidades tanto conscientes quanto inconscientes*” (Santos, 1998: 77). Inscritos nela, sob o signo da fragmentação e do inacabamento, estão os sonhos, os desejos, os projetos humanos, as suas ansiedades, angústias e medos, as conquistas e as perdas, suas escolhas, trajetórias e memórias.

A segunda implicação é que, como experiência humana e de (des)humanização, a cidade não é uma exterioridade insular absoluta ao homem. Um habita o outro em um corpo a corpo diário, em que se misturam o aço e o concreto dos edifícios com o sangue e os ossos dos homens, no processo de construção dos lugares. “*A cidade está no homem quase como a árvore voa no pássaro que a deixa*” (Gullar, 1999: 274). Ela se mostra, portanto, a “*coisa humana por excelência*” (Lévi-Strauss, 1970: 117), mas não apenas humana. “*Em sentido algum se pode dizer que os humanos existem como humanos sem entrarem em contato com aquilo que os autoriza e capacita a existir (ou seja, agir)*” (Latour, 2001: 221). A cidade verdadeiramente antropológica surge da mútua (in)determinação das relações entre humanos e não-humanos, que



se apresentam mesclados em um “coletivo”<sup>4</sup>. É isto que a faz interessante aos olhos do antropólogo e que lhe confere o estatuto de objeto complexo por excelência.

A cidade é uma encruzilhada onde se articulam processos múltiplos, inomináveis e inumeráveis, e se fundam relações afetivas e de juro, que se manifestam no espaço cotidiano e nas imagens que se produzem sobre ela. Nenhuma característica sozinha a esgota inteiramente. Há mais cidades em uma mesma cidade do que os olhos podem ver, e tantas quantas pudermos imaginar – eis a grande lição de *Marco Polo* ao “dar a ver” ao *Kublai Kahn* as cidades do seu vasto império<sup>5</sup>. Ela é maior do que os olhos, mais rápida do que a língua, mais longe do que as pernas. Como objeto, pois, só nos permite uma aproximação, conservando sempre algo do seu mistério: invisível, indizível, inalcançável.

Para a experiência humana, a cidade, desde o início, apresentou-se como um excesso<sup>6</sup>. Ela nunca foi um mero espaço organizado para as atividades humanas, mas o atestado de sua glória, de sua força e obstinação, do êxito da experiência de emancipação do homem. “*Através dela a humanidade buscou eternidade, tentou impor ideologias e construir utopias*” (Santos, 1998: 130). A cidade conquistou o horizonte e se ergueu como o lugar de todos os lugares, a grande morada da humanidade – embora seja cada vez mais difícil para alguns encontrar um lugar nela. Segundo Mumford, “*ser morador da cidade era ter um lugar na verdadeira morada do homem, no próprio grande cosmo*” (1998: 59). Ela se torna o símbolo da vitória do homem

---

<sup>4</sup> Latour, 2001.

<sup>5</sup> Calvino, 1990.

<sup>6</sup> Pimenta, 1989.

sobre a natureza, da conquista do ambiente do qual veio, enfatizando a cisão natureza e cultura – pelo menos na aparência, já que a cidade (ou a cultura) não garante um reino independente.

Na tradição judaico-cristã, a natureza é considerada fora de nós, existe para ser dominada, explorada, conquistada, derrotada. Para Carvalho, “*o divórcio ocorrido entre a ordem natural e a ordem cultural foi responsável pela alienação do homem de sua condição genérica, incumbindo-o da fústica missão de dominar e destruir o mundo natural*” (2003a: 45). É esta história que tem sido encenada no mundo, conforme acusa Quinn, a de que o “*mundo foi feito para ser conquistado pelo homem, e seu destino é tornar-se um paraíso sob o domínio humano*” (1992: 90). A guerra contra a natureza é uma guerra contra aquilo que putrefa, contra o que não dura para sempre. A experiência humana é assim, inaugurada por um medo, o medo da morte, ou antes, o medo da incerteza que a morte representa. Ao medo somar-se-á o desejo, um desejo de controle total, um desejo de “lugar”, um desejo de cidade.

Ao reino selvagem da natureza, a cidade quer se opor, como reino domesticado. Para Balandier (1997a), trata-se da oposição entre o de fora – perigoso – e o de dentro – seguro. A consagração das muralhas da cidade da Europa Medieval com o intuito de afastar “*o demônio, a doença e a morte, ou seja, os perigos do caos*” (Rosendahl, 1999: 18), é o melhor exemplo do movimento positivo de organização do ambiente que a cidade realiza, mantendo longe tudo aquilo que ameace a sua ordem. Esse movimento histórico é o atestado do seu projeto: um sonho de controle total. “O homem funcionalmente pratica a ordem”, diz-nos Le Corbusier (1992), suas cidades são “revoltas contra a desordem da natureza”.

*“Das utopias de Owen e Fourier ao pensamento de Le Corbusier, a nova ordem social é construída, justamente, abolindo o tempo, reconstruindo uma cidade nova,*

*ordenada, na qual não apenas o sujo pode ser separado do limpo, mas na qual tudo pode ser predeterminado e, portanto, controlado*” (Decandia, 2003:183).

A “Cidade-Dorian” se quer eterna<sup>7</sup>. Uma vitória sobre o tempo e sobre o espaço. Esse sempre foi o seu sonho, o seu desejo e a sua vontade. No seu *narcisismo-idealizante*<sup>8</sup>, a cidade não diz, “amo-me tal como sou”, mas, “sou tal como me amo”. Irrigada pelo “mito do progresso”<sup>9</sup>, a cidade se impõe como o triunfo da civilização, e esta imagem obscurece o laço indissolúvel que integra natureza e cultura. Mas há maior barbárie que o processo “civilizador”? Às custas de quanto barbarismo fizeram-se os “civilizados”? Sobre quanta barbárie a “civilização” se assenta? O “progresso” foi acompanhado de regressões.

O narcisismo e a arrogância fizeram de nossas cidades um “espaço de crueldades” contra os seres do mundo. Desenvolvemos múltiplas formas de torturar e excluir, de humilhar e ofender a vida. É preciso restabelecer o diálogo e reconhecer na cidade, a possibilidade de um pacto com o *cosmos*. Trata-se de um investimento em uma racionalidade que trata a cidade como um campo de comunicação com a natureza. Iludimo-nos com a nossa potência técnica, e esquecemos que a cidade “*é sempre um produto das possibilidades geográficas e da capacidade de civilização das mesmas pelo grupo humano local e nela se refletem sempre as influências do meio natural e as influências do grupo cultural*” (Castro, 1957: 203) – uma experiência de integração que deve ser recuperada pela memória.

---

<sup>7</sup>Referência ao personagem Dorian Gray do romance de Oscar Wilde (1972), que se mantinha belo e encantador enquanto o seu retrato expressava o horror de suas ações.

<sup>8</sup> Bachelard, 1998.

<sup>9</sup> Gray, 2000.

A cidade se vale de um excesso, e com ele estabelece uma relação complexa. “*Um excesso real de gente no espaço real, porque só esse excesso permite a passagem da ideia de aldeia para a ideia doutra coisa não apenas maior mas diferente: a cidade*” (Pimenta, 1989: 406). Para a cidade orgulhosamente capitalista, este “excesso” constitui-se em uma das principais alavancas de acumulação, que contribui de todas as maneiras para a consolidação do seu luxo, sem no entanto, dele participar. Ao mesmo tempo, esse exército de mão-de-obra reserva figura na paisagem como uma população “redundante”<sup>10</sup>, totalmente indesejada. O excesso de luxo que é a cidade implica em outro excesso: o lixo. Como observa Kowarick (1985), a marginalidade é fruto do processo de acumulação capitalista e não um desajuste.

Com o intuito de afastar tudo aquilo que ameace a estabilidade do seu edifício, a cidade tenta escamotear suas contradições e manipular as evidências que testemunham contra o seu falso semblante de ordem única, de equilíbrio perfeito, de sucesso técnico e de progresso certo. O mesmo recurso foi utilizado por outro grande projeto de ordenação do mundo e emancipação do ser humano: a ciência – que tentou esconder as ambiguidades e silenciar as evidências que testemunhavam a favor da incerteza, da indeterminação, do aleatório, do acaso. Podemos entender isso como uma “política de auto-preservação da imagem”. Ora, “*Dr. Jeckyl ignora que é Mr. Hyde*” (Morin, 1977: 334).

Em pelo menos duas de suas obras mais conhecidas, *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (1985) e *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1975), Erving Goffman situa a importância que a “aparência” tem na vida dos indivíduos, dos grupos e das instituições, e demonstra como eles tentam controlar seus comportamentos de modo a

---

<sup>10</sup> Bauman, 1998, 2005.

transmitir certas impressões aos outros. “*Nada, como a cidade, serviu tanto ao intuito de controlar as relações de lugar e de visibilidade dos grupos*” (Melo, 2004: 54). Como um projeto de ordem, a cidade combate tudo aquilo que parece obedecer ao acaso, e não ao determinismo de esquemas prefixados de organização<sup>11</sup>. No entanto, a cidade mostra-se rebelde, ela liga-se a um dinamismo de forças que escapa aos cálculos e revela a presença de conflitos humanos.

*“Nunca, como hoje, a cidade apareceu caótica, fragmentada, difícil de compreender em suas complexas articulações: como o conjunto de trechos de filmes em movimento, parece nos contar histórias múltiplas e variegadas; mostra-nos antagonismos e conflitos, ordenações multiformes, que parecem não poder ser inseridas nas nítidas classificações às quais a modernidade nos habituou”* (Decandia, 2003: 185).

Esta imagem é cada vez mais cabível. Isso não significa que a cidade é desordenada. Reconhecer a desordem não é ignorar a ordem. Ao tratar os pares como opostos (ordem/desordem, razão/emoção, cultura/natureza, etc.), acostumamo-nos a considerar apenas um dos dois lados, e ao menos para mim, os resultados foram sempre insatisfatórios. A favela, por exemplo, emerge como desordem quebrando a harmonia da paisagem, e ao mesmo tempo, revela de forma contundente a ordem das coisas, e as forças dessa ordem<sup>12</sup>. A cidade é desordenada/ordenada na mesma medida em que é ordenada/desordenada.

É preciso pensar em conjunto, reconhecer a relação de antagonismo, complementaridade e concorrência, entre esses pares<sup>13</sup>. A cidade só conhece a ordem em sua tensão com a desordem, da qual não se separa. Ambas só existem em relação. A desordem estraga o padrão, mas é ela

---

<sup>11</sup> A cidade nasceu sob o signo da ordem, seja do elemento sagrado-religioso que lhe deu origem (Mumford, 1998; Tuan, 1983; Coulanges, 2002) ou do elemento técnico-econômico que se somou a ela e tornou-se predominante na nossa experiência contemporânea de cidade (Harvey, 1993; Singer, 1998).

<sup>12</sup> Bourdieu, 2001.

<sup>13</sup> Morin, 1977.

quem fornece os materiais para ele, ao mesmo tempo em que é subproduto da atividade ordenadora. “*É o projeto humano que evoca a desordem juntamente com a visão da ordem, a sujeira juntamente com o plano da pureza*” (Bauman, 2005: 29). Assim, a sujeira designa uma relação.

A ordenação implica em identificar e remover a sujeira que lhe ofende. Cada ordem elege o seu próprio lixo. Neste esquema não há lugar para ambiguidades. O esforço ordenador tenta se impor através de uma disciplina que define lugares e distribui as coisas nos espaços, formando celas que permitam o controle da vida, a separação do limpo e do sujo, eliminando o não-harmonioso, o não-ajustado. Basta olharmos o clássico trabalho de Mary Douglas – *Pureza e Perigo* (1976) – tudo aquilo que confunde ou contradiz as classificações ideais é tomado como sujo, e a sujeira é varrida com vigor para longe do campo visual: limpar é tirar da vista.

Como não pode ser destruída, a sujeira – aquilo que ofende e ameaça a ordem – é destinada a um lugar fora do lugar, um “não-onde”. O “não-onde” tem um contorno próprio e em nada diz respeito ao “não-lugar” de Augé (1994), que se apresenta em estado de fluxo, insensível a tudo o que passa por ele, *locus* de uma experiência “irrelacional” incapaz de fecundar identidades e produzir vínculos. O “não-lugar” não se realiza completamente, da mesma forma que o “lugar”<sup>14</sup> não é totalmente apagado, para o autor, um e outro são “polaridades fugidias”. O “não-onde”, ao contrário, realiza-se como um “lugar” de rejeição social, sem que isso comprometa suas propriedades “topofílicas”, aquele elo afetivo que os indivíduos e grupos estabelecem com o lugar, segundo Tuan (1980). Ele remete não ao “fluxo”, mas a

---

<sup>14</sup> Enquanto o “lugar” de Augé (1994) enfatiza a realização de identidades, o “lugar” de De Certeau (1994) enfatiza o exercício do poder, sem que isso implique em uma contradição efetiva entre os dois conceitos.

“sociodinâmica da estigmatização”, as tensões e conflitos entre estabelecidos e *outsiders*<sup>15</sup> – que sinaliza sua centralidade nesta pesquisa.

O *outsider* é quase sempre associado ao “inumano”, ao “sujo”, nos diz Elias (2001). O lixo, o “socialmente poluente”, compartilha o espaço dos amantes, e de todos aqueles cuja vergonha e/ou a indiferença, impõe uma vida de sombra e segredo. Compõe um inconsciente visual, torna-se uma imagem impedida, uma presença não reconhecida, uma ausência. Nega-se-lhe a existência. Mas impor limites não é o mesmo que eliminar. O lixo permanece latente, resistindo, acumulando-se, combinando-se, bricolando-se. Não será essa a grande razão do seu perigo? O lixo torna-se o ingrediente principal da ação criativa, um poder equivalente ao da pedra filosofal<sup>16</sup>.

Devemos reconhecer na desordem tanto o perigo que ameaça o padrão quanto as suas potencialidades. “*Nenhum padrão é realizado nela, mas é indefinido seu potencial para padronização*” (Douglas, 1976: 117). Assim, uma fortaleza de dejetos indestrutíveis cerca a cidade, se impondo aos olhos, tal como a *Leona* de Calvino (1990), cercada pelos seus expurgos como que por uma cadeia de montanhas. Eis que surge uma tensão, entre os que produzem o lixo e os que se (re)produzem no lixo. Ela evidenciou-se para mim, pela primeira vez, durante uma pesquisa que realizei nos alagados do Recife, entre os moradores de duas comunidades ribeirinhas: as Palafitas da Madalena e a Ponte do Limoeiro.

---

<sup>15</sup> Elias, 2000.

<sup>16</sup> Bauman, 2005.

Atentado para o problema, em sequência, procurei observar essas tensões, também no contexto da experiência dos agricultores que “abriram hortas” (expressão utilizada pelos agricultores) na órbita da CEASA (Central de Abastecimento Sociedade Anônima) – desde já se desenha uma relação. Apesar de gravitarem em torno deste eixo, é difícil precisar o alcance dessas ocupações. Elas não se apresentam como um contínuo espacial, tampouco o local é ocupado de modo homogêneo. As hortas desaparecem em alguns lugares para ressurgirem mais à frente, formam um arquipélago de pequenas ilhas produtivas, com cores e contornos bem particulares. Elas espriam-se em uma área de convergência de bairros cujos limites são muito confusos. Na tentativa de definir um perímetro, cito os bairros do Curado e Jardim São Paulo (juntos são a área de maior relevância para esta pesquisa), Engenho do Meio, Torrões, San Martin e Barro.

Nos bairros do Engenho do Meio, Torrões, San Martin e Barro existem hortas “residuais”, vestígios de uma presença que vem perdendo espaço para o uso habitacional (tensão sempre renovada cada vez que a necessidade de “morar” se sobrepõe à necessidade de “trabalhar”). Eles cercam o bairro do Curado e Jardim São Paulo, onde se verifica a ocupação mais intensa por hortas. Ambos situam-se na Região Político-Administrativa 5 (RPA 5), sudoeste do Recife, que para efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento governamental, é dividida em 6 RPAs. Além de Jardim São Paulo e Curado (o maior bairro da RPA, com 825 hectares de extensão), a RPA 5 é formada pelos bairros de Afogados, Bongüi, Mangueira, San Martin, Mustardinha, Areias, Caçote, Estância, Jiquiá, Barro, Coqueiral, Sancho, Tejió e Totó (o menor bairro da RPA, com 15 hectares de extensão).



Do ponto de vista da valorização imobiliária, sinalizada pelo valor total do IPTU (Imposto Territorial Urbano) lançado, esta RPA ocupa a 5ª colocação no conjunto recifense, contribuindo apenas com 8,36 % do IPTU arrecadado (somente a frente da RPA 6 que contribui com 6,18 %). É uma região bastante homogênea. Há uma concentração de população de renda baixa, com a presença da renda média em alguns espaços. As condições de moradia correspondem a conjuntos habitacionais e assentamentos populares com a presença de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)<sup>17</sup>.

No perímetro estão a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), o Tribunal de Justiça Federal (TJF), e instalações do exército brasileiro (o 4º Batalhão de Polícia do Exército, a 10ª Brigada de Infantaria Mecanizada e o Comando Militar do Nordeste). Um pouco mais afastada, situa-se também a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ferreira (2006) qualifica a área como “periurbana”, devido à presença de atividades agrícolas, voltadas, sobretudo, para a cidade, e ao fato dos produtores “vincularem-se a um estilo urbano de vida”.

A região apresenta importantes eixos viários tais como: Avenida Recife, Avenida José Rufino, Avenida São Miguel, além de um trecho do “Contorno do Recife”, que constitui a referência espacial desta pesquisa. Sua construção foi iniciada na década de (19)70. Destacando o papel que a estrada desempenha no desenvolvimento sócio-econômico de uma região, Resende (1973) sinaliza algumas das principais preocupações na execução de projetos viários da época: integração político-administrativa, expansão de fronteiras econômicas, articulação entre as rodovias e os sistemas viários das grandes cidades. Vale lembrar que, neste período, o Recife

---

<sup>17</sup> Diretoria Geral de Urbanismo, 2001.

tinha a terceira Região Metropolitana do país, segundo Andrade (1979). A foto abaixo permite uma melhor compreensão visual da área. O “X” assinala os locais diretamente observados nesta pesquisa.



Ilustração 1: Manipulação de imagem de satélite 1

Foi nos interstícios deste complexo viário, concluído no ano de 1980 (“Contorno do Recife”), que interliga a BR-101, BR-232, Avenida Recife e Avenida Abdias de Carvalho, que comecei a observar a emergência de “agricultores” e “hortas” inseridos em um processo de reapropriação/reinvenção do espaço pelo/para o uso do trabalho. Os agricultores e as hortas ocupam a faixa de domínio do “Contorno do Recife”, uma reserva territorial nas margens da rodovia, de competência do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes), que deve zelar pelo patrimônio da União<sup>18</sup>.

Estas presenças “irregulares”, identificadas com o direito de escolha da população, confrontam a autocracia da racionalidade técnico-burocrática. Configura-se uma situação de tensão entre a engenharia profissional comprometida com os padrões do saber oficial, e a engenharia marginal resultante das tecnologias do saber difuso (“astúcias”), orientada para sua reprodução. No entanto, o mal-estar produzido nesta relação, ou como eu prefiro, a “náusea”, que apresento agora com certo tom de obviedade, e que foi o fator preponderante para a escolha do local da pesquisa, mostrou-se bem menos evidente no decorrer da investigação, abrindo-se aos poucos, como uma “flor”.

Ao longo de minha vida passei pouquíssimas vezes por ali, e só há 5 anos é que me dei conta de uma ocupação que tem pelo menos 27 (estou me baseando no período de conclusão do “Contorno do Recife”, em 1980). A velocidade praticada na rodovia e a incompetência para distinguir no “mato” alguns cultivos específicos (especialmente o do quiabo), encobrem aquelas existências. Um dia, não sei precisar quando, ao passar sobre um dos viadutos do complexo viário (que oferece uma visão panorâmica do lugar), localizei no “meio do mato” uma pequena

---

<sup>18</sup> LEI Nº 10.233 de 5 de Junho de 2001. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>)

plantação de alface, ao lado dela canteiros de coentro, cebolinha, quiabo, a banca de madeira onde eram comercializados, o agricultor... A imagem se ampliou e o lugar se abriu revelando um processo de reapropriação/reinvenção do espaço pelo/para o uso do trabalho, que se espalhava por toda aquela região, de um lado a outro da rodovia. Na época eu me dedicava a uma pesquisa sobre este mesmo “processo”, embora pelo/para o uso habitacional, nos alagados do Recife.

Em certo grau, há entre as hortas “abertas” nos canteiros da rodovia, e as casas “enfiadas” nas margens do rio, uma solidariedade, no sentido de representarem práticas desviacionistas do uso do lugar, nas quais se destacam as “astúcias”, apresentando-se como um processo de reapropriação/reinvenção do espaço, ainda que os usos pelos/para os quais os espaços foram reapropriados/reinventados lhes distingam. É evidente que estes exemplos não esgotam as possibilidades destas reapropriações/reinvenções, mas testemunham um problema, um contexto, um processo, um movimento – e foi isto que tentei apreender.

Pela cidade, vemos florescer ocupações/usos irregulares, como que regados pela “impotência” do Estado, pela espoliação do Capital, pelo consentimento sutil da sociedade – ainda que estas mesmas instituições os rechacem – e pela “*sabedoria daqueles que vivem no cotidiano situações altamente excludentes*” (Kowarick, 1979: 117). De Certeau (1994) nos fala de “astúcias”. Essas “astúcias”, “maneiras de fazer”, “modos de operação”, “esquemas de ação”, “caça não autorizada”, “arte de dar golpes”, “inventividade artesanal”, “criatividade dispersa, tática e bricoladora”, entoam uma só nota: os indivíduos não se entregam passivamente à disciplina, e escapam ao poder, sem, no entanto, deixá-lo.

Como um processo gigante e miúdo, a cidade possui os homens, exerce sobre eles um poder difícil de reconhecer. Segundo Benjamin (1989), a cidade realiza o sonho humano do labirinto<sup>19</sup>. O labirinto é a imagem de um *“espaço fechado que não traz nenhuma informação que permita dele sair”* (Balandier, 1999: 34), assim a cidade como local onde (e de onde) o poder se exerce impõe a sua força sem ser notada. *“Potências mal identificáveis, mal localizáveis, que se impõem apesar de os homens não conseguirem reconhecê-las e menos ainda aprisioná-las”* (Ibidem: 34). O labirinto encobre as violências da cidade, e ela se esconde em cada uma de suas esquinas perigosas. Para a Economia Política, *“a cidade é uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção”* (Singer, 1998: 12). No entanto, os homens também a possuem, *“com mil maneiras de caça não autorizada”* (De Certeau, 1994: 38), que escondidas, disseminam-se nos espaços definidos e ocupados pelos sistemas da produção.

A cidade é (re)inventada cotidianamente por heróis anônimos que se reapropriam do espaço e o recompõem. As práticas espaciais em questão não representam uma novidade contemporânea, nem são uma exclusividade do Recife. Basta olharmos a imagem que Benjamin (1989) nos oferece das ruas de Paris no século XIX. Diz ele que as ruas são a *“morada do coletivo”* (fica cada vez mais difícil para nós dizermos isso), e para este coletivo *“as tabuletas das firmas, brilhantes e esmaltadas, constituem decoração mural tão boa ou melhor que o quadro a óleo no salão burguês; os muros com ‘défense d’afficher’ (proibido colocar cartazes) são sua escrivaninha (...) os bancos, seus móveis do quarto de dormir”* (1989: 194).

---

<sup>19</sup> Para Saramago (1995), a cidade é um labirinto dementado, enquanto o manicômio é a expressão de um labirinto racional.



Essas práticas se ressignificam em um contexto de espoliação aguda, de contradições acentuadas, no processo de modernização das cidades orgulhosamente capitalistas, na mesma medida em que o espaço se modifica, e que o cotidiano é valorizado como *locus* da improvisação e da reinvenção, da resistência ao poder e da potencialidade de conflitos. Esta abordagem me leva a considerar as recorrências sincro-diacrônicas do fenômeno.

*“Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos” (De Certeau, 1994: 94).*

Diz Balandier, que “o cotidiano funciona pelo regime da surpresa, está desorientado, no mínimo perplexo” (1997b: 9). Simultaneamente palco e platéia, é na rua que melhor podemos observar estes enfrentamentos, e entender como eles, dinamicamente, constituem a própria cidade, encaixando-se nas suas brechas e, por vezes, dominando a paisagem. A cidade escapa às tentativas de disciplinamento institucional e acaba por se desenvolver pelas “brechas” destas mesmas tentativas de controle e disciplinamento, a partir de continuidades e descontinuidades, de determinações e incertezas, de racionalidades e irracionalidades, consciências e inconsciências. A produção do espaço urbano é produto de uma relação complexa e tensa, e nele se inscrevem as contradições e conflitos existentes nas relações sociais, ainda que por vezes, permaneçam encobertas pelos vários tipos de cegueiras.

Há uma cidade inteira sendo disputada. De canto a canto, por onde andarmos, vamos encontrar o mesmo processo, pelo qual os indivíduos se reapropriam do espaço e reinventam-se com ele, produzindo memórias e projetos. Compõem uma cidade inteira que aparece, desaparece

e torna a aparecer. Uma cidade que é perpétua e temporária, a mesma e sempre outra. Uma cidade que é só de Sábado ou de Domingo, às vezes da semana inteira, sem hora, às vezes só durante a noite ou dia. Cidade provisória, cidade fumaça, que não consta nos mapas oficiais; que chega de carroça, carro-de-mão, bicicleta, mochila ou caixa de papelão. Cidade-gíria escrita por racionalidades que não pertencem a ninguém, que cresce nas brechas e reordena os fluxos.

Assim, a cidade vem das ruas, em seu sentido amplo, mas não em oposição a casa – pois em muitos sentidos elas não se opõem, e mesmo nas vezes em que existe uma aparente oposição, as suas lógicas se visitam (Brandão, 2001). Quantas vezes não encontramos uma casa aberta e uma rua fechada? A cidade vem das ruas, nasceu das ruas, porque é nas ruas que a cidade se encontra com a cidade, porque é nas ruas que a cidade é praticada e são essas práticas cotidianas que a constituem. Longe de pretender um exclusivismo dessas agências individuais/coletivas na produção do espaço urbano, estou apenas reconhecendo os enfrentamentos entre “estratégias de hegemonia” e “táticas transversais”<sup>20</sup>.

*“O urbanismo empresarial e sua lógica cartesiana parecem esquecer que uma cidade é feita de pessoas: ‘é preciso pensar em pessoas utilizando e transformando os espaços em que vivem... paisagens vazias podem ser enganadoras’(ARANTES, 1997b)”* (Leite, 2004: 277). Não se trata de ignorar as desigualdades, a exploração, os efeitos perversos do capitalismo, a ação repressora do Estado, as humilhações públicas, muito menos as fronteiras de classe e a segregação espacial. Mas trata-se, sobretudo, de iluminar as jaulas que segregam e confinam os

---

<sup>20</sup> De Certeau, 1994.

grupos humanos lhes tirando a humanidade. Tal foi a orientação desta pesquisa. Esse percurso cognitivo nos abre a possibilidade de refletir sobre a importante significação política que estas práticas cotidianas de reapropriação/reinvenção do espaço representam, e de tentar responder como estes lugares emergem na cidade.

Duas coisas (des)feriram-me até ela: o Recife de onde vim, e o aonde fui, a Antropologia<sup>21</sup> – uma sempre me devolvendo a outra. O Recife marcou-me com suas preocupações mais profundas: o espaço e a imagem. Pura reivindicação de lugar e de beleza, nenhuma cidade pareceu preocupar-se tanto com estas questões, de forma tão articulada, como o Recife. A cidade vive o drama de ter nascido de uma água pura e afundar em uma lama podre<sup>22</sup>. Com ela, aprendi o exemplo das Palafitas. Ela ensinou-me de *“uma luta líquida. De água salgada contra água doce e vice-versa. De espasmos de terra ainda verde. De um mundo procurando se ajustar. De se firmar. De se estabilizar”* (Bezerra, 1965: 21), e uma luta do homem por um lugar neste espaço.

A minha disposição para dar atenção ao que os outros desconsideram, encontrou na Antropologia uma parceira – para Wolf (2003a), esta é a grande virtude da Antropologia. Foi andando e olhando na contra-mão dos itinerários da programação turística, que pude ver que àquela cidade-monumento-espetáculo dos cartões postais, correspondia uma outra, *“que existe por debaixo do Recife contado em Guias”* (Melo Neto, 1985: 66), bem menos iluminada pelos *flashes* das *kodaks* obcecômanas, porém mais real que as fantasmagorias dos monumentos que a

---

<sup>21</sup> Adaptação do poema *Autocrítica* (Melo Neto, 1985: 50).

<sup>22</sup> Segundo Bachelard, *“o ser que sai da água é um reflexo que aos poucos se materializa: é uma imagem antes de ser um ser, é um desejo antes de ser uma imagem”* (1998: 36), e brincando de “princesa” a cidade se acostumou na “fantasia” (*Quem te viu quem te vê* – Chico Buarque).



cidade ilumina<sup>23</sup>. Pela borda e pela brecha da paisagem hegemônica disseminam-se paisagens transversais, marcadas pela informalidade que agride a ordem da cidade eminentemente narcisista, preocupada com o seu capital simbólico.

---

<sup>23</sup> Estes monumentos “produzidos” pelas políticas de patrimônio não têm vínculo efetivo (nem afetivo) com as áreas onde fisicamente se inserem. Surgem em um contexto de “patrimonietarização”.

**3 O ANTES** – “*Já conhecia tudo já... eu comecei a trabalhar com 8 anos de idade, com enxada lá*”<sup>24</sup>

### 3.1 COMO(VI)VER A CIDADE

Sou do Recife, do bairro da Madalena. Foi aí que dei os meus primeiros passos na vida e na Antropologia. Uma me levou a outra, como uma rua leva a outra rua e se perde e/ou se acha, e deste (des)encontro nasceu esta pesquisa: “mais-valia” roubada a minha experiência no/com o mundo. Nada é tão material como a idéia, nada é tão ideal como a matéria, juntas se excedem. O esforço é para reconstruir o *insight*, mas o percurso não é claro nem reto como o sonho do engenheiro que sonha a cidade<sup>25</sup>.

A idéia trilha caminhos invisíveis, indizíveis, inalcançáveis, e se perde (e/ou se acha) como as ruas, em sucessivas recombinações, só nos permitindo um acesso parcial ao que por fim lhe dispara. Leva consigo tudo o que (des)encontra pelo caminho e quando menos se espera, *voilà*, um “clic” repentino, e um mundo se desnuda diante de nossos olhos. Eis que ele surge, o *insight*, de um excesso, de um excedente, como a cidade que ultrapassa o sonho do engenheiro que a sonha, ele nos atravessa e possui.

---

<sup>24</sup> Extraído dos relatos de Tiago.

<sup>25</sup> Referência ao poema *O Engenheiro* (Melo Neto, 1985).

O meu interesse pela “poética do espaço”<sup>26</sup> “*vem das antiga*”<sup>27</sup>. Nunca estive em uma praça sem desejar chafarizes ou bancos. Nunca caminhei por uma calçada sem desejá-la mais larga ou arborizada. Papel e lápis na mão, sonhei casas, ruas, cidades. A distribuição das coisas nos lugares, a distribuição dos lugares, a sucessão dos usos no tempo, a sucessão do tempo, sempre me causaram inquietação. Eles tinham aquele “algo mais”, que encontramos nos nossos temas de pesquisa.

Tal interesse não foi vítima dos assassinatos em série que cometemos na adolescência, ao contrário, fortaleceu-se com o tempo e fez-se grande. Desviou, no entanto, do caminho reto que representava o curso de arquitetura e urbanismo, e seguiu pelas veredas do Bacharelado em Ciências Sociais (até o Mestrado em Antropologia). Papel e lápis na mão, já não era a “prancheta” do arquiteto-urbanista, mas o “diário de campo” do antropólogo.

Nessa temática entre-saberes, os arquitetos-urbanistas, muitas vezes circunscritos aos projetos em si e a sua execução, desfrutam de um maior reconhecimento e prestígio junto a população em geral, e ao poder público em particular, principalmente quando se trata do espaço urbano. Talvez isso tenha contribuído para uma secundarização da dimensão “antropológica” da cidade, “*como se os seres humanos habitassem, somente, um espaço físico ou geométrico e não afetivo, estético, social, histórico, em síntese, espaço de significações em geral*” (Limena, 2001: 40). Como categoria básica da existência humana, o espaço (e o tempo) é um tema nenhum

---

<sup>26</sup> Alusão à obra homônima de Bachelard (2000).

<sup>27</sup> Referência à fala de Edmilson (ex-morador da Ponte do Limoeiro) sobre o início da ocupação dos vãos internos da ponte.

pouco estranho aos modos antropológicos. Constitui-se como um objeto amplamente valorizado em monografias clássicas da disciplina, a exemplo de *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota* (Evans-Pritchard, 2002); e em trabalhos contemporâneos de um grande número de antropólogos<sup>28</sup>.

Problematizei-o a partir das condições de sua (re)produção, tomando-o como uma interface entre processos políticos, culturais, históricos, sociais, econômicos, ecológicos... de dimensões macro e micro. Notadamente, este tem sido o centro de minhas atenções como pesquisador e habitante da cidade. Interessava-me fundamentalmente a dinâmica dos lugares. Não os grandes lugares da cidade erguida por tratores, mas os lugares pequenos da “cidade feita-a-mão”, tal como eu via nos alagados do Recife: uma reapropriação do espaço, uma reinvenção do lugar. “*Desta atividade de formigas é mister descobrir os procedimentos, as bases, os efeitos e as possibilidades*” (De Certeau, 1994: 40), desbravando o cotidiano e o infinitamente pequeno. O espaço assim tratado é revelador de numerosas experiências do humano no/com o mundo.

Aos poucos fui descobrindo um processo genérico. Não eram apenas os alagados do Recife: eram calçadas, marquizes, cruzamentos viários, canteiros de rodovias, interiores de casas, etc. Não era apenas o uso habitacional que lhes era dado: os espaços eram reapropriados/reinventados pelo/para as várias possibilidades/limites de uso, fosse o lazer, a fé, o trabalho, ou outro. Não era uma experiência exclusivamente local: suas recorrências sincro-diacrônicas a tornavam universal. O espaço não era o único a possibilitar estas reapropriações/reinvenções: ela ocorria com os mais diferentes produtos.

---

<sup>28</sup> Velho, 1978; Magnani, 1996; Arantes, 2000; Leite, 2004; Frehse, 2005.

Dado o meu interesse, realizei uma pesquisa entre os moradores das Palafitas da Madalena e da Ponte do Limoeiro, nas margens do rio Capibaribe do Recife, entre os anos de 2001 e 2004. Nela procurei observar o processo de reapropriação/reinvenção do espaço pelo/para o uso habitacional, que se desenrolava naquelas margens, enfatizando a experiência dos moradores, sujeitos de muitas memórias e projetos, sem descurar dos contextos nos quais eles se encaixavam. Eu queria saber como tudo aquilo havia começado, como chegaram ali e ergueram aquelas casas, acessar a própria idéia-*insight* daquela ocupação, saber “de que matéria bruta ela vinha”<sup>29</sup>.

Para isto, apostei em uma análise que privilegiasse as trajetórias através do tempo-espaço. Orientei a minha observação para quatro momentos-movimentos do processo, situados em relação à “ocupação”, e elaborei para cada um deles uma pergunta-chave: 1- o antes (como era a vida antes de aqui?), 2- a chegada (como foi a chegada aqui?), 3- o durante (como é a vida aqui?), 4- e o depois (quais são seus planos de aqui para frente?). Considerei os resultados obtidos bastante satisfatórios e optei por utilizar novamente esta estrutura de entrevista, e como se pode notar, adotá-la também como estratégia narrativa.

Embora familiarizado com a obra de Josué de Castro, principalmente o clássico “*Homens e Caranguejos*” (1967), que tematiza a vida nos alagados da cidade, aquela foi a primeira vez que eu “enfiei o pé (e os olhos) na lama”, literal e literariamente. Ao chegar na Ponte e nas Palafitas, o meu propósito era claro: investigar o processo de reapropriação/reinvenção do espaço pelo/para o uso habitacional. No entanto, em uma pesquisa, como na vida em geral, não temos o controle

---

<sup>29</sup> Referência ao poema *A Idéia* (Anjos, 1987)

total de todos os seus desdobramentos. *“O estudioso está compelido a contar com o acaso, sempre presente em todo trabalho científico”* (Weber, 2006: 34), mas não apenas aí.

A pesquisa se constrói no curso da atividade, é um processo em campo, um diálogo complexo com o mundo. Nele, raras vezes obtemos respostas para o que perguntamos, algumas vezes as obtemos para o que não perguntamos, e frequentemente não obtemos resposta. Essa caricatura serve para nos mostrar que precisamos estar abertos às exigências do “campo”, olhar para onde nos aponta a voz que cala e a voz que fala, e não apenas projetar nele as respostas que esperamos encontrar. Esta parece ser uma daquelas coisas que todos nós sabemos, fundamento da atividade de pesquisa, mas que acabamos esquecendo na prática, por ser um terreno perigoso.

Baiano, que há 10 anos morava dentro da Ponte do Limoeiro e tomava conta dos barcos dos pescadores, foi decisivo nos destinos da pesquisa. Ele demonstrava uma percepção muito apurada da realidade experimentada pelo grupo. Quando perguntado sobre como era a vida naquele local, ele assim respondeu:

**“Aqui a gente é excluído como bicho. Aqui as pessoas passam, por cima aí, deixam tão claro, que quando eu comecei a armar aqui, um negócio aqui, a Prefeitura veio e derrubou, e disse: não, porque fica chato, as pessoas que passam aqui de barco, de lancha de passeio, vê as escadas, mas não vê que tem uma moradia, tá entendendo? E se você pondo isso aí, vão saber que aqui tem alguma coisa e pode na curiosidade ver que é morador, pessoas que moram aqui embaixo. Tá compreendendo? Pra esconder o sujo né?”**

E repetia:

**“Ninguém aqui enxerga a gente, a gente vive como pessoas excluídas, sabe?”**

Ou,

**“Ser pobre né vergonha não, vergonha é ser seboso!”**

*“Os indivíduos não são cretinos sociológicos, ignaros e inconscientes, trazem em si um saber, uma experiência, uma vida, uma reflexão, ao mesmo tempo que têm ignorâncias, superstições, erros (...)”*<sup>30</sup>, eles constroem suas próprias teorias sociais. “Exclusão”, “ocultamento”, “vergonha”, “pobreza”, “sujeira”, “animalismo”. Estes temas presentes na fala de Baiano, expressam o sentimento de alguém que se percebe sujo, tratado como lixo e como bicho, e recebe a indiferença que exclui através do não-olhar. Sua fala acompanha o que diz Kowarick:

*“foco de batidas policiais, a favela é também estigmatizada pelos habitantes ‘bem comportados’ como antro de desordem que destoa da paisagem dos bairros melhor providos, precisando ser removida para que a tranquilidade volte a reinar no cotidiano das famílias que se sentem contaminadas pelo perigo da proximidade dos barracos”* (1979: 92).

Conforme diz Mary Douglas *“a reflexão sobre a sujeira envolve a reflexão sobre a relação entre a ordem e a desordem”* (1976: 16), não se trata pois, de reduzir a sujeira a sua dimensão higiênico-sanitária. De fato, para *“libertar Pernambuco do ultrage dos mocambos”*<sup>31</sup>, o argumento utilizado sempre foi o sanitário, mas a higienização possuía um outro sentido: sócio-econômico-cultural. Essencialmente tratava-se de um combate ao pobre, que se constituía em perigo, não só por ameaçar a ordem pública, mas por ser contagioso. O raciocínio é bem simples. Trata-se de uma teoria da suspeição generalizada (paradigma da nossa relação com a alteridade), que é a base da expressão “classes perigosas”. Ela se vale da *“terrível sensação de estranhamento que um homem sente pelo outro”* (Carvalho, 1997: 32).

---

<sup>30</sup> (...) *Mas passa-se o mesmo com o sociólogo, que se pretende detentor do verdadeiro conhecimento e que é ele próprio um cretino sociológico, movido/possuído por forças que o ultrapassam*” (Morin, s/d: 152)

<sup>31</sup>Extraído do discurso do jornalista José Campello, proferido na entrega do projeto de remodelação do bairro de Santo Antônio – Recife, em 1938, denotativo do espírito da higienização (in Outtes, 1997: 53).

No Brasil, ela fundamentou teoricamente o combate aos vadios. Chalhoub (1996) explica como isso ocorre. Para os deputados, o bom cidadão é o que se dedica ao “trabalho”, e tem o hábito da “poupança”, revertida para o seu “conforto”. Logo, se o indivíduo vive na pobreza sem conseguir acumular, é suspeito de não ser um bom trabalhador. Disso, segue-se que os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade. Os pobres são, portanto, perigosos e devem ser combatidos junto com tudo o que a eles está vinculado. Não se tratava apenas de uma estratégia de controle da mão-de-obra, como diz Chalhoub (1996), mas representava também uma intervenção direta no controle das relações de lugar e de visibilidade dos grupos.

O reforço chegou com as idéias de “contágio” que ocuparam o centro das atenções do planejamento urbano. Isto se deu porque a preocupação com o planejamento urbano ocorreu em paralelo à constituição da medicina social, de forma que *“os infeccionistas ou anticontagionistas (...) produziram o arcabouço ideológico básico das várias reformas urbanas que varreram as cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas deste século”* (Chalhoub, 1996: 170). A ideologia da higiene fundava o contexto legal para a guerra contra as “insalubridades” das áreas centrais das cidades. Urbanizar foi tomado como sinônimo de higienizar, assim a cidade embelezada, deveria apresentar asseio e bem-estar: uma “Europa tropical”.

*“Está presente a idéia de que existe um ‘caminho da civilização’, isto é, um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’ que teria validade para qualquer ‘povo’, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio”* (Chalhoub, 1996: 35).



*“O período de 1927-1945 assinala o surgimento dos planos de urbanismo no Brasil e em especial nas suas três maiores cidades à época: Rio de Janeiro, São Paulo e Recife”* (Outtes, 1997: 15). Frehse (2005) mostra como São Paulo experimentou o processo de modernização ocorrido em função da riqueza produzida pelo café. A autora observou através de documentos históricos – especialmente jornais – o cotidiano das ruas de São Paulo em fins do século XIX, revelando as tensões entre os velhos e os novos usos da rua, criados pelo movimento modernizante da cidade. Contra as “antigas atividades”, pede-se pela “moralidade” e “higiene” de uma cidade que se pretende “civilizada”.

As festas populares, o comércio ambulante de gêneros de roça e de animais, os banhos e as lavagens de roupas nas várzeas dos rios, são condenados pela opinião pública, por se tratarem de costumes “bárbaros e grosseiros”, “em desacordo com a civilização”, “coisas boas para o tempo de minha avó”. O mesmo ocorrerá com as partes remanescentes da cidade colonial, apontadas como prova de “atraso”, “ausência de progresso” e “falta de civilização”<sup>32</sup>. O rural, símbolo da estagnação, não pode persistir no “novo urbano”, tampouco a “quitandeira”, que de repente passa a atrapalhar o tráfego.

No Recife, *“o problema dos alagados e mocambos a impressionará muito mais pelo lado da paisagem. Apresenta-se como uma chaga. Torna-se uma vergonha. Fere a vaidade coletiva. Choca-se com o complexo de superioridade de supremacia regionalista”* (Bezerra, 1965: 44). Goffman (1975) ajudou-me a pensar esta questão. Apropriei-me do seu estudo sobre o estigma,

---

<sup>32</sup> Outtes, 1997.

na relação entre os indivíduos, para pensar a experiência da cidade, que parece reproduzir o mal-estar do estigmatizado, ou suas preocupações com o controle das “aparências”. O estigma é um símbolo de descrédito, seu portador encontra-se poluído e deve ser evitado, pois há o perigo do contágio.

A Ponte do Limoeiro e as Palafitas da Madalena, pois, emergiam na paisagem do Recife como símbolos de estigma, ameaçando o seu semblante de harmonia, trazendo vergonha ao Recife. Segundo Goffman, *“a vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não portador dele”* (1975: 17). Tal como ocorre na vida do indivíduo, a cidade se esforça para encobrir suas marcas, e do mesmo modo que aquele, não tem garantias de sucesso.

O estigma é eminentemente visual e caracteriza-se por se oferecer continuamente à percepção, movimento para visibilidade que chamo de “vazamento”. Ao projetarem-se no campo visual, estas marcas ganham existência social, provocam encontros desagradáveis, e o contato com a sujeira nos faz pensar. A favela, por exemplo, *“é uma permanente denúncia do sistema de práticas sociais contraditórias que ameaça a ordem estabelecida, isto é, a ordem da cidade”* (Blay, 1978: 154). Confinados como os cegos de Saramago (1995), eles estão livres de contágio. A preocupação só surge quando as defesas elementares da rotina se rompem e as precauções falham, quando os expurgos da criação dessa ordem vazam.

A cidade interfere nas relações de lugar e de visibilidade de modo a esconder o feio, o imoral e o sujo – que a envergonha – e de mostrar o belo, o moral e o limpo – que não é ético nem sanitário. *“Os ricos e poderosos, não somente possuem mais bens imóveis do que os menos*

*privilegiados, como também dominam mais espaço visual*” (Tuan, 1983: 43). Esconde o que pode, mostra o que quer. “*Removemos os dejetos da maneira mais radical e efetiva: tornando-os invisíveis, por não olhá-los, e inimagináveis, por não pensarmos neles*” (Bauman, 2005: 38). O que o saber difuso já declarava: “o que os olhos não vêem o coração não sente”. Falo de cegueiras múltiplas, dos olhos e do entendimento, programadas e inintencionais, que se superpõem e paralelizam-se.

Não é só a cegueira material (que esconde atrás dos prédios, dentro das pontes, na escuridão das periferias, ou no *Blasé*<sup>33</sup>), mas também a ideológica (que esconde por não “dar a ver”, ainda que “mostre”). A cegueira ideológica é responsável pelos grandes “apagamentos” do mundo. São os “negros descalços” que Lévi-Strauss (1970) não pôde fotografar em Salvador, pois confirmaria a “lenda” de que tais tipos existiam na Bahia. É a fome e os famintos, temas proibidos aos quais Josué de Castro se dedicou. Por esta mesma ordem excludente e fóbica, a história das camadas populares, e tudo aquilo que a ela se vinculava, foi esquecida pela memória nacional “branca”, “católica” e “barroca”<sup>34</sup>. Como nos fala Le Goff, “*tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades*” (1994: 426).

Baiano abriu-me novos caminhos, novos processos, novas problematizações, levando-me a reorganizar meus interesses e rever os meus objetivos iniciais. Reconheci a importância de

---

<sup>33</sup> O ritmo acelerado da cidade contribui de forma decisiva para a atitude blasé, que embota a capacidade de discriminar (Simmel, 1979).

<sup>34</sup> Neves, 2003.

considerarmos as experiências que os indivíduos e grupos contêm e contam. O que era sabido tornou-se sentido. Fecundado por sua fala, fui levado a pensar a cidade a partir das relações de lugar e de visibilidade que se estabelecem no processo de produção do espaço, um espaço desigual que exclui escondendo e esconde excluindo.

É claro que isto não se deu de maneira tranquila. Toda reorganização envolve um certo número de transtornos. Isso nos faz lembrar que a vida é viva, que nada no mundo posa para foto, que é preciso dialogar mais, pôr-se em movimento e fazer-se em processo. Ampliando a moldura do primeiro olhar, passei a tratar o espaço dentro do eixo temático cidade-imagem-espaço-poder, que permitia contemplar os elementos suscitados em sua fala. Não se tratava mais de olhar os “mocambos” em detrimento dos “sobrados”<sup>35</sup>, mas de observar os seus inevitáveis encontros e as tensões aí produzidas.

Ao mesmo tempo em que eu me lançava no meu novo empreendimento, aprendia duas grandes lições. Percebi a necessidade de nos perguntarmos: “o que isso nos permite entender?”. Refiro-me aos objetos aos quais nos dedicamos. Os casos de nossos estudos devem ser pensados para além de suas fronteiras, reinseridos em um diálogo constante com a totalidade da experiência-mundo, com aquilo que tece e é tecido em conjunto. Penso que essa pergunta nos ajuda a intercambiar o universal e o particular, e contribuir, de fato, para a construção de novas formas de conhecer e tratar o conhecimento. Simultaneamente, pude perceber a necessidade de

---

<sup>35</sup> Alusão à obra *Sobrados e Mocambos* (Freyre, 2004).

nos tornarmos conscientes de nossa cegueira e de vigiarmos o nosso olhar. Tormento prazeroso esse, confrontar-se com a própria cegueira, e surpreender-se diante do nascimento de uma nova imagem.

O “ver”, como exercício, e o “dar a ver”, sua função, são preocupações complementares que têm lugar central na minha atividade de pesquisa. Assim, assumi o compromisso ético (designa uma “responsabilidade”), estético (designa uma “linguagem”) e pedagógico (designa uma “transferência”) de “dar a ver”. Ele filia-se as preocupações do “*outsider vigilante*”<sup>36</sup> que questiona o *status quo*, e denuncia a espoliação do mundo e a extenuação da vida, revelando facetas nem sempre expostas – pois que escondidas sob a familiaridade da rotina – dos embates e conflitos que se desenvolvem no cotidiano de nossas cidades.

Não se trata de substituir a pesquisa pelo “denuncismo”, do qual Cardoso (1997) acusou a antropologia brasileira dos anos (19)70, ao contrário, a pesquisa se apresenta como um esforço “macroscópico”<sup>37</sup> para a recomposição do objeto fraturado pelo recorte, uma tentativa de restabelecer as relações nas quais ele está encaixado, de “refazer o todo” nas palavras de Mauss (1988), de “mobilizar o todo” nas palavras de Morin (1993). É disto que se trata este exercício. “*Um mínimo de conhecimento do que é o conhecimento ensina-nos que o mais importante é a contextualização*” (Morin, 1993: 131). Ela (a contextualização) revela as condições da nossa inserção e os limites de validade de nossas considerações e *insights*. Esta pesquisa apostou nisto, e se lhe cabe algum mérito, penso que seja este.

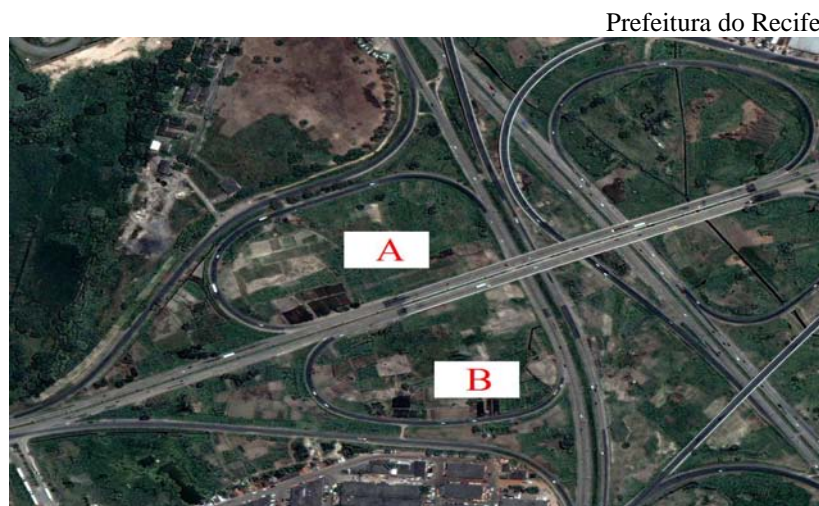
---

<sup>36</sup> Carvalho, 2003b.

<sup>37</sup> Rosnay, 1995.

### 3.2 “PRA CORRER ENTRE OS CANTEIROS”<sup>38</sup>

Empenhado no hercúleo exercício do “ver” e no compromisso ético-estético-pedagógico do “dar a ver”, caminhei em direção às hortas do “Contorno do Recife”. Iniciei o reconhecimento do local, passando de ônibus em vários horários do dia, tentando dominar visualmente o espaço, no entanto, ele se mostrava rebelde. As hortas pareciam fragmentadas, dispersas, na vastidão da área os agricultores tornavam-se difíceis de localizar. Aos poucos, pela janela do ônibus, fui identificando um espaço mais claramente delimitado, mais densamente cultivado, mais intensamente praticado: os dois *loops* que interligam a BR 101 e a 232.



**Ilustração 2: Manipulação de imagem de satélite 2**

O termo *loop* é utilizado pelos engenheiros do DNIT. Nesses dois *loops* tinha lugar um jardim que compunha o projeto paisagístico do complexo viário. No mapa da cidade do Recife localizei o *loop* “A” como Praça Conde Pereira Carneiro. Na EMLURB (Empresa de

---

<sup>38</sup> *Canteiros* – Raimundo Fagner

Manutenção e Limpeza Urbana), órgão municipal que tem como uma de suas responsabilidades a manutenção das praças, havia uma referência à Praça “C-amilo” (escrito a mão) Pereira Carneiro. O registro era de 1995, ele não foi de nenhuma relevância para esta pesquisa, de modo que o omiti nas referências consultadas. A pesquisa realizada na EMLURB serviu apenas para atestar a situação de abandono em que se encontrava o lugar.

O passado do lugar me chegou através da memória dos agricultores que o ocupavam: **“aqui antigamente, isso aqui era jardim. Não tinha negócio de horta não. Só era jardim. Do lado da estauta ali, isso aqui era tudo grama, jardim, a turma trabalhando, só jardineiro. Era somente jardineiro mesmo” (Pedro – agricultor 4).** As únicas evidências materiais que acusam a existência passada de uma praça no *loop* A, é o trecho de calçamento remanescente, alguns postes (sem luminárias) e mastros, e de modo mais expressivo, o espelho d’água (que já não reflete nada) e uma escultura (referência à união de brancos, negros e índios, contra os holandeses, na Batalha dos Guararapes) feita por Francisco Brennand.

Marina Sobral



Ilustração 3: Escultura ao fundo

Marina Sobral



Ilustração 4: Escultura em destaque

É possível que o *status* de “praça” se estendesse também ao *loop* “B”, já que ambos estão conectados por uma estreita faixa sob o viaduto. No entanto, nenhum vestígio sinaliza a existência de infra-estrutura específica no local. Por ele passa uma das linhas de transmissão de energia da CHESF (existem três torres no local), e uma tubulação de gás natural. Os dois *loops* estão cobertos por hortas. O lugar foi abandonado pelo poder público, e há muito tempo (no mínimo 12 anos – considerando o último registro da EMLURB) está desassistido, como diz João e confirma Pedro.

**“Quando eu peguei isso aqui, isso era tão duro, era aterro da BR. Quando foi feita a BR aterrou isso aqui tudinho<sup>39</sup>, pra fazer isso. Era um jardim, isso aqui. Aí o governo deixou acabar, dentro do mato, como eu disse ao senhor, desova de gente dentro do mato, era um matagal” (João – agricultor 5).**

**“Antigamente, quando não eu não trabalhava com esses negócio, isso aqui era tudo cheio de mato aqui. Agora, eu sei que antigamente antes de eu chegar aqui pra trabalhar, que eu viajava muito, pra Natal, Petrolina, Maceió. Viajava pela firma empeleiteira, né? Isso aqui era cheio de mato. Agora isso aqui era o que? Era assalto, que nem assaltava o ônibus de Jardim São Paulo. Assaltava ali, isso aqui era tudo cheio de mato. Tinha vez o carro do IML pegava um que os caba assaltava e trazia pra cá pra dentro e matava” (Pedro – agricultor 4).**

João e Pedro são os dois mais antigos ocupantes dos *loops*. Eles “abriram” as primeiras hortas daquela área. As hortas que hoje são posse de Marcos e de Paulo foram “abertas” por João logo que chegou no local, depois ele passou adiante quando tentou mudar de atividade: “negociar na feira”. Não obtendo êxito, retornou e “abriu” outra horta no *loop* adjacente, onde atualmente se encontra. Ele diz que não gostava de trabalhar sob as linhas de transmissão de energia da CHESF – achava perigoso. Pedro e João estão lá há mais ou menos 10 anos (o mesmo tempo é reivindicado por Mateus). É uma ocupação jovem se comparada com a que existe do outro lado da BR-101, entre a Av. Recife e a Av. Abdias de Carvalho, estendendo-se atrás da CHESF. Ela é

---

<sup>39</sup> Certas especificidades do solo exigiam o aterramento para a construção dos viadutos e das pistas.



apontada pelo pessoal dos *loops* como a mais antiga (foi onde começou a Associação dos Pequenos Agricultores do Curado – ASPAC), com mais de 30 anos, talvez 50.

Devo dizer, com certo grau de redundância, que as hortas vinculam-se à dinâmica sócio-espacial do Recife, àquilo que se considera a sua evolução urbana. Assim como a ocupação dos alagados pelos mocambos e mocambeiros, as hortas e os agricultores não são uma novidade na paisagem da cidade, mas representam um uso renovado de certos espaços, principalmente quando consideramos o seu caráter desviacionista, em relação a normatividade dos programas que regem os lugares. No século XVIII, o Recife será marcado pelo crescimento dos seus arredores. Sítios, pomares, hortas e roças surgem, pois, como desdobramento da falência dos engenhos<sup>40</sup>, alguns deles situados na área observada nesta pesquisa.

Com o crescimento do centro urbano propriamente dito, estas práticas vão perdendo seu espaço na cidade, e passam a dar lugar aos bairros e ao seu uso habitacional. O bairro dos Torrões é um exemplo disso, seu nome deve-se ao fato de existirem na região algumas hortas, onde antigamente se cultivavam principalmente macaxeira e batata doce, que ao serem colhidas deixavam os “Torrões” de terra<sup>41</sup>. O avanço das casas sobre as hortas não se deu sem tensões. O exemplo de Planeta dos Macacos é característico. Esta ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) situada no perímetro da pesquisa, tem na sua origem, o conflito entre donos de roças de macaxeira do local e os novos ocupantes, que começaram a construir suas casas na área em 1975<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Barreto, 1990.

<sup>41</sup> Cavalcanti, 2005.

<sup>42</sup> Divisão de Gestão de ZEIS, 2006.

De modo geral, a expansão das casas acabou reduzindo a oferta de terras agricultáveis, de maneira que as áreas ociosas abundantes nessa parte da cidade, muitas delas pertencentes ao DNIT, a CHESF, e mesmo a CEASA, parecem ter servido às populações circunvizinhas como uma possibilidade de trabalho e renda. A construção desta última certamente dinamizou a atividade agrícola no local, aproximando local de venda e local de produção (vale salientar a proximidade com os locais de moradia). Entretanto, hodiernamente, ainda pode ser observado o movimento expansionista das casas sobre as hortas e as tensões aí produzidas, merecendo destaque o caso da Vila Miguel Arraes. Esta ocupação se realiza na faixa de domínio do “Contorno do Recife” como um desdobramento da Comunidade Vietnã, situada em terreno de domínio da CHESF.

No final da década de 80, na primeira administração de Jarbas Vasconcelos na Prefeitura do Recife (1986-1988), foi iniciado pela Secretaria de Abastecimento, comandada por Anatólio Julião, um programa de apoio àquelas famílias que viviam da agricultura nos arredores da CEASA, conforme pude observar nos jornais da época. Experimentava-se um contexto de apoio às iniciativas populares. Entre 1986 e 1988 (em 1989 o convênio foi renovado na gestão do prefeito Joaquim Francisco), a prefeitura, em convênio com a Comagri (Coordenação de Municipalização do Ministério da Agricultura) investiu na compra e distribuição de equipamentos para o desenvolvimento de culturas agrícolas: sementes, adubo, carros de mão, eletrobombas, canos, mangueiras, aspersores, enxadas, estrovengas, pás, regadores, botas, e forneceu assistência de técnicos da Secretaria, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho e a capitalização dos agricultores locais<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> *Diário Oficial*, “Sessenta famílias recebem auxílio para agricultura”, 19 e 20 de Março de 1986. *Jornal do Comércio*, “Prefeito apóia lavoura”, 29 de Setembro de 1987.

No caso específico dessa região, tratava-se de um apoio a uma ocupação que já existia. Um incentivo a uma atividade que já era praticada ali, por um grande número de famílias, que viviam da agricultura nas terras próximas a CEASA. No entanto, o projeto envolvia também a implantação de hortas em outros espaços da cidade, como no Parque do Barbalho e no Alto do Jenipapo. Nesta mesma direção foi iniciado o programa de eletrificação da Estrada Velha do Curado, visando estimular a produção agrícola daquela região, facilitando, sobretudo, a irrigação<sup>44</sup>. O programa consolidava um antigo uso do espaço, referendando uma demanda da população local por um lugar de trabalho, não necessariamente expressa em palavras, mas em um gesto: “abrir hortas”.

O contexto da ocupação é marcado pelo recebimento de migrantes, ao menos nos dois *loops* que serviram de referência espacial para a minha observação, mas não há porque achar que isso é inválido para outras áreas próximas, principalmente a área de expansão da CEASA, e a que se prolonga pela BR-232. O movimento Vitória de Santo Antão–Recife mostrou-se o principal na área. Deixando de lado o binômio repulsão/atração, acredito que dois fatores tenham contribuído conjuntamente para esta migração, considerando também o movimento realizado a partir de outras cidades-origem, a exemplo de Catende. Foram eles, a construção da CEASA na década de (19)60 e a própria constituição/consolidação de uma Região Metropolitana da qual o Recife se fez centro, na década de (19)70.

Durham (1973) diz que os imigrantes do campo não trazem em si diferenças culturais suficientes, tal qual ocorre com os imigrantes estrangeiros, para criarem a consciência de uma

---

<sup>44</sup> *Diário Oficial*, “Eletrificação no Curado vai estimular produção agrícola”, 13 e 14 de Janeiro de 1988. *Diário da Manhã*, “PCR estimula produção agrícola com eletrificação”, 13 de Fevereiro de 1988.

situação comum, “como a que preside a formação de comunidades étnicas”. Dos sete agricultores que colaboraram com a pesquisa, apenas um não tinha nenhuma relação com o campo, nem com a agricultura. Pedro, 39 anos, e há 11 no local, nasceu no Recife e sempre morou aqui (Vietnã). Só aprendeu a assinar o nome, **“e depois só deu tempo de trabalhar”**. O seu primeiro emprego veio aos 13 anos, na construção civil.

**“O primeiro serviço meu foi dentro de construção (...) Comecei com 13 anos. 13 anos. Quando eu comecei a trabalhar em construção aí o empeleiteiro me levava lá pra Barra de Jangada, lá pra Piedade, aquele lado, Candeias, pra aquele lado. Quando o sindicato chegasse ele dizia: óia, te esconde! Porque o caba de menor antigamente não podia trabalhar em construção. Aí dizia: entra dentro do banheiro aí que os home do sindicato tá... chegava aquele carro de som. Entra dentro do banheiro aí que o sindicato tá aí. Nem minha carteira antigamente era fichada. Quando vieram fichar a minha carteira eu já tava com 18 anos. Trabalhei na fase de uns 14 anos nela. 14 anos na construção”** (Pedro – agricultor 4).

Ele nunca tinha trabalhado com agricultura, **“aí pra puder apantar, vim pra cá, comecei a aprender com os meninos, com os colega, né? Comecei a amizade com os menino”**. Pedro nos oferece um exemplo da extrema desenvoltura que esses heróis têm, abrindo “brechas” e inventando alianças, que possibilitam viver em um ambiente altamente concentrador e excludente. Do mesmo modo, Mateus também não era enraizado na agricultura. **“Minha vida, eu era açougueiro, trabalhava de açougue, cortava carne, carregava carne nas costas de madrugada, já trabalhei de vigilante também”**. No entanto, ele vinha de uma família de agricultores do interior, e já havia trabalhado com hortas. Nasceu no Recife, mas seus pais são de Amaraji (Zona da Mata de Pernambuco – distante 96 Km do Recife). Eles não têm mais a terra naquela cidade.

**“A gente tem uma terrinha, não é aqui, é no Ceará. A gente ainda sobrevive com uma rendazinha, uma besteirinha, plantinha de capim. A gente aluga o pasto e veve da renda do capim. Mas horta lá ninguém veve não. Só quem vive com negócio de horta sou eu mesmo, aqui em Recife, porque não tenho meio de trabalhar” (Mateus – agricultor 7).**

De maneira mais marcada a agricultura aparece na vida de Paulo, Marcos, Lucas, Tiago e João. Todos se iniciaram na agricultura por volta dos 10 anos de idade, trabalhando com os pais.

**“Eu comecei a trabalhar com oito anos de idade, com enxada lá, plantando verdura mais meu pai. Oito anos de idade, eu nasci e me criei dentro da horta. Eu não entendo muito não, mas entendo um bocado, entendeu? Sei plantar, sei colher, desde menor que ele (aponta para o filho de 12 anos), eu trabalhava na enxada já, menor do que ele. Com coentro, alface, cebolinha também” (Tiago – agricultor 2).**

João trabalha na agricultura desde os 12 anos. **“Lá era do meu pai (...) A gente trabalhava, criava uns gado e trabalhava fora (...) Mas não tinha condição de trabalhar lá não, que é muito barato demais a mercadoria”.** Marcos começou a trabalhar com 10 anos no sítio da família. **“Lá no sítio, meu pai só planta quiabo, não planta alface não”.** Como diz Paulo, **“já vem hereditário (...) Meu pai já veio, não era do ramo, mas casou com a minha mãe que já mexia no ramo, aí ele entrou pro ramo e não saiu mais não. Um vai trazendo o outro”.** Seus avós e bisavós já cultivavam outras áreas no Recife: próximo ao Hospital Getúlio Vargas (bairro do Cordeiro) e depois na Cidade Universitária (onde hoje se situa a Universidade Federal de Pernambuco – no Campus ainda existe um pequeno sítio). Aos poucos, foram sendo empurrados para fora da cidade esterelizada pelo asfalto, encaixando-se nas suas “brechas”, resistindo aos “apagamentos”.

**“Depois chegou a universidade, né? Evoluiu mais. Aí voltaram pro interior aí depois voltamos de novo. Eles começaram aqui já vai na terceira geração já. Já vem genético (...) Eles plantavam mas lá era muito devagar, foi os primeiro que começou, na época não existia nem esses motor a explosão, tocava naquela**

**bomba manual, muito arcaico ainda, depois foi evoluindo. Eles também, a cidade cresceu, né? Eles foram-se embora pra zona rural de novo, mas sempre eles estão por aqui. Tão aqui acho que mais de 30 anos. Mais do que isso” (Paulo – agricultor 3).**

Para Augé, *“a própria referência ao passado é um ato de criação e, pode-se dizer, de mobilização”* (1998: 28). Salvo João, nascido em Catende (Zona da Mata de Pernambuco – distante 142 Km do Recife), suas histórias entrecruzam-se no Engenho Galiléia, **“onde começou as liga camponesa em 64” (Marcos – agricultor 1)**, em Vitória de Santo Antão (Zona da Mata de Pernambuco – distante 51 Km do Recife). A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco ficou mais conhecida pelo seu apelido, Ligas Camponesas, que visava dar-lhe uma origem suspeita associando-a a um “perigo comunista”. No entanto, a Liga não estava “ligada” às lutas contra a exploração do regime agrário, seu objetivo inicial era a defesa dos direitos dos mortos a “sete palmos de terra e um caixão”, já que os caixões eram emprestados pela Prefeitura e precisavam ser devolvidos para servir a outros.

A Liga era uma “sociedade civil beneficente de auxílio mútuo”, ela pagava o enterro e o caixão descia com o morto, um pequeno perigo que foi alimentado por um grande medo, conforme diz Castro (1965). Entre os agricultores dos *loops* há descendentes de “Zezé da Galiléia”, importante liderança camponesa, evocado com orgulho. Acredito que muitos outros agricultores que cultivam suas hortas na área de expansão da CEASA e BR 232 compartilham desse passado e são atravessados por relações de parentesco. O município de Vitória de Santo Antão é um famoso pomar pernambucano, de terras férteis e bem regadas. O referido engenho, situado em suas terras, foi loteado, ainda no governo de Cid Sampaio.

**“Cid Sampaio foi quem retalhou o terreno, comprou ao senhor de engenho e retalhou, fez como se diz hoje, parcela, né? [...] Tem muito sítio já que foi vendido já pro pessoal de mais dinheiro, né? Hoje não tá somente na mão do pequeno agricultor não” (Marcos – agricultor 1).**

Marcos e Tiago nasceram e criaram-se lá, onde seus pais ainda residem. **“Desde a desapropriação que meu pai mora lá, nasceu lá e criou-se lá. Hoje ele tá com 70 anos” (Marcos – agricultor 1).** Eles vão à Vitória com uma certa frequência, aproveitando alguns finais de semana, para ver a família, “tomar banho de cachoeira”...

**“A terra de Vitória é do meu pai, é própria, é do meu pai lá. O terreno lá era grande demais, e é grande ainda, ainda mora gente lá. Tem casa lá também, tem lá. Final de semana eu sempre vou prá lá, final de semana pra lá eu vou. Passar final de semana com meu pai e minha mãe lá” (Tiago – agricultor 2).**

Lucas nasceu lá, mas foi criado no Recife. Caminho inverso fez Paulo que nascido aqui, criou-se em Vitória.

**“Lá o clima é outro, é muito mais gostoso do que aqui. Principalmente pra dormir, não tem melhor não. É um clima de montanha, você pode dormir sossegado, sem ninguém tá enchendo o saco. Na cidade você sabe como é que é, moro na Roda de Fogo, pertinho da avenida. Paciência. Minha casa é fechada que não dá pra ver o sol, tô dentro de uma estufa”.**

Toda a sua família praticamente já está no Recife, só não os mais velhos, mais apegados a terra.

**“Por causo que um vai trazendo o outro, vai vendo. Outro: como é que tá tua situação lá? Tá devagar demais. Então vem pra cá. Não é bom não mas parece que tá melhor do que lá. Aí foi chegando, foi chegando, foi chegando, acho que a família inteira tá aí. Todos que vieram pra aqui não voltaram pra lá não. E as terra continua lá mesmo, os parentes continua lá, eles também não sai de lá, porque é a 3ª geração já, eles também não sai de lá. E agora que iluminação rural melhorou um bocado lá também. Mas os que vieram pra aqui não voltaram pra lá não”.**

Eles são todos (Marcos, Paulo, Tiago, Lucas, e até João) atravessados por relações de parentesco, que se estendem além dos dois *loops*. Para Tiago, **“aqui é quase tudo família”**. Lucas “mora” com a irmã de João e é primo da esposa de Marcos. Este é casado com a irmã de Paulo e é primo segundo de Tiago. Há outros parentes de Marcos, Tiago, Paulo e Lucas, cultivando outras hortas, em outras áreas ociosas daquela região. Não posso dizer que o parentesco constitui uma regra de acesso a terra, nada pude observar que denotasse isto. Talvez possa facilitar-lhe, como um caminho já aberto, mas estas relações não parecem ser priorizadas em detrimento de outras, como as de vizinhança, amizade, conterraneidade... que se superpõem no contexto da área de expansão da CEASA.

Este é um dado bastante característico do universo de relações pessoais, que envolve parentes, amigos e conterrâneos, dentro do qual se orienta a migração, conforme diz Durham (1973). *“Esse grupo constitui um instrumento importante para a integração do migrante no universo urbano e, especialmente, no ocupacional”* (Durham, 1973: 183). No entanto, esta *“mobilização de parentes, vizinhos e conterrâneos não constitui um resíduo de padrões tradicionais, que tenderiam a sumir com o progresso da urbanização, mas são relações atualizadas na vida urbana e constitutivos dela”* (Sader, 1988: 95).

Pode-se dizer que essas relações foram decisivas na vinda de Marcos, Paulo, Tiago, Lucas e João (citando apenas aqueles que participaram da pesquisa e vinculam-se ao contexto migratório) para o Recife, e têm certa centralidade no processo de reapropriação/reinvenção que se desenrola nos espaços adjacentes a CEASA. Embora a área de expansão da CEASA não tenha integrado o campo observado nesta pesquisa, pode-se dizer que ela desempenha um importante papel recebendo estes migrantes ao longo dos anos; mesmo que este não tenha sido o primeiro



destino para alguns deles, ou o próprio propósito de suas vindas para o Recife, mostrou-se como uma possibilidade de vida na cidade, a qual eles foram aderindo.

Do conjunto dos agricultores apenas João e Tiago nunca praticaram outra atividade. O primeiro já está no Recife há mais ou menos 25 anos, chegou com 12 anos e inicialmente negociava na feira. O segundo está desde 1999 e já veio para plantar, embora não tenha iniciado nos *loops* (onde está apenas desde o início do ano), ele comprou sua primeira horta na área de expansão da CEASA, onde também tem uma casa. Além da agricultura, Tiago criava gado em Vitória, **“aqui [atrás da CEASA] eu criava gado também, agora não tô criando mais não”**.

Mesmo os que saíram nunca se desligaram totalmente da agricultura, regressando a ela (como Paulo), ou mantendo-a de forma concomitante (como Marcos e Lucas). Paulo **“trabalhava de metalurgia, setor de borracha e comércio, três serviço, eu tenho três carteira pra trabalhar em qualquer serviço. Se não dá num outro vai”**. Passou 5 anos em São Paulo, e chegou definitivamente para viver no Recife em 1992, por conta de um problema de saúde a família não lhe deixou voltar.

**“São Paulo eu fui em 87, passei 5 anos lá. Aí inventei de vir pra aqui, aí tinha um problema de visão. Aí piorou o meu problema de saúde, eu não tive mais como voltar. Aí tive que fazer uma cirurgia. Aí ficou até aqui, não dava pra voltar mais, eu permaneci aqui mesmo. Num vai, num vai, a família tudo dizendo, passou 5 anos lá não deu muito certo, também não vai enricar, pobre não enrica assim fácil. Fiquei por aqui mesmo, o problema de saúde agravou-se não teve como voltar mais não. Passei uns 3 anos pra me recuperar da cirurgia, ou mais, tô me recuperando muito lento (...) A gente já praticava mais de uma atividade já, quando não dá a gente vai pra indústria (...) Tem uma linha assim na indústria né? Todos tão mais ou menos com 39, 40 anos e ficaram mais ou menos 15, 20 anos na indústria, aí as indústria foi fechando e a idade foi colaborando, aí cada vez que ficava mais difícil. Vamo pra feira, aí vamo evoluindo!”** (Paulo – agricultor 3).

Marcos saiu de Vitória de Santo Antão em 1988 para trabalhar como ajudante geral na fábrica de cerâmica da família Brennand. **“Eu arranjei esse emprego através de um parente, que ele trabalhava na Brennand. Ele é casado com a prima da minha esposa. Aí ele arranhou pra mim esse serviço e eu trabalhei 3 anos e 8 meses”**. Até a falência desta fábrica, em 1992. **“Aí resolvi trabalhar na enxada de novo”**. Na verdade, ele voltou a ter a agricultura como atividade principal, pois que nunca deixou a enxada, **“plantava pouquinho, mas plantava”**. Ele é um dos mais antigos na área, está lá há 18 anos, embora só há 7 nos *loops*. Ele participou da primeira associação de agricultores daquela área.

**“Ela foi fundada em 1990. Era ASPAC, Associação dos Pequenos Agricultores do Curado, fundada no governo de Miguel Arraes, mas o pessoal foi desistindo e praticamente não existe mais (...) Associação, ela é só pra adquirir melhorias com os órgãos do estado, do governo, adquirir melhoria pra o pessoal, que trabalha na área aqui, né? Nós ainda conseguimos no início. Teve gente aí que ganhou carro de mão, ganhou pá, enxada, mangueira, motor elétrico, quer dizer, bomba, né? Bomba de irrigação. Mas isso foi todos não, foi logo no início depois parou porque as pessoas foram desistindo da associação. Se nós tivesse com ela hoje ativa, em atividade, nós teria mais coisa aqui hoje. O governo eles só ajuda se tiver associação, se tiver interesse do povo, o povo vai lá, pede através da associação e eles fazem o serviço”**.

Poucos falam da associação. João, Pedro e Mateus a desconhecem completamente. Paulo e Tiago sabem que ela existiu, mas não participaram dela, sabem apenas que Marcos participou. Todos julgam que ela é importante para o pequeno agricultor, **“para ajudar na feira básica”** (Tiago – agricultor 2); mas Lucas faz um registro diferente: **“Uma vez inventaram uma associação pro lado de lá (...) mas eu não vi futuro em nada na vida ali não. O que ele queria era fazer empréstimo com a gente. Sem futuro”**.

Marcos conta que a associação, que foi iniciada em 1990 (último ano do mandato de Miguel Arraes como governador de Pernambuco) e existiu durante 6 anos, conseguiu alguns

benefícios para os agricultores junto ao poder público. O período, no entanto, não confere com aquele observado nos jornais, entre 1986 e 1988, quando Jarbas Vasconcelos assumiu pela primeira vez a prefeitura do Recife e iniciou um programa de apoio aos pequenos agricultores da região. Não encontrei registros de ações semelhantes em nenhum outro momento da história daquela ocupação. Neste caso, ou os implementos adquiridos no tempo da associação não são os mesmos fornecidos pela Secretaria de Abastecimento, ou então, entramos em um nebuloso da memória.

Enquanto Marcos estava empregado na Brennand (Fábrica de Cerâmica São João), a agricultura era a sua segunda atividade, trabalhando com Lucas e o pai na área que eles cultivavam próximo ao atual Núcleo de Educação Física no Campus da UFPE – onde morou por 1 ano quando chegou no Recife, depois a Universidade precisou do terreno e **“indenizou a gente com uma micharia lá” (Lucas – agricultor 6)** – ou cultivando a sua própria horta na área de expansão da CEASA (onde mora atualmente). Ao sair da fábrica voltou a dedicar-se exclusivamente a agricultura. O mesmo ocorreu com Lucas, que trabalhava na Prefeitura do Campus, **“naquelas firma de limpeza de lá”**, enquanto cultivava sua horta. Ao ser demitido passou a ter a agricultura como única atividade. Essa é a realidade para os 7 casos observados: a agricultura é praticada com exclusividade.

Essas experiências, guardadas em memória, constituem o conjunto de saberes que servem de base para as operações que estes indivíduos realizam, abrindo brechas na cidade, buscando viabilizar a vida. É no cotidiano, *locus* da improvisação e da resistência ao poder, que observamos a emergência das várias formas de reapropriação/reinvenção do espaço, construtoras de novas paisagens. Esses lugares, criados pela engenharia marginal, encaixam-se na cidade de

maneira indissociável, e estabelecem com ela uma relação de complementaridade, concorrência e antagonismo, ao mesmo tempo. Insisto que não se trata de uma exclusividade do Recife. Essa atividade é bastante comum e é este seu estatuto que chama a atenção de uma antropologia que privilegia o anônimo e o cotidiano.

**4 A CHEGADA** – “*Eu vim pra cá com essa intenção, de trabalhar também assim, a mesma coisa*”<sup>45</sup>

#### 4.1 O CAMPO DAS ASTÚCIAS

No campo das astúcias tudo é oportunidade. É assim que os interstícios do “Contorno do Recife” se apresentam a Marcos, Tiago, Paulo, Mateus, João, Lucas, Pedro (e a todos os outros que com, e como eles, ocupam essa área com suas hortas e/ou casas), como uma oportunidade não só de trabalho (embora este uso seja a “marca” da ocupação no local observado), ou de moradia (outro uso dado ao local); mas de viabilização da vida, em um ambiente altamente concentrador de riquezas e oportunidades, onde o trabalho ocupa uma posição de centralidade, e ao mesmo tempo em que é fonte de exclusão, torna-se um fator de inclusão.

*“A existência social dos indivíduos depende da economia e os indivíduos perdem muito mais do que o emprego quando perdem seu trabalho ou não encontram um. O paradoxo próprio das sociedades capitalistas é que a economia é a principal fonte de exclusão dos indivíduos, mas esta exclusão não os exclui apenas da economia. Ela os exclui ou os ameaça a longo prazo de exclusão da sociedade. E, para aqueles que são excluídos da economia, as chances de serem incluídos novamente são cada vez menores”* (Godelier, 2001: 8).

Daí o papel das “astúcias”, inserindo-se nas “brechas” e abrindo espaços de trabalho, de moradia, de lazer, e mesmo de fé – cujo direito foi (ainda o é) tão frequentemente negado no mundo<sup>46</sup>. É importante enfatizar que, sejam as hortas da beira da estrada, as palafitas da beira do

---

<sup>45</sup> Extraído dos relatos de Tiago.

<sup>46</sup> As perseguições aos cultos afro são um exemplo (Fernandes, 1937; Campos, 2001).

rio, ou os *skatistas* da beira da calçada, não se tratam necessariamente de movimentos sociais organizados, unidos em um projeto político mais amplo. Podem não conseguir traduzir as suas questões em questões políticas, dentro dos moldes que nos acostumamos a pensá-las; no entanto, todas estas práticas de reapropriação/reinvenção do espaço não deixam de confrontar a ordem através de performances de práticas espaciais desviacionistas, que inauguram novos padrões e vão redesenhando a cidade a partir de “demandas silenciosas”, pois não se baseiam no espetáculo, mas na discrição<sup>47</sup>.

*“Sem despertar, de imediato, atenção para o fato, as famílias erguem uma moradia improvisada em terrenos públicos ou baldios; aos poucos vão chegando outras famílias e aumentando as primeiras construções com puxadas, até que formem uma aglomeração. Aspecto que só é despertado pelo impacto visual e pela presença considerada ‘incômoda’ para os moradores das residências de melhores condições, localizadas nas proximidades; não pelo verdadeiro problema econômico e social enfrentado por esta população, estando à margem de uma sociedade da qual participa para sua consolidação”* (Pessoa da Costa, 1982: 171).

A citação longa exemplifica bem o contexto. O tema é habitacional, mas o fundamento é o mesmo, sejam os mocambeiros ou os agricultores, ambos exploram de modo ambíguo e ambivalente uma (in)certa situação de invisibilidade. Ao mesmo tempo em que é um poderoso recurso de manutenção da ordem (uma das principais estratégias do Estado para dissipar as tensões)<sup>48</sup>, ela produz efeitos não calculados, e acaba servindo de suporte para (des)ordenações multiformes. Foucault (2004), do alto do seu panoptismo, não conseguiu ver o que se passava nas “brechas”, “lugar” das táticas, como as baratas e as formigas sempre souberam. Imbricadas nas “redes de vigilância” disseminam-se as “redes de anti-disciplina”. São antes de tudo, “lugares de

---

<sup>47</sup> Rogério Fragoso, diretor da CELPE (Companhia Elétrica de Pernambuco) ouvido para esta pesquisa, faz uma caricatura bastante significativa do modo como estas reapropriações/reinvenções ocorrem: **“eles chegam com um papelão e esperam que alguém reclame, se ninguém diz nada, eles fazem de alvenaria”**.

<sup>48</sup> Santos (1984) diz que a função política geral do Estado consiste em manter essas tensões, provocadas pelas ocupações, em “níveis funcionalmente compatíveis com os limites estruturais” através da “integração”, “trivialização” e da “repressão”.

viração” de onde resiste o homem-sicrano, que a marginalidade (uma palavra cansada, mas que ainda cumpre o seu papel, referindo-se, sobretudo, a exploração e a repressão, a estigmatização e a exclusão<sup>49</sup>) torna inovador.

Esta associação entre “astúcia” e “marginalidade” também faz parte do repertório público. Podemos observá-la na fala de Baiano (ex-morador da Ponte do Limoeiro) – **“a gente é pobre, mas né burro não. Deus deu um pouquinho de inteligência a nós, pra gente poder se virar”**. Isto não implica em uma relação de exclusividade. A “astúcia” não deve ser entendida como uma particularidade de “marginais”, mas como um recurso, metodológico também, para lidar com situações de incerteza. Ela se alimenta destas situações, intensificando-se na mesma medida em que elas se intensificam. Para Morin,

*“em situação de incerteza e de complexidade, a aposta deve substituir a evidência, e a estratégia – determinação em vista da finalidade de uma conduta que pode se modificar segundo os casos encontrados e as informações adquiridas – deve substituir o programa – sequência de atos fixados a priori e não modificáveis” (2002: 122)<sup>50</sup>.*

Esta consideração permite aproximar “o campo das astúcias” e “as astúcias do campo”, e vê-la (a astúcia) como um importante componente da atividade científica. *“Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”* (Ginzburg, C. apud Silva, 2000: 59). A “astúcia” é uma inteligência que liga razão e intuição, tal qual vemos no exemplo de Teseu, herói mítico que

---

<sup>49</sup> Perlman, 1977.

<sup>50</sup> A “estratégia” em Morin (2002) aproxima-se da “tática” em De Certeau (1994), e o “programa” aproxima-se da “estratégia”. Na conceituação de Morin (2002), no entanto, está ausente o tema da “autoridade”.

escapou do labirinto<sup>51</sup>; e no dos heróis ordinários que silenciosamente vão construindo suas saídas, encontrando uma forma de resistir à extenuação. “*Rebeliões silenciosas da vida de todos os dias*” (Wacquant, 2001: 169) que fazem da cidade um campo de batalhas.

A “astúcia” é uma força-fraca. Ela está para as “táticas”, como o “próprio” está para as “estratégias”. De Certeau (1994) opõe uma a outra. A “estratégia” é um cálculo que conta com um lugar (um “próprio”)<sup>52</sup> que pode ser circunscrito, e que desta forma serve de base “a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. A cidade, como local onde (e de onde) o poder se exerce, foi construída segundo esse modelo. Bem como a nacionalidade política, econômica ou científica, conforme acusa o autor. Territórios de operações controladas, onde o poder performa um espetáculo de ordem. “*É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo*” (De Certeau, 1994: 99).

A “tática”, por outro lado, não conta com uma fronteira (com um “próprio”) e portanto, “só tem como lugar o lugar do outro”, e ocupa-o (literalmente). “*São tanto menos visíveis como as redes do enquadramento se fazem mais apertadas, ágeis e totalitárias*” (De Certeau, 1994: 94), perceptíveis somente pelas erosões que provocam nos lugares. Enquanto o “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo (pois que se deseja estável – ordem), a “tática” que não dispõe de base para capitalizar os seus proveitos e não consegue assegurar a sua independência diante das circunstâncias, depende e explora o tempo. “*Lógica articulada em cima da ocasião tem como preliminar, contrariando a cientificidade ocidental, a não-autonomia do campo de ação*” (De Certeau, 1994: 83). A oportunidade faz a “tática”, ato e maneira de aproveitar a ocasião.

---

<sup>51</sup> Balandier, 1999.

<sup>52</sup> Como bem lembra Kasper (2006), “próprio”, em francês (*propre*), tanto significa “próprio”, como “limpo”.



Sendo um saber que tem origem no “fundo dos oceanos”, tendo como lugar o lugar do outro, produzindo silenciosamente sem se capitalizar, essas “táticas”, escapam ao poder sem deixá-lo. Elas não cessam de “*restaurar nos lugares onde os poderes se distribuem a insólita pertinência do tempo*” (De Certeau, 1994: 165). Esta é a marca da chegada de Marcos, Tiago, Paulo, Pedro, João, Lucas e Mateus, nos *loops* da rodovia. Conforme expus, alguns deles já estão envolvidos com agricultura naquele perímetro há muitos anos, como é o caso de Marcos que chegou a integrar a associação que existiu no local (ASPAC); mas estou considerando “chegada”, o momento em que eles passam a ocupar os *loops*.

A ocupação observada é recente se comparada a outras ocupações circunvizinhas, e nenhum dos agricultores que participaram da pesquisa conhece o início mesmo daquelas hortas, embora indiquem sempre a área onde tudo teria começado (do outro lado da BR-101 – principalmente na área onde se situa o Vietnã e se expande a Vila Miguel Arraes). A lógica, no entanto, que levou uns e outros até lá, parece ser a mesma. Tentei acessar a idéia-*insight* que os movera, mas o caminho é de pedras. Quando eu lhe perguntei como foi que ele chegou ali, Lucas disse simplesmente: **“Fiquei sem emprego e vim plantar aqui mesmo”**. O que há mais para dizer? Parece tão óbvio. É tão óbvio: o desemprego.

Quando ele saiu da prestadora de serviço não conseguiu mais emprego e “abriu uma horta” em um dos *loops*, onde se mantém até hoje. Mas o método exige que importunemos um pouco mais, então insisti na questão e ele respondeu: **“É o seguinte, você não tem pra onde fazer nada mesmo. Passei, via a área desocupada, o cara vem e começou a trabalhar”**. Novos elementos adicionaram-se ao desemprego contido na primeira fala. Ele não estava só desempregado, ele também passava no local, e o local estava desocupado. Assim vai se

configurando a oportunidade – a “brecha” – da qual a “tática” se aproveita. O “instante da arte” – uma decisão mais do que um discurso.

Trata-se de uma lógica alimentada por uma penosa experiência de escassez, embora com ela não estabeleça nenhum automatismo. **“Tive que me virar aqui nesse pedacinho de terra. Tava abandonado. Aí caí aqui pra dentro”**, é o que diz Mateus. O desemprego também o levou para aquelas terras ociosas, nas quais outros já tinham suas hortas, e alimentavam o processo de reapropriação/reinvenção do espaço com os seus exemplos, atualizando o gesto daqueles que ali começaram tudo. Sua fala acrescenta um outro elemento à fala de Lucas: o exemplo dos “vizinhos”.

**“O desemprego, o desemprego. Que eu fiquei sem trabalhar, né? Aí quando eu vi a horta aqui, vi esse pedacinho de terra, aí eu digo: oxe, vou botar uma horta aqui! Que eu vejo meus vizinho que tem horta por aqui, né? E a terra tava abandonada, pronto. Botei a horta e vivo da horta aqui com os menino aqui”**.

Esta é uma experiência concreta para muitos deles, o desemprego, embora haja casos de “donos de horta” que se dedicam a empregos “fora” (não entre aqueles que participaram da pesquisa). Assim como o passado do lugar foi a agricultura, o deles foi o trabalho. Não são “invasores do espaço”, que a cidade olha estarecida: o “outro” que chega para ocupar o meu “lugar”. Pertencemos ao mesmo mundo e a mesma experiência afetiva e de juro. Marcos veio de Vitória de Santo Antão para trabalhar na fábrica de cerâmica da família Brennand. Paulo trabalhou na indústria e no comércio em São Paulo. Pedro trabalhou por muito tempo na construção civil.

**“Se não fosse esse local eu ia fazer o quê? Ia tá, arrumar outro jeito né. Porque emprego hoje em dia (...) minha função. Eu trabalhava sempre em construção civil, né? Aí a construção civil do jeito que hoje em dia tá difícil, eu ia fazer o**

**quê? Arrumar uma carroça, catar, apanhar papelão por aí, ou então pegar frete dentro da CEASA mesmo, se não tivesse outro jeito de aplantar, né?”**

Na periferia do mundo, o peso destas iniciativas informais é bastante relevante. João, Pedro, Mateus e Lucas “abriram” suas próprias hortas. O mato alto é o cenário inicial para todos que chegaram para “abrir suas hortas” e, ao mesmo tempo, é o símbolo do descaso do poder público com a área. O terreno configura-se como um “baldio”, ao mesmo tempo um adjetivo – “sem proveito” – e um substantivo masculino – “terreno por cultivar”<sup>53</sup>. O que eles fazem é aproveitar cultivando.

Marina Sobral



**Ilustração 5: Canteiros de alface**

---

<sup>53</sup> Ferreira, 1988: 82.



**Ilustração 6: Canteiros de alface 2**

**“Isso era um mato da bexiga, quando eu entrei, era maior do que esses quiabo aqui o mato. Os cara matavam gente dentro do mato. Trazia de fora matava. Aí eu mandei os menino roçar tudinho, limpei, plantei, isso aqui era matagal” (João – agricultor 5).**

**“É, já tinha gente, quer dizer, nessa área que eu tô trabalhando agora não. Mas logo que eu entrei aqui isso aí era tudo cheio de mato, aí eu comecei limpando, limpando, limpando, limpando e aplantando, limpando e aplantando, aí agora é agora, mas isso aí era tudo capoeirado, no mato aí (...) Eu comecei, passei quase um mês alimpando aí. Comecei aplantando, aplantando, aplantando, aí graças a Deus dá pra me sair” (Pedro – agricultor 4).**

Mateus relata uma experiência diferente. Ao chegar ele deparou-se com algumas pessoas que moravam em “barracos” instalados no local.

**“Tinha uns barraco aqui, tinha uns barraco. Foi tipo uma indenização que eu paguei a eles tudinho, pra sair daqui. Tinha gente morando aqui. Aí mesmo tinha dois barraco aí, aqui em cima tinha um, ali tinha dois, naquelas macaíba ali tinha outro, tinha outro naquela macaíba ali. Eu saí comprando tudinho, que era só esses que veve no trecho por aí. Como se diz, né? Andando pelo mundo. Tipo cigano, eles chegam e se instalam. Pronto. E bebia muito esses camarada que vivia aqui. Era poblema demais. Como aconteceu caso de ter aqui um furar o outro. Era muita bebida, aqui mesmo, aqui era o centro, aqui era toda concentração”.**

Este relato não teve repercussão. A “presença cigana” não foi reconhecida por nenhum outro agricultor. Nem por Lucas, que está para completar 8 anos no local; nem por João e Pedro, que como Mateus, dizem que estão lá há 10 anos.

**“Quando eu cheguei aqui nessa horta. A gente não marca isso não, era pra gente marcar, né? Mais ou menos, eu acho que eu tenho uns 10 anos dentro dessa horta aqui já. Tem mais, acho que tem mais. Eu comecei do outro lado [no *loop* adjacente]. Aquela horta foi minha [hoje uma parte está de posse de Marcos e a outra de Paulo], aí passei pra outro e vim pro lado de cá” (João – agricultor 5)**

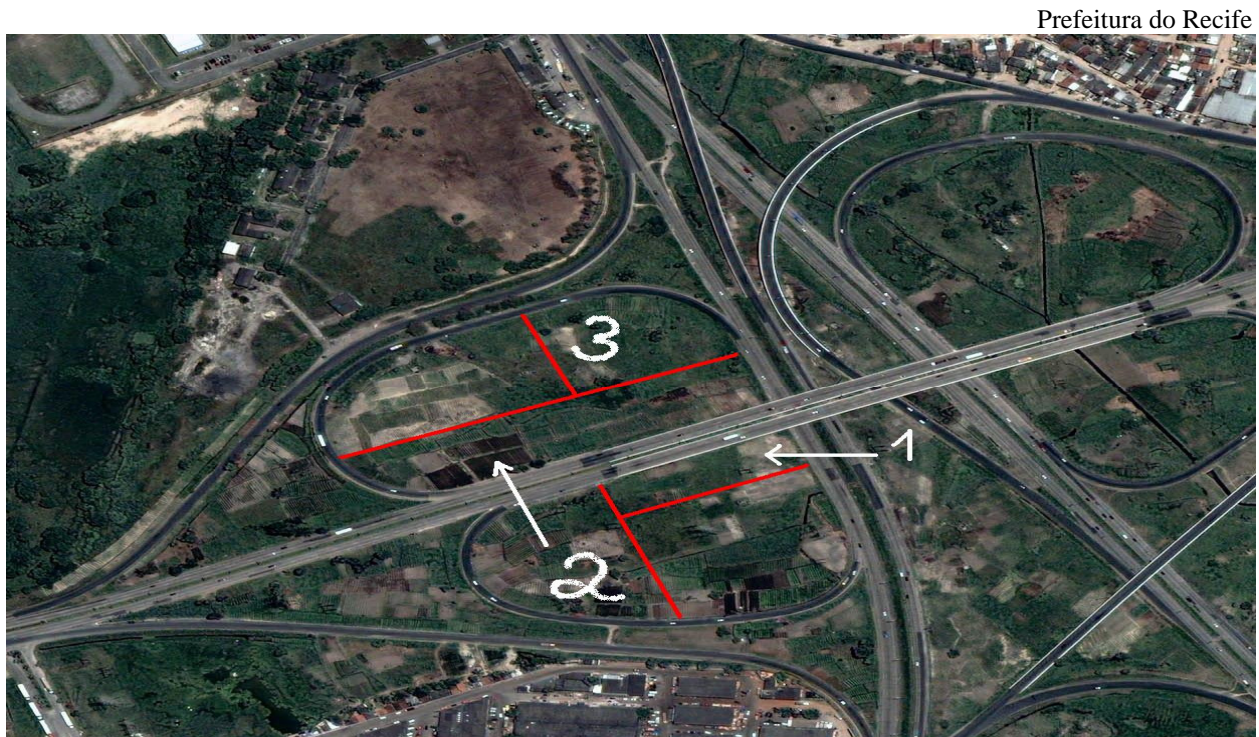
Pedro foi um dos primeiros a chegar. Ele está certo do tempo que chegou para trabalhar, ao contrário de João que não “marcou isso”, e de Mateus que não foi “marcado”. Pedro abriu sua primeira horta fora dos *loops*, em uma área vizinha, na outra margem da rodovia, **“onde tem esses 2 postes aí. Aí depois eu tive que era muita peda ali, eu digo: sabe de uma coisa, vou lá pro outro lado”**. Quando fazemos suas memórias dialogarem, vai se delineando um mapa cronológico da ocupação. Na fala de João, por exemplo, encontramos Pedro “dentro dos mato”.

**“Aqui não tinha ninguém. Peguei limpo mesmo [sem gente]. Foi tão calmo que só tinha o menino lá no fim, assim mesmo nem trabalhando ele tava. Tava dentro dos mato. Eu entrei, assim mesmo botaram terra pra eu não entrar. Não, deixa aquele, não presta pra trabalhar ali não, só tem pedra. Digo: não vou pela cabeça dos outro não. É, sou muito esperto. Aí vamo fazer o serviço. Aí abri todinho e plantei aqui. É muito grande isso aqui, essa área daqui, ó, até na faixa tem uns 500 m mais ou menos, é muito leirão<sup>54</sup>”.**

<sup>54</sup> Equivalente a “canteiro” (Ferreira, 1988: 389).



O esquema abaixo tenta mostrar essas primeiras movimentações. Pedro iniciou sua horta fora dos *loops*, posteriormente realizou o deslocamento indicado pela seta 1. João ocupou uma área no *loop* B, conforme indicado pela seta 2, ele se deslocou para o *loop* A. Mateus, representado pelo número 3, manteve-se no mesmo local onde iniciou sua horta no *loop* A.



**Ilustração 7: Manipulação de imagem de satélite 3**

Marcos, Tiago e Paulo, entraram nas hortas já abertas através de repasse. Todos têm uma experiência anterior com hortas no local (e antes de lá). Tiago chegou de Vitória com toda a família (esposa e 2 filhos) em 1999, **“lá em 99, lá foi muita seca lá, e o açude de lá secou. Aí não deu pra trabalhar, aí vim prá cá. Aí comprei uma hortinha aqui e fiquei aqui, em 99, já faz o quê? Já faz sete anos, né? Sete anos que eu tô aqui já. Sete anos”**. Eles foram morar na área de expansão da CEASA, onde Tiago adquiriu a primeira horta.

Essa área fica atrás da CEASA, que aos poucos, tem retirado as inúmeras famílias que moram e plantam no local. **“Tem muita gente lá, casa boa, de tijolo”** (Tiago – agricultor 2). Sob o pretexto de precisar da área para a ampliação das instalações, a CEASA vem indenizando algumas famílias para que elas deixem o local, e já começou a construção de um muro para evitar que novas famílias cheguem na área para construir novas casas e “abrir” novas hortas.

No início do ano de 2006, Tiago adquiriu uma horta em um dos *loops*, **“o rapaz aqui resolveu vender aqui, aí eu comprei a Antônio”**, mas ele ainda conserva sua horta na área de expansão da CEASA. Ele veio com a intenção de trabalhar na mesma atividade que praticava em Vitória, e já tinha um lugar certo para ficar. Embora ele soubesse do desenvolvimento da agricultura naquela área, desconhecia as origens daquela ocupação.

**“Quando eu cheguei por aqui já tava tudo assim já. Tudo cheio de lavoura já. Quem deve saber é quem abriu aqui, quem abriu a horta aqui, que é mais velho aqui. Quem abriu a horta aqui não tá aqui mais não. Vendeu para outro e foi embora. E é assim, né? Quando dá pra uma pessoa, dá. Quando não dá, não dá, ele vende e vai se embora, né? Tanto faz. É que nem uma pessoa tá morando em uma casa alugada, quando a casa própria não é dele mesmo, não dá pra morar naquela mais, vende aquela casa e bota em outro lugar, né?”**

João, que já passou sua primeira horta adiante, em uma tentativa frustrada de dar outro rumo a sua vida, é direto: **“Quando a gente não quer mais, a gente passa pra outro”**. Paulo explica, **“aí vende o que tem em cima da terra, porque a gente não pode vender a terra que é da União. Negocia um pedaço de pau, alguma coisa que tenha em cima plantado. Mas o restante da, da ocupação do solo é a gente mesmo que faz”**. O mesmo dirá Marcos, **“há 6 anos atrás [registro feito em 2005] eu comprei isso aqui, comprei só o que o cara tinha**

plantado aqui, aí comprei isso aqui em 99, de 99 até agora eu tô por aqui”. A horta foi comprada em conjunto com o cunhado, Paulo.

**“Isso aqui nós compramos a outro que já tinha, era de Vitória, ou melhor, é de Vitória, e trabalhava aqui. Mas não se deu bem aqui, e passou 6 meses. Aí procurou nós e repassou pra gente. Comprar, quer dizer só a parte da lavoura, a terra não pertence a nós. Ele já tinha comprado a João. João trabalhava aqui (...) Nós compramos, nós trabalhávamos juntos, né? Os dois, aí depois, eu, nós conversamos, procuramos dividir, né? Aí dividimos a área, ele ficou lá e eu fiquei do lado de cá. Lá já tinha um poço, mas eu cavei outro poço aqui”.**

Paulo diz que **“os parente tava falando demais”**, por isso eles resolveram se separar. Marcos veio sozinho para o Recife, em 1988, **“quando eu vim trabalhar na Brennand eu não era casado ainda não, eu vim trabalhar em 88, maio, eu casei em dezembro de 89, já morava lá”**. Seu sogro veio para o Recife 2 ou 3 meses depois de sua chegada, e também mora na área de expansão da CEASA, perto de sua casa. Quando eu lhe perguntei se ele já conhecia o lugar, ele disse que não.

**“Em relação a trabalho, a agricultura, eu não conhecia não. Antes de eu vim pra aqui eu não conhecia não. Depois que eu vim foi que eu comecei a conhecer, né? Conheci logo lá na Cidade Universitária, onde eu vim morar primeiro, um ano lá na casa do pai de Lucas. O pai dele morava lá, foi retirado, ele mora agora também lá, na área de expansão da CEASA”.**

Há, no entanto, uma contradição na sua fala, que de modo algum indica desonestidade. Ao mesmo tempo em que diz desconhecer a agricultura no local, assume que **“tinha gente da família que já morava aí e já plantava na área de expansão da CEASA”**. Lembro que antes de ocupar um dos *loops*, Marcos comprou, e ainda mantém, uma horta na área de expansão da CEASA, **“lá é pequeno, pouquinho, não é essa área toda aqui não”**. Também aí foi o início de Paulo. Ele chegou nos *loops* com Marcos, **“mas já produzia já em outra área já, atrás da CEASA mesmo, tem horta lá. Lá onde minha mãe morava lá, ainda permanece lá. Mora lá.**



**Tudinho de Vitória**”. O esquema abaixo mostra como, atualmente, as hortas estão distribuídas no espaço. A numeração corresponde à ordem em que me aproximei de cada um dos agricultores: Marcos (1), Tiago (2), Paulo (3), Pedro (4), João (5), Lucas (6) e Mateus (7).

Prefeitura do Recife

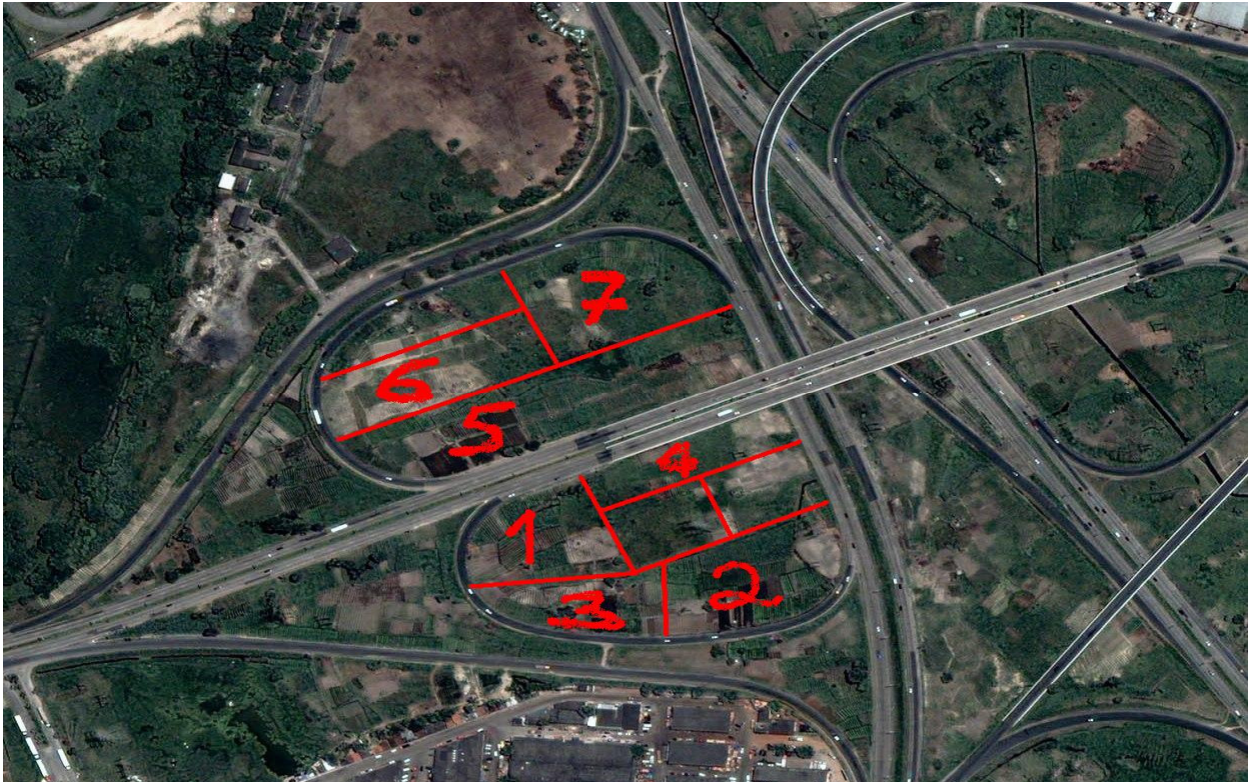


Ilustração 8: Manipulação de imagem de satélite 4

Pergunto a Marcos se alguém poderia chegar e ocupar uma parte da área dele que não estivesse produzindo no momento. **“Mas a área aqui é pequena”**, ele diz. **“Mas seria legítimo?”**

Insisti.

**“Não seria legítima, porque a gente já tá ocupando aquele terreno. Às vezes tá no mato porque também tá alagado, no caso, às vezes também cedo aqui pra o pessoal que às vezes, como agora no brejo, o rapaz chegou aqui, conhecido, e pode fazer aí o pedaço. Aí eu cedi pra ele fazer, ele plantou o brejo, colheu e deixou a terra lá. Isso eu sempre faço, isso gente conhecida, gente estranho, de fora, nunca chegou não”**.

Ele lembra que ainda há muitos espaços desocupados, **“aqui nessas área de viaduto, área que não tem ninguém trabalhando”**. Cabe perguntar por que essas áreas continuam desocupadas. Sem enveredar pelos insondáveis labirintos idiossincráticos, ou pelos sinuosos túneis das minhocas, digo que algumas dessas áreas estão desocupadas porque existem “pedras no caminho”<sup>55</sup>, no sentido amplo. Devemos levar em consideração que as reapropriações/reinvenções não se dão em um território absolutamente livre, tampouco de operações determinadas. É preciso pensar em pessoas, coisas e acontecimentos inseridos em campos, onde “forças possibilitantes” (que limitam) e “forças limitantes” (que possibilitam) atuam em intenso dialogismo.

Não é o caso de reduzir inteiramente o processo de reapropriação/reinvenção a um funcionamento mecânico de engrenagens duras e pré-montadas. Se tal redução fosse possível, as “táticas” poderiam ser mapeadas, mas elas não são reações mecânicas que podemos deduzir das condições objetivas com as quais se vinculam, ainda que as tentativas de desenhar os seus caminhos façam-nas assim parecer. Tampouco, as situações que envolvem os indivíduos e os espaços, são ambientes fechados e de movimentos programados: toda situação é um cruzamento de situações. Os indivíduos valem-se da experiência acumulada, contrabandeam aquilo que aprenderam em velhas situações, e reinvestem para resolver novos problemas (encontramos exemplos como este na ciência), o que torna essas operações difíceis de prever. E é no imprevisto que reside a fonte de sua novidade.

Para De Certeau, trata-se de *“uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”* (1994: 42) – uma *bricolage*. Lévi-

---

<sup>55</sup> Referência ao poema *No meio do caminho* (Andrade, 1986)

Strauss (1976) utiliza a *bricolage* para explicar a estrutura do “pensamento selvagem”. O *bricoleur* decompõe e recompõe “*conjuntos acontecimentais (no plano psíquico, sócio-histórico ou técnico) e deles se servem como de outras tantas peças indestrutíveis, em vista de arranjos estruturais que exercem, alternativamente, o papel de fins e meios*” (Lévi-Strauss, 1976: 55). Uma arte de articular, a *bricolage* opera com materiais fragmentados, já elaborados, sem seguir um plano preconcebido e distanciando-se dos expedientes executados pela técnica. O termo francês traz a idéia de uma técnica improvisada, adaptada às circunstâncias. Kasper (2006) observou essa “tecnicidade selvagem” na constituição de “territórios domésticos” por moradores de rua em São Paulo.

No trabalho intitulado *Habitar a rua*, o autor oferece alguns exemplos de como estes moradores “arranjam-se com o que têm a mão” (a memória na ponta dos dedos), e driblam as funcionalidades previstas para os lugares e os objetos, reposicionando-os em um campo de conexões possíveis. O *bricoleur* reavalia o *script* dos lugares (e objetos) quando os realiza na prática – operação simultaneamente física e psicossocial, que testemunha a indissociabilidade entre o material e o simbólico. Ele é antes de tudo um experimentador, pauta-se na viabilidade ou não do experimento, e segue entre tentativas e erros. Assim, ele questiona os esquemas de uso, que são a expressão de uma racionalidade dominante, submetendo-os a riscos empíricos.

A referência a Sahlins (1999) é obrigatória aqui. Reconhecendo o pragmatismo dos símbolos, o autor fala em “reavaliações funcionais de categorias”, que ocorrem “*quando as pessoas, à medida que se tornam socialmente capazes, deixam de ser escravos de seus conceitos para se tornarem seus senhores*” (1999: 11). Neste sentido, as “funções” (moralidade das coisas) não são fixas, mas vistas como construções. Nas palavras de Latour, “*nem o sujeito nem o objeto*

(e seus objetivos) são fixos. Quando as proposições são articuladas, elas se juntam numa proposição nova. Tornam-se ‘alguém, alguma coisa’ mais” (2001: 207). Um “híbrido”, que compreende “arma” e “atirador”, mas também “horta” e “agricultor”. Para entender esta relação é que empresto de Latour (2001) o conceito de “translação”. No momento penso que será suficiente dizer que “translação” traduz uma incerteza quanto aos objetivos, indica deslocamento, mediação, e principalmente, “*criação de um vínculo que não existia e que, até certo ponto, modifica os dois originais*” (2001: 206).

Sempre haverá espaços que favorecerão certos usos em detrimento de outros. Sempre haverá indivíduos mais dispostos a certas práticas em detrimento de outras. Do ponto de vista do processo de reapropriação/reinvenção do espaço (ou de qualquer outro ponto de vista), isto pouco significa quando olhamos para um ou para outro isoladamente. Unilateralmente, os espaços não são nem mais nem menos favoráveis, nem os indivíduos são mais ou são menos dispostos. É em conjunto que devemos tratá-los, envolvidos em uma situação que os recoloca em um diálogo intenso e incessante, em que um se refaz em relação ao outro. “*Nesse universo, tudo o que o homem transforma o transforma. Toda modificação exterior se torna interior*” (Morin, S/Db: 305).

Nem os espaços determinarão os seus usos, nem os indivíduos imporão suas práticas. Os espaços oferecem possibilidades, mas também impõem limites. Os indivíduos os percebem dentro de uma situação, na qual reconhecerão ou não uma oportunidade, de acordo com suas próprias disposições e indisposições. Foi isto que pude observar nos *loops*: um conjunto de desempregados que reconheceu nas terras ociosas (sem emprego) das margens da rodovia uma oportunidade da qual podiam tirar proveito, e deste “encontro” (tal qual ocorre entre o

pesquisador e o seu objeto: um “reconhecimento”, mais do que um “estranhamento”), surgiram “hortas” e “agricultores”. Percebi que os sujeitos e objetos da situação, inseridos em um circuito recursivo (em que um é simultaneamente causa e consequência do outro), reapropriaram-se um do outro e reinventaram-se mutuamente – de modo que um garante ao outro o seu estatuto de agricultor e de horta. Estabeleceram, pois, um vínculo, uma aliança totalmente simétrica (que os capacita a existir), que transformou um e outro resultando em “*um objetivo composto diferente dos dois originais*” (Latour, 2001: 206).

O “encontro” ao qual me referi, não se dá em condições de *prêt-à-porter*, nem a “brecha” é uma refeição instantânea que traz as instruções no verso da embalagem. A combinação agricultor-terra é bem menos perfeita do que parece. Nem tudo o que se planta, dá. Todos eles sabem que estão em terras da União, ocupando as margens de uma rodovia, que não foram programadas para o trabalho agrícola. **“Isso aqui não foi feito pra nós, foi feito pra BR”**, ao dizê-lo, Paulo pensava em duas coisas: os alagamentos e as condições da terra.

**“A diferença de terra aqui é a mesma coisa. A terra aqui sempre foi aterro, e aterro e aqui era jardim, e a terra aqui é pouca. Se cavar aqui 20 cm chega no barro, barro batido socado pelas socadeira” (Marcos – agricultor 1).** Mas estes agricultores-alquimistas, com suas enxadas-filosofais<sup>56</sup>, vão transformando o lugar. **“Isso aqui não tinha terra, né? Era só o barro vermelho. O barro vermelho, com a continuação, você vai virando, virando, virando, vai ficando preto, né? Vai botando esterco, adubo, mata alguns insetos por aí” (Lucas – agricultor 6).** O processo de reapropriação/reinvenção implica em um trabalho – uma série de

---

<sup>56</sup> Referência à “pedra filosofal” do alquimista que tem o poder de transformar uma matéria inferior em um objeto nobre.

atos de ocupação. Nesse caso, chegar significa: ‘roçar’, ‘limpar’, ‘preparar a terra’, ‘fazer o canteiro’, ‘irrigar’, ‘colher’. **“Aí se a pessoa chegar, aí vai ter que colocar energia, vai ter que cavar poço”**, assim me explicou Marcos.

Através deste trabalho, as “hortas” e os “agricultores” se “objetivam”. Pode parecer contraditório falar em “objetivação” diante da precariedade e incerteza que marca suas presenças (revogáveis) nos *loops* – “situação de palafitas”<sup>57</sup> – mas não se a olharmos com a relatividade que ela merece. A “objetivação” é indissociável da “subjetivação”, que introduz o princípio do “reconhecimento” – fundamental na política. Deste modo, não é possível pensar a “objetivação” como uma relação de todo adquirida, mas como um processo interativo de (des)construção, que precisa ser recriado a todo o momento, como um dançarino sobre a corda bamba procura o seu equilíbrio<sup>58</sup>. As hortas e os agricultores desfrutam do “reconhecimento” que foi negado a Praça Conde Pereira Carneiro. Tal “reconhecimento” (inclusive do “direito de posse”) é, sobretudo, “local”. Ele deriva, em grande parte, das alianças que os indivíduos conseguem mobilizar, e é ele que garante um mínimo de estabilidade ao vínculo agricultor-terra.

O trabalho inicia um circuito de transformação. Os vãos internos de uma ponte que são convertidos em casas, as caixas de papelão que são convertidas em camas, as portas de madeira que são convertidas em pisos de palafitas... Ao mesmo tempo em que os *loops* são reutilizados pelo/para o uso do trabalho, eles são ressignificados como espaços de trabalho. Isso não se dá na ausência de tensões e choques com a programação oficial das margens da rodovia. Eles continuam participando do processo de drenagem da rodovia. Esta é uma das funções para a qual

---

<sup>57</sup> Desenvolverei esta “imagem” mais adiante.

<sup>58</sup> De Certeau (1994).

foram programadas. Elas recebem toda a água que escorre das pistas. No inverno, as chuvas mais intensas acabam encharcando a terra, que tem a sua capacidade de absorção de água diminuída, permanecendo alagada por mais tempo e prejudicando a plantação. Para Marcos,

**“aqui tem tempo que é bom, a gente arruma, mais ou menos tranquilo, mas tem época que... na época do inverno, por exemplo, é pior do que agora [fevereiro], porque isso aqui enche, mesmo que a água for embora, mas fica sempre alagado, que chove no outro dia. Mesmo que chova, passe 8 dias sem chover”.**

Pedro (aquele que iniciou uma horta do outro lado da rodovia e resolveu mudar de lugar exatamente porque lá havia muita pedra) diz o mesmo, **“realmente no inverno a gente não se sai bem muito não. Depende do inverno, né? Que se o inverno for assim que nem tá agora, chove, pára, porque eu já peguei crise aqui de tá inverno de encher isso, alargar tudinho aí, e nós não tirar nada”**. Segundo Marcos, mesmo que o verão traga altas temperaturas, o inverno é sempre a pior época. Ele compara a experiência nos *loops* com a experiência em Vitória de Santo Antão.

**“O clima no verão é muito quente, temos água, mas no clima quente mesmo não resolve. Pára de sair alface, pára de sair coento, a gente fica só colhendo quiabo. E no inverno também encharca, o terreno alaga [...] Porque não tem lugar alto, né? Só baixo. Se tivesse um lugar alto que a água escoasse, aí nós trabalhava na parte alta no inverno, como faz no interior, e na parte baixa no verão. Mas aqui não tem, é tudo igual, aí tem que às vezes até parar”** (Marcos – agricultor 1).

Não é a terra que Marcos estava acostumado a cultivar em Vitória, **“no verão lá não pára, e também no inverno não, a gente muda de lugar”**, mas se os *loops* não lhes oferecem essa possibilidade, eles encontram outras saídas para lidar com os alagamentos do inverno. **“A gente num vai abrindo os canal da água?”** (Lucas – agricultor 6), e principalmente, aumentando a altura dos canteiros.

**“Aqui tenho, tem que saber trabalhar, se não souber trabalhar aqui, dança, que aqui alaga no inverno. Ó, tudo alto! Eu já tenho o manejo da terra aqui. Quando chove eu levanto todinho. Daqui a uns tempo eu viro esse [...] O estrumo fica embaixo, eu viro todinha a terra por cima. A raiz da lavoura quando desce vai pegar no estrumo em baixo. É por isso que eu tô segurando a terra até agora. Aí se não souber trabalhar... a terra fraca, fica sem força, não tem força pra lavoura sair não” (João – agricultor 5).**

No verão, eles voltam a plantar na terra baixa. **“Que o canteiro na época de verão, ele seca mais rápido, e nós não temos condições de irrigar se a área tá muito alta”**, justifica Marcos. Trata-se de um saber que não descola teoria e prática, ao contrário, se faz como caminho, no curso da caminhada – destes exemplos a ciência deve tirar proveito. Mas se o espaço apresenta dificuldades ao trabalho, devemos procurar também as compensações. Afinal, ele não é só repulsão.

A presença da CEASA é um fator importante para a atividade agrícola no local. Lá eles encontram os insumos necessários para o plantio: sementes e adubo químico, principalmente. Ela pode não ter determinado a ocupação da área por hortas, mas é sem dúvida, decisiva para o desenvolvimento da atividade, sendo um destino certo para a produção (há também um consumo da própria produção – “quiabo faz bem para os ossos”), ainda que os preços não agradem a todos. **“Vai depender do dia. Se faltar na CEASA o preço já sobe. Se chegar muito o preço vai [gesto indicativo de diminuição]. Não tem um controle de preço não. Pode ser quiabo, pode ser coentro, pode ser qualquer verdura”**, diz Lucas. A pequena distância os livra do frete, e eles também não pagam a taxa cobrada para entrar com a mercadoria (romaneio). Para a CEASA é difícil fiscalizar a entrada de carros-de-mão ou de bicicletas, modo que estes agricultores utilizam para entregar os produtos.



Alguns têm os compradores certos, que variam conforme os produtos. João é um deles, **“eu entrego lá. Eu vendo em grosso a um menino lá. Tem um cara certo já pra vender”**. Eles vendem aos atravessadores **“porque nós não temos tempo de tá aqui e de tá lá vendendo”** (Marcos – agricultor 1), embora alguns (nenhum dos que participaram da pesquisa) se revezem entre o cultivo das hortas, de menor tamanho, e o comércio na CEASA. Não há uma relação de exclusividade com a CEASA. João foi o único que fez parecer assim. Tiago mantém na área da sua horta, uma banca onde comercializa, não só parte do que produz, como aquilo que compra na CEASA para revender lá. É comum as pessoas que passam de carro pararem para comprar, para consumo doméstico ou para revenda em feiras da cidade.

Marina Sobral



**Ilustração 9: Ponto comercial de Tiago**

**“Eu vendo também aqui e vendo na CEASA também, entendeu? Quando sobra aqui eu vou pra CEASA. Tem muita gente aqui dia de Domingo e Sábado, muita gente de Domingo e Sábado tem. Aí quando sobra aqui eu mando pra CEASA. Pessoal de feira, dessas pequeninhas que tem por aí, Roda de Fogo...” (Tiago – agricultor 2)**

Mateus também recorre a este expediente, que ele defende como mais vantajoso, mas não tem a regularidade que tem a banca de Tiago, que funciona diariamente, enquanto há trabalho na horta.

**“Tanto eu vendo pra CEASA como eu boto minha barraquinha ali na frente, sabe? Eu boto meu pontinho ali. Armo uma tendinha ali, faço meu negocinho, melhor do que vender na CEASA. Eu vendo ao povo aqui, porque o povo gosta mais de comprar direto e porque eu não trabalho com agrotóxico, só trabalho com adubo químico, estrumo, só o adubo, é o único que eu trabalho. Não boto nada tóxico. Aí o povo prefere” (Mateus – agricultor 7).**

Mateus percebe um público consumidor que busca produtos “frescos” e “limpos”. Ao que parece, os consumidores entendem que as hortas do “Contorno do Recife” oferecem estes produtos, e associam-nas a uma imagem de “saúde”. Diferentemente disso, o uso de agrotóxicos é recorrente, e para tal não se valem de luvas, tampouco de máscaras.

**“Ninguém pode trabalhar sem usar. Sempre se usa em agricultura. Agora mesmo esse quiabo tá começando a botar e a formiga preta já saiu da terra e já tá lá em cima roendo. Aí a gente tem que pulverizar pra poder parar, se deixar ela não deixa o quiabo se desenvolver não. Isso quando for formiga, quando for lagarta tem que pulverizar também. Agora não, mas quando for a época de chuva ela vem pra traçar tudo. Até o capim ela come” (Marcos – agricultor 1).**

Mesmo aqueles que não optaram por manter um ponto de comércio no local, vendem para quem eventualmente chegar para comprar. Por algum tempo, os supermercados também solicitavam o fornecimento deles, mas depois deixaram de procurá-los. Paulo chegou a fornecer para um destes supermercados.

**“A gente vende pra qualquer pessoa, desde que pague, a base é a CEASA. Supermercado, alguns comprava, agora não tá comprando mais, causo que 80% dele tá produzindo, pega da horta deles mesmo, por isso que o comércio caiu muito. Antes eu vendia pro Bompreço, aí eu vendia muito, agora não tá vendendo nada, tá devagar demais”.**

Individualmente, é da horta que Marcos, Tiago, Paulo, Pedro, João, Lucas e Mateus, extraem seus rendimentos. Não posso precisá-los em termos numéricos, diz-se que “dá para se manter”. O dinheiro é bem contado, mas pouco se conta sobre ele. Quando se considera o conjunto da família (aqueles que participam das despesas na unidade doméstica), pode haver outras fontes de renda: aposentadorias (padrasto de Pedro), trabalho de outros membros da família (esposa de Lucas). A esposa e o filho de Marcos cuidam da horta que ele tem ao lado da casa. Ele disse que os homens não gostam que suas esposas trabalhem na área da rodovia. Algumas vezes eu encontrei a esposa de Tiago atendendo os fregueses na banca, mas o mais comum é que ela fique na horta da área de expansão da CEASA. O menino, do casal de filhos que eles têm, também fica na banca.

Salvo a já registrada presença da esposa de Tiago, nos *loops* não há mulheres donas de horta, nem trabalhando nelas. Não que se trate de uma mão-de-obra proibida, testemunhei o trabalho feminino nas hortas em duas situações. No primeiro caso, em hortas localizadas fora da área diretamente observada, do outro lado da BR-101, em que há (ao contrário dos *loops*) a presença de unidades habitacionais. Como ocorre na área de expansão da CEASA, o trabalho feminino parece concentrar-se próximo às casas.

No segundo caso, o trabalho aparece associado a um certo período da produção: a colheita. Na colheita do bredo por exemplo, para as comemorações da semana santa, a presença

de mulheres em uma horta vizinha aos *loops* era notadamente superior a masculina. Uma terceira situação me foi apresentada por Paulo (acabei testemunhando-a quando passava de ônibus pelo local, já depois de ter encerrado a pesquisa de campo propriamente dita). Ele disse que recorre à mão-de-obra da mulher quando não tem como pagar um ajudante.

**“Agora não, mas ela sempre trabalha, quando a gente quebra total vai buscar um reforço em casa, pra levantar tudo de novo. Quando melhora, aí a gente vai e paga uma ajuda de novo. Porque né todo tempo que a gente consegue pagar uma ajuda não”.**

Esta é parte da experiência que acompanhei durante a pesquisa que realizei entre agricultores nas margens de uma rodovia federal no Recife. Cheguei nas suas hortas em Setembro do ano de 2005, até o final do ano fiz visitas esporádicas, conhecendo e me fazendo conhecer. Só no ano seguinte, 2006, é que iniciei a pesquisa de campo mais intensamente, entre os meses de Janeiro e Abril, prosseguindo com menor intensidade em Maio e Junho – quando as chuvas começaram a criar dificuldades para o trabalho. O campo é sempre um momento delicado da pesquisa, seja no distante continente ou no bairro vizinho, e é na chegada que muitas questões se definem. Nas primeiras conversas, nos primeiros olhares, nos primeiros passos...

## 4.2 AS ASTÚCIAS DO CAMPO

Depois de muito explorar o campo, através das janelas dos ônibus, resolvi partir para os primeiros contatos com as pessoas do lugar. Não posso negar que adiei muito este momento, ao mesmo tempo, queria que ele chegasse o mais rápido possível. Havia algumas suspeitas de que

aquela ocupação não fosse tão espontânea quanto eu pensava, mas que derivasse de iniciativas institucionais (principalmente da CHESF ou da Prefeitura do Recife), o que a desqualificaria como campo, já que eram as práticas desviacionistas do uso do espaço que me interessavam, e não as programações oficiais. O fato é que havia urgência em resolver certas questões, a adequação da metodologia, e isso só poderia ser feito com os primeiros contatos, através daquele “exercício de sociabilidade”<sup>59</sup> que descreve tão bem o trabalho de campo antropológico.

Durante as minhas passagens de ônibus pela rodovia eu havia localizado algumas hortas (nos *loops*) onde eu poderia realizar a pesquisa, mas ao desembarcar do ônibus em frente a CEASA tudo ficou muito confuso. Como se trata de um complexo viário com muitos viadutos, pistas, *loops*, canteiros, tive dificuldades de me localizar, principalmente porque do chão tudo é diferente – fica difícil ver. Encaminhei-me para uma das barracas de comida e bebida que havia no ponto de ônibus, tinha esperança de ao pedir informação sobre as hortas, encontrar algum agricultor entre os fregueses.

Perguntei ao dono da barraca onde eu poderia encontrar os agricultores que plantavam por ali. Ele olhou para a minha barba cerrada e para o colar de sementes que trago pendurado no pescoço, e contra-perguntou com tom rude: “planta o quê?”. A desconfiança dele me deixou desconfiado, mas superando o embaraço respondi-lhe: “coentro, alface, quiabo...”. Ele disse que se eu fosse andando eu encontraria alguém plantando, e indicou-me um caminho. Eu precisava cruzar a rodovia pela passarela de pedestres e ir para a frente da CEASA, de lá era só seguir o muro da mesma, virando à esquerda.

---

<sup>59</sup> Junker, 1971.

Segui suas indicações e cheguei nos *loops* (local que eu identificara da janela dos ônibus) pouco antes das sete horas da manhã. Muitas pessoas trabalhavam no local, abordei um homem que estava mais próximo, e não parecia estar trabalhando. — “Você é o dono desta horta?”. — “Ele não tá não” (respondeu acenando com a cabeça que não era ele o dono). — “Quem é o mais antigo aqui da área?”. — “É Marcos, Marcos é antigo, aquele ali” (estendendo o braço em direção à curva). — “Ele está lá?”. — “Olha ele ali abaixado perto do poste” (disse esticando-se todo para ver). — “Como é que eu chego lá?”. — “Pode seguir pela beirada da pista”<sup>60</sup>. Eu não consegui vê-lo de onde estava, mas fui contornando o *loop* pela beira da pista para encontrá-lo.

Em certo momento aproximei-me de dois homens que estavam irrigando os canteiros de alface. Chamei por Marcos e eles apontaram para o outro lado. Finalmente vi aquele homem abaixado perto do poste, cheguei até ele e me abaixei também. Ele estava limpando os canteiros de alface, retirando o capim que brotava entre as hortaliças. Via-se que era um homem de pequena estatura, um bigode fino e ralo, e um chapéu que só tira para coçar a cabeça. — “Marcos?”. — “Sou eu”.

Apresentei-me como estudante do Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, indicando o Centro de Filosofia e Ciências Humanas que despontava ao fundo<sup>61</sup>. contei que estava iniciando uma pesquisa sobre como as pessoas utilizavam os espaços da cidade, e que eu tinha interesse em conhecer a história deles e daquelas hortas, saber como tudo havia começado, de onde eles tinham vindo, como era o dia-a-dia ali. Expliquei que para isso eu

---

<sup>60</sup> Registro aproximado do diálogo retirado das anotações de campo.

<sup>61</sup> A Universidade Federal de Pernambuco localiza-se nas margens da BR-101, uma pequena distância a separa da área onde realizei a pesquisa. A região não tem muitos prédios altos, e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas se destaca na paisagem, com seus 15 andares.

faria muitas visitas ao local para observar as atividades, fazer as minhas anotações, conversar com ele, e que algumas dessas conversas eu precisaria registrar em vídeo, mas que sempre que isso ocorresse, eu entregaria uma cópia do material a ele.

Ele disse que há uns 2 anos, por volta de 2004, um pessoal da universidade esteve por lá. Eles recolheram amostras do solo, da água, da plantação, mas não apareceram mais. Mesmo não estando envolvido na situação, senti pesar sobre mim aquele estigma. Coube-me dar o exemplo contrário, e mostrar que aquele não era um procedimento padrão, embora eu tenha sido obrigado a reconhecer que era muito mais comum do que se desejava. Permanecemos acorados ali por um pouco mais de uma hora. Marcos deu-me valiosas informações sobre a dinâmica do lugar – um lugar atravessado por dinâmicas extra-locais.

Ele me reaproximou da condição genérica do “campo” (e de tudo o que existe no mundo), um ponto atravessado por uma infinidade de linhas, um nó. Não devemos esquecer que o recorte é uma ficção, que ilhas podem ser um “campo”, mas nenhum “campo” é uma ilha. Penso que vale para este caso, a crítica de Wolf (2003b) ao conceito de cultura. Segundo o autor, as designações: *iroquês*, *ojibwa*, *tswana*... tomadas como unidades independentes, mantêm relações de “*inputs*” e “*outputs*” com os ambientes, estão em “*through-puts*”. Tomaram forma dentro de um campo social e cultural amplo que incluía viajantes, traficantes de escravos, jesuítas, etc.

Devemos pois, estar atentos também ao “campo fora do campo”, aos processos que se originam fora dele, dos quais ele participa e pelos quais é afetado. O “campo”, como a cultura, não é uma unidade independente, um sistema fechado. Ele não está separado do mundo, mas em contato intenso com ele. Parte do nosso trabalho envolve tentar iluminar estes contatos. Muitos

permanecerão encobertos, outros serão acobertados, alguns no entanto, serão revelados. Ao chegar, eu percebia pelo menos três grandes símbolos destes atravessamentos: as linhas de transmissão de energia da CHESF, as vias de deslocamento terrestre do DNIT, e os circuitos econômicos dinamizados pela CEASA – eu ainda seria alertado sobre a existência de uma tubulação de gás natural sob a terra. Grandes símbolos da cidade moderna e de sua infra-estrutura produtiva.

Fui levado a considerar um “campo expandido”. As hortas continuaram sendo o meu “campo focal”, mas ele se prolongava em um circuito de corredores alcatifados que atravessavam as hortas, e que foram se desdobrando ao serem percorridos (Justiça Federal e Polícia Rodoviária Federal). Neste sentido, aquele primeiro encontro com Marcos marcou o desenrolar da pesquisa. Ele nasceu em 18 de Fevereiro de 1961. Aos 46 anos é o mais velho dos donos de horta dos *loops*, mas não é o que está há mais tempo no local. É também o que tem o maior grau de escolaridade – 2º Grau completo. Ele é uma referência entre os agricultores locais (principalmente para os que vêm de Vitória de Santo Antão). Algumas perguntas eles preferiam que eu fizesse a Marcos, era ele que sabia “essas coisas”. Tiago comenta,

**“ele é entendido, ele tem mais preocupação. Olhe, aquele Marcos, se ele comprar um negócio hoje, daqui a um ano ele sabe o que foi que ele comprou, quanto pagou, sabe qual foi o dia e a data, ele sabe. Pode perguntar. Aquele menino com o estudo que ele tem, dava pra ter um emprego bom, que ele não foi ainda. Não sei porque foi não que ele desgraçou-se não. Dava pra ter um emprego bom ele, estudou tanto e não serviu pra nada”.**

No DNIT, na CHESF e na CELPE, engenheiros e técnicos se referiam a Marcos como um exemplo de honestidade e seriedade, e recomendavam que eu conversasse com ele, o que eu já vinha fazendo. Estes engenheiros e técnicos (do DNIT, da CHESF e da CELPE), também se



referiram a um tipo de “capataz” que comandava os trabalhos no “Contorno do Recife”. Segundo eles, tratava-se de um proprietário de terras de Vitória de Santo Antão-PE, que atuava como um arrendador das terras abandonadas das margens das rodovias BR 101 e BR 232, a quem aqueles agricultores conferiam um tributo que lhes dava o direito de utilizar tais terras. Isto nunca se demonstrou durante a pesquisa nos *loops*. Os agricultores mostraram total desconhecimento sobre este proprietário de terras e sobre esta relação tributária. Se tais existem, mantiveram-se invisíveis para este pesquisador.

A pesquisa envolveu apenas os “donos de horta”, de um universo de dez agricultores ocupantes dos 2 *loops*, 7 participaram dela. Marcos foi o primeiro, seguido por Tiago (38 anos), Paulo (40 anos) e Pedro (39 anos), eu sempre pedia orientação a um para chegar ao outro. Todos ocupavam o mesmo *loop* (B), mas além deles havia mais dois. Um trabalhava fora, nunca o encontrei lá, ele deixava sempre um ajudante no local. O outro sempre estava de saída para a CEASA, o irmão dele é que passava a maior parte do tempo na horta. No outro *loop* (A) continuei a pesquisa com João (37 anos), Lucas (42 anos) e Mateus (29 anos). No final de Maio de 2006, entrou um novato, comprando uma parte da horta de João, mas precisei evitá-lo em função do tempo.

Esses primeiros contatos trazem um desconforto para ambas as partes. Mesmo que as pessoas se mostrem solícitas em nos atender, será sempre um inconveniente interrompê-las no curso de suas atividades, seja na casa, no trabalho, ou no lazer. Procurei evitar as interrupções, acompanhando-os em algumas atividades, mas quando não era possível combinávamos uma pausa. Expliquei a cada um quais eram os meus interesses e que tipo de trabalho eu iria realizar entre eles. Nas minhas primeiras visitas, ainda que cooperassem comigo generosamente, eu sentia

que ao mesmo tempo em que se mantinham reservados em relação a mim (eu podia ser da CHESF ou do DNIT), eles apostavam em mim como alguém que poderia melhorar suas vidas (sugeriam sutilmente a necessidade de apoios financeiros). No decorrer da pesquisa tudo isso cedeu espaço para outras questões. Na pesquisa (do mesmo modo que na vida) tudo tem o seu tempo. Assim, investido de uma “calma antropológica”, fui deixando as coisas envelhecerem.

Apostei na “história de vida” como método de pesquisa capaz de apreender a dimensão processual<sup>62</sup> da minha problemática – o movimento de reapropriação/reinvenção do espaço – fazendo dialogar a minha trajetória, com a dos agricultores e a do lugar. As “histórias de vida” fornecem ao pesquisador os aspectos mundanos da vida humana, que os paradigmas que enfatizam a macroestrutura deixam de fora. Permitem “*comprender las experiencias de las personas y mostrar como manejan éstas sus vidas bajo condiciones de pobreza, opresión, exclusión o cambios sociales*” (Davis, 2003: 154).

A primeira pesquisa a utilizar este método, ou seja, a considerar as “histórias de vida” como material sócio-antropológico, foi realizada por Thomas e Znaniecki (1918-1920) – *El campesinato polaco en Europa y América*. Eles estavam interessados nas mudanças ocasionadas na sociedade de chegada e de origem destes migrantes, decorrentes da migração. Segundo Davis, a Escola de Chicago levou este método mais longe, utilizando a história de vida para “*ampliar sus estudios de campo sobre los grupos sociales de indigentes, marginados o outsiders*” (2003: 153). Tal uso encerra uma certa visão, perspectiva e expectativa, das “histórias de vida”. Esses teóricos

---

<sup>62</sup> Queiroz, 1988; Haguette, 1997; Davis, 2003.

*“consideraban las historias de vida como una forma perfecta de ilustrar los procesos de desorganización social inherentes a la vida de la ciudad, a la vez que servían para dar voz a los individuos que anteriormente habían quedado fuera de la atención de la sociología”* (Davis, 2003: 153).

Há aí também um compromisso político, um engajamento em favor dos espoliados, dos “escondidos”. Para o registro dessas histórias eu utilizei uma câmera de vídeo, cuja operação ficou a cargo de alguns amigos-colaboradores – aos quais presto os meus agradecimentos – permitindo que eu concentrasse a minha atenção na conversa, ao invés de dividi-la com o equipamento. O uso destes recursos para registrar as experiências de “campo” tem crescido na Antropologia. No entanto, não é uma decisão unilateral do pesquisador utilizá-los ou não, mas um acordo entre este e o entrevistado. Os “campos” têm suas próprias políticas de imagem, e uns serão mais sensíveis do que outros à utilização de gravadores e filmadoras, impondo-lhes limites e restrições. É muito difundida a idéia de que estes aparelhos inibem a fala, e de que ao ligá-los *“desliga-se a possibilidade de captar uma situação mais ‘espontânea’”* (Silva, 2000: 62); mas é verdade também que eles podem estimular a locução.

Minha experiência anterior atesta que a presença de uma filmadora estimula a locução entre aqueles que vivem sob um tipo de invisibilidade. Se o simples “dar entrevista” pode ser tomado como um reconhecimento do “valor” do entrevistado, a câmera reforça o “prestígio” do mesmo, e pode ser aproveitada como um operador de reconstrução da auto-estima. A utilização de equipamento áudio-visual permite um melhor registro dos dados em “campo” – o que não deve ser confundido com uma maior aproximação do real – e um melhor manuseio do material etnográfico coletado, facilitando tanto a divulgação da produção acadêmica, como a devolução da experiência que pedimos emprestada aos seus operadores. Estes registros acabam sendo úteis

como forma de retomar as conversas com o grupo<sup>63</sup>, possibilitando circuitos reflexivos bilateralmente.

Através de conversas informais, tão caras ao trabalho do antropólogo, fui acessando momentos das trajetórias de cada um dos sete agricultores, individualmente. Cada momento foi trabalhado separadamente com eles, mas aos poucos eu reconstruía os seus percursos no meu diário de campo. Só quando estas conversas atingiram a maturidade, eu realizei uma entrevista longa, de modo a recolocar cada “momento” no corpo do “movimento”. Nestas entrevistas, também individuais, eu provoquei os agricultores a remontarem suas trajetórias integralmente, de modo a sistematizar aquelas histórias que eu ouvi de modo fragmentado.

Apenas uma entrevista longa foi feita com cada agricultor, salvo no caso de Marcos e de Tiago, que participaram de duas. Eles foram os dois primeiros a serem entrevistados e algumas questões acabaram ficando de fora da entrevista, pois que só foram problematizadas em um momento posterior da pesquisa. Todas as entrevistas longas foram registradas em vídeo, e uma cópia da fita foi devolvida a cada um dos entrevistados. A devolução da fita fez circular confianças, respeitos e cordialidades, que estão em jogo no trabalho de campo.

Transcrevi as fitas agrupando os textos segundo o meu sistema de referência sincro-diacrônico, preenchendo os quatro “momentos-movimentos” do processo: o antes, a chegada, o durante e o depois. Retomei as conversas informais procurando preencher algumas lacunas (e abrir outras), dirimir contradições (e fundar outras), aprofundar algumas experiências (e superficializar outras). Dois temas atravessavam a maior parte das respostas: os agrotóxicos (os

---

<sup>63</sup> Silva, 2000.

agricultores sempre evocavam essa discussão, fosse justificando a sua utilização, fosse dispensando este recurso), e as tensões (o DNIT era o principal alvo das reclamações dos agricultores, que o acusavam de perseguir aquelas ocupações).

Foram estas tensões que desde o princípio eu procurei observar. Em um primeiro momento, Marcos evidenciou um mal-estar. À medida que eu caminhava entre os canteiros, e conhecia os outros “donos de horta”, registrava mais histórias de tensões. Um dos episódios mais significativos para os agricultores foi a retirada dos postes e da rede elétrica pela CELPE. **“A CELPE colocou energia pra gente aqui na época, melhorou uns 80%, a energia era inadequada, só que aconteceu um bocado de imprevisto com essa energia. Da original mesmo só tem essa rede aqui” (Paulo – agricultor 3).**

O primeiro registro do episódio me foi dado por Marcos. A CELPE havia começado a legalizar o fornecimento de energia elétrica naquelas hortas, todos já estavam pagando suas taxas mínimas pelo consumo, quando a Companhia iniciou a retirada dos postes e da fiação. **“Ela começou a legalizar, só não tirou totalmente aqui nessa área, mas nessa área de lá ela tirou, naquela ela tirou, na de lá ela também tirou” (Marcos – agricultor 1).** Naquele momento a CELPE aparecia como a única envolvida na situação, e eu me confrontava com outro “atravessamento do campo”.

Marcos demonstrava não saber o porquê da ação da CELPE, ocorrida há menos de 1 ano dessa nossa primeira conversa. O clima era de incerteza. Toda a água utilizada na irrigação vem de poços (com profundidade média de 9 metros) perfurados nos *loops* (cada agricultor tem o(s) seu(s)), sem energia não haveria como irrigar a plantação e as hortas se tornariam inviáveis

(motor a *diesel* é insustentável para eles). Eu precisava acompanhar aquele processo, e dei meu primeiro passo no “campo expandido” indo até a CELPE, que se apresentava no momento como foco de tensão.

Fui encaminhado para Rogério Fragoso<sup>64</sup>, um dos responsáveis pela operação realizada nas hortas, que me expôs a questão da seguinte forma. Para a CELPE, aqueles “jardineiros da CEASA” estavam na “clandestinidade”, eles se aproveitavam do circuito de iluminação pública, o que para a Companhia Elétrica significava “perda de renda”. Havia portanto, duas opções: “coibir” ou “regularizar” o consumo de energia no local. “Reconhecendo a função social da energia elétrica”, a CELPE optou pela regularização através do “contrato estimado” (uma taxa calculada a partir do consumo médio). Embora houvesse uma dificuldade na cobrança, ela começou a investir no “posteameto” da área. Em certo momento esta operação foi interrompida – “embargo branco” – pelo DNIT (um dos atravessamentos já reconhecidos).

No decorrer da pesquisa, o “campo focal” ratificou estas informações. Os agricultores não desconheciam a conexão CELPE-DNIT. Em alguns relatos eles a expressam, em outros eles não a estabelecem. Foi o que aconteceu com Marcos, que depois começou a referir-se ao episódio estabelecendo a conexão. *“O que se sabe, e o que se diz jamais são da mesma espécie, mas são produzidos e distribuídos de modo diferenciado numa sociedade por meio de canais que controlam o discurso”* (Wolf, 2003a: 350). Não podemos esquecer que “contar” é confiar.

**“Logo quando eu comecei aqui, a gente não tinha energia, né? Nós não tinha energia, aí a gente puxou energia de lá debaixo, gambiarra, aí a CELPE veio e começou a botar energia por aqui, a gente pagava uma taxa mínima, aí já melhorou o negócio pra gente. Aí depois os pessoal daí do DNIT empombaram**

---

<sup>64</sup> Não de modo tão simples como parece na ausência de detalhes.

**com a CELPE, aí a CELPE pegou saiu arrancando os poste, mas ainda deixou estes daqui, que é a luminária da rua, né? Mas a gente pagava taxa mínima” (Pedro – agricultor 4).**

Ainda segundo Rogério Fragoso, o DNIT tinha a intenção de remover aquelas populações da faixa de domínio. Ao regularizar o fornecimento de energia elétrica naquelas hortas, a CELPE estava viabilizando e legitimando a ocupação. Os interesses de um e de outro estavam se chocando: “o problema do DNIT eram as invasões”, ele queria a desocupação da área; “então tire o pessoal, meu problema é a energia”, dizia a CELPE. A Companhia Elétrica sabia que voltaria a “perder energia” quando removesse os postes, então “isolou” a iluminação pública no local, de modo que os desvios de energia deixavam de ser uma preocupação da CELPE e passavam a ser uma preocupação da Prefeitura do Recife, que pagaria pelo consumo<sup>65</sup>. Eu estava no lugar errado, mas as informações obtidas ali me redirecionaram, e meu campo seguiu entre “a flor e a náusea”<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Não há registro de qualquer intervenção recente da Prefeitura do Recife nas hortas.

<sup>66</sup> Referência ao poema homônimo (Andrade, 1986).

## 5 O DURANTE – “*enquanto os home não inventa de pôr a gente pra fora*”<sup>67</sup>

### 5.1 A FLOR

Realizei minhas visitas em dias alternados da semana, da segunda até a sexta-feira, sempre no turno da manhã, entre 7 e 12 horas. Nos finais de semana o movimento nas hortas diminui (principalmente nos domingos), salvo quando alguns feirantes vão ao local para se abastecerem. Não há um horário fixo de trabalho nas hortas. É importante ressaltar que os “donos de horta” dividem suas atenções entre a produção (o cultivo em si) e o comércio (o cultivo para os outros), e por isso se ausentam da plantação em alguns momentos. **“O horário de trabalho aqui é a coragem mesmo, a vontade” (Paulo – agricultor 3)**. Manhã, tarde, noite, madrugada. Há os que passam 12 horas na horta, e os que passam 6 ou 8 horas. Isso depende das disposições individuais, como sugeriu Paulo, mas também do produto que está sobre a terra (alface, coentro e cebolinha demandam mais trabalho), e da época (a colheita exige uma presença prolongada).

A liberdade de horário é apontada como uma vantagem do trabalho na horta que se contrapõe às vantagens do trabalho “empregado”. Neste sentido, o “emprego” – como trabalho subordinado – é desvalorizado pela negação da liberdade de dispor de si mesmo enquanto força de trabalho, em consonância com o que a literatura científica diz sobre as relações trabalhistas na indústria. Marcos, que já “empregou-se”, pondera:

**“É quase igual, né? Lá, porque nós temos direito de emprego, tem salário, tem FGTS, tudo pago, e se por acaso sair, tem o seguro desemprego, e aqui nós não temos nada, né? Só, nós somos autônomos, não tem aquele problema de tá fixado**

---

<sup>67</sup> Extraído dos relatos de Marcos.



**lá, de ter aquelas hora de entrar e sair. Aqui a gente não tem esse horário. Tanto faz tá agora aqui trabalhando, aí precisa sair, sai não tem problema nenhum, chega a hora que quiser. O bom de quem trabalha pra si é isso”.**

O que pode ser tomado como um sinal de “irresponsabilidade” e “preguiça” não o é. Tiago diz que **“muitos planta e não cuida, aí não vai dar desenvolvimento de jeito nenhum (...) Menos trato, aí fica mais amarela a lavoura. Vai com trabalho e com trato”**. De fato, veremos hortas mais bem “tratadas” do que outras, mas não ter hora “pra pegar” nem “pra largar”, não quer dizer necessariamente, menos trabalho (embora o tempo dedicado ao trabalho nas hortas varie entre os agricultores). O que eu percebi foi o contrário: as hortas lhes demandam um tempo extra e uma atenção redobrada. É na “lavoura” que eles pensam o tempo todo. **“O que tem que fazer no outro dia. É assim, amanhã tem que fazer tal coisa, vou limpar uma parte, vou tirar uma terra pra plantar tal parte”** (Tiago – agricultor 2). Marcos **“dorme pensando no serviço e tem que acordar pra correr, tem que aguardar. Hoje eu cheguei aqui era 4 hora. Comecei irrigando, até agora [o registro foi feito por volta das 9 horas] não terminei ainda. Já parei, já fiz outro serviço, mas tem que voltar pra aguardar novamente”**.

As hortas ocupam todos os espaços de suas vidas e pouco existe destas que esteja fora das hortas. Tiago chega na horta às 4 horas da manhã e fica até as 17, **“eu não posso sair daqui, fico aqui direto, vou em casa voltar, é assim, vou em casa tomar café, almoço, tem dias que almoço aqui mesmo”**. Suas casas ficam próximas dos *loops*, o que facilita essa movimentação. Marcos e Tiago moram na área de expansão da CEASA. “Encostada” no muro lateral desta, fica a casa de João. Paulo, Lucas e Mateus moram na Roda de Fogo, e Pedro, no Vietnã.



**Ilustração 10: Casas encostadas ao muro da CEASA nas margens da BR 232**

Todos os percursos são feitos com os próprios pés ou de bicicleta. Eles não registram outros itinerários pela cidade. **“Saio não, o meu setor é só daqui pra casa, e da casa pra horta, entendeu?”**. A fala de Tiago vale para todos. Lucas sorri ao dizer que não vai ao centro da cidade há uns 5 anos. Passeios esporádicos é tudo o que João faz.

**“Eu só tenho tempo de vir de casa pra aqui. O tempo só dá pra isso. Tem vez que acontece um negócio do lado de minha casa e eu não vejo. Eu não conheço ninguém da minha rua. Não conheço ninguém, não dá tempo de falar com ninguém, eu saio de casa de madrugada e volto de noite” (Paulo – agricultor 3).**

Pergunto sobre o lazer, e eles parecem não ter muito a dizer. Em silêncio, Marcos procura o que contar, diz que seu lazer é andar de bicicleta, e que já foi pedalando para Caruaru (Agreste de Pernambuco – distante 130 Km do Recife) e Surubim (Agreste de Pernambuco – distante 124 Km do Recife). Às vezes, nos finais de semana, ele e Tiago voltam com suas famílias para Vitória de Santo Antão. **“Pronto, só isso mesmo”**, diz Tiago. De modo geral, experimenta-se o

lazer diluído no dia-a-dia do trabalho na horta, e sobre este não falta o que dizer. **“Todo dia tá cavando canteiro, tá aguando, quando não tá aguando, tá limpando os mato, alface, coentro... fazer a terra novamente. Assim vai, esse é o dia-a-dia”** (Marcos – agricultor 1). **“Quem vive nesse ramo tá ligado, é lama, terra, formiga. Dinheiro [gesto indicativo de pouco] trabalha muito e ganha pouco. É só pra tentar sobreviver mesmo”**, diz Lucas. Ele é o único entre os que já trabalharam “empregados” a preferir o emprego,

**“você tinha seu INPS, tinha alguma coisa, né? Férias, décimo – sabe o que é num sabe? – aqui você não tem décimo, não tem férias, não tem chuva, não tem sol, aqui ói, é pra cair o cabelo mesmo. Só trabalha, trabalha, trabalha... quando dá, né? Quando dá. Você passa uma fase boazinha, pronto, agora vai melhorar, vai começar, o quiabo tá começando a chegar, já melhorando vai desafogar um pouquinho, depois que acabar o quiabo todinho pronto, você começa tudo de novo. Vira, planta tudo de novo, outra temporada meia ruim. E por aí vai”**.

Para Tiago, **“partir pra enxada, todo mundo sabe que ninguém gosta de trabalhar na enxada não. Uma parte gosta de trabalhar, outra parte não gosta de trabalhar. Pra mim todas elas são boas”**. João, que já trabalhou no corte da cana-de-açúcar em Catende, considera a horta melhor. Ele disse que lá o “serviço era pesado”, e caso ainda continuasse lá, hoje ele estaria “acabado”. Foi sua irmã que o trouxe para o Recife, ela já estava na capital trabalhando como doméstica no Engenho do Meio, **“aí ela perguntou se eu queria vir pra cá, é eu vou ver se dá pra vim”**, e ela foi buscá-lo. A maior área plantada é a sua, há sempre de 4 a 7 trabalhadores com ele. Mateus tem 5 (3 dormem no local); Tiago trabalha com 3, às vezes 4 (alguns são irmãos seus); e Lucas com 1 ou 2.

O número de trabalhadores aumenta segundo as demandas da horta, e diminui quando esta fica em “baixa” (queda da produção). **“Tenho uma pessoa que me ajuda, sempre tem que ter,**

**né? Que agora o negócio tá muito difícil, aí só tem uma pessoa só” (Paulo – agricultor 3).**

Quando o conheci, Marcos tinha 3 pessoas trabalhando com ele, mas o mais frequente tornou-se vê-lo só, e raramente, com 1 trabalhador. Pedro também trabalha sozinho, às vezes, o seu irmão vai ajudá-lo.

**“Ele não vive efetivo comigo mesmo, eu vivo mais só, ele também tem um, trabalha mais a noite. Aí quando dá umas 5 hora da manhã, aí ele, ‘vou pra lá dá uma ajudinha’. Pra não ficar em casa, se aperreia com os menino também, né? Eu digo, ‘vai pra lá, que lá é mais melhor’. Aí quando eu ganho alguma coisa lá [CEASA] eu dou um trocado a ele”.**

Todos esses trabalhadores moram nas proximidades. Eles trabalham o quanto querem, e recebem nessa medida. O número de trabalhadores é tomado por alguns como prova do sucesso do “negócio”, conforme se observa nas falas de João e de Tiago.

**“Quando eu vim, eu não vim pra cá logo não. Comecei a negociar, né? Aí deu pra ir levando devagarzinho... agora é tudo no cartão a bem dizer, né? Aí a feira acabou-se, fracou, aí eu peguei isso aqui. Aí deu certo. Tem 3, 4 trabalhadores aí. Tem 4, tem dias que tá 6, 7” (João – agricultor 5).**

**“Aqui, aqui olhe, tem eu aqui, trabalho com 4 trabalhador ainda, eu trabalho, 4 trabalhador. Tudo daqui. A renda dá pra segurar... não dá né, mas dá não. Mas tem vez que dá 4 trabalhador 3, a renda dá, e de manter a minha família. É melhor que trabalhar nos outros, ganhar um salário mínimo dá pra viver não” (Tiago – agricultor 2).**

Eles também utilizam este argumento para justificar a ocupação, mostrando o quanto ela é importante para o local, ao garantir o sustento de muitas famílias que moram na vizinhança, e que **“vive tudo de plantação, não sabe fazer outra coisa a não ser plantar não” (Lucas – agricultor 6).** O discurso deles baseia-se em uma ideologia trabalhista que enfatiza a produtividade. Lucas pergunta **“quanta pessoa se alimenta dessa terra aqui?”**. Ao pôr duas

peessoas para trabalhar com ele, ele está **“dando uma chance pro outro arrumar alguma coisa, né?”**. O mesmo testemunho é dado por Mateus.

**“Hoje em dia tenho, fora eu tem 5 trabalhador aqui, né? Sustento 5 família fora a minha, porque tudo são pai de família, né? Tudo tem família, tem filho, tem esposa. E a gente sobrevive disso aqui, né? Eu faço aqui a minha hortinha. Vivo disso aqui com eles, crio uns porco aí, já criamos um gadinho aqui, a Federal [Polícia Rodoviária Federal] proibiu”**.

O trabalho é bastante silencioso, mas entre uma atividade e outra sempre há espaço para uma conversa, normalmente entre aqueles que trabalham em uma mesma horta. Não há muitos contatos dos “donos de horta” entre si, um motivo que concorre para isso é a disposição dos canteiros. Não há como atravessar as hortas (por dentro dos *loops*), mas apenas contorná-las (por fora dos *loops*). O único caso em que a passagem de uma horta para outra é mais fácil por dentro do que por fora é o de João e Lucas. Eles não só mantêm contatos regulares, como compartilham uma sede. Trata-se de uma discreta construção de madeira destinada a guardar o material de trabalho, e serve também como abrigo contra o sol e a chuva.

Marina Sobral



**Ilustração 11: Sede da horta de João e Lucas (loop A)**





**Ilustração 12: Sede da horta de Tiago (*loop B*)**

Tiago e Mateus também têm sedes. A de Mateus é um pouco maior e nela “dormem” 3 dos seus ajudantes. Marcos e Paulo guardam o material em um quartinho fora dos *loops* (encostado ao muro lateral da CEASA). Eles se abrigam do sol e da chuva embaixo de árvores que plantaram com esta finalidade. Pedro recorre à própria estrutura do viaduto.

Procurei observar os ritmos ordinários do lugar, os circuitos percorridos pelos agricultores, e principalmente, a forma como eles interagem no/com o espaço. A primeira coisa que se percebe é que não há cercas delimitando as hortas. Só 2 agricultores utilizam-na, e apenas em uma das situações elas posicionam-se entre-hortas. Mateus ergueu uma cerca de arame farpado contornando parte da sua horta em relação a rodovia. João fez o mesmo em relação a horta de Mateus (no trecho em que elas se encontram) e em relação a uma área desocupada que existe sob o viaduto (interrompendo a passagem que existe de um *loop* para o outro). Salvo estes

dois casos, **“a gente mesmo divide imaginário” (Paulo – agricultor 3)**. Para quem vê de fora, esses limites não são identificáveis, mas Tiago reforça,

**“são dividido os taquinho, cada cá tem o seu, é dividido, é que nem uma casa, cada cá não tem suas casinha dividida. A mesma coisa são aqui as horta. Pensa que é tudo junto, né? Mas cada cá tem o seu, sabe onde é que passa. O meu passa ali, o do outro passa ali, o de Marcos passa ali”**.

Os próprios canteiros são a referência, cada um sabe quantas faixas tem. Quando não, uma árvore, um poste, o espelho d’água, as torres da CHESF servem para indicar os limites de cada posse. **“Um respeita o lado do outro”**, diz Mateus. Este “respeito” parece originar-se diretamente do tempo que cada um ocupa a área, conforme diz Ferreira (2006), mas também de todo aquele conjunto de relações mobilizadas intra e extra *loops*. Não tomei conhecimento de nenhum conflito de posse.

O relacionamento entre os vizinhos parece ser tranquilo. Marcos disse que discussões aconteciam, mas minimizou o fato. Há sinais mais discretos que apontam um certo “pouco caso” do grupo de Vitória em relação aos outros “donos de horta” dos *loops* – Pedro é “o moreno que não é de Vitória”, e de modo geral, é como se ele não estivesse ali – mas isto pode ser um sintoma (mais agudo) da indisposição que eles têm em prestar informações sobre os outros.

Não tão discreta foi a fala de João sobre Mateus. Seus comentários materializam-se na cerca que ele ergueu entre as duas hortas. João contou que um general mandou que eles limpassem a área da escultura de Brennand, e ele começou a fazê-lo, mas não houve cooperação.

**“Aqui tinha um cara que não queria que a gente limpasse não. Se a gente for, você sabe, que a gente veve no mundo, e a gente tem que saber viver no mundo...”**

e aqui dentro tem um menino, aqui dentro, que ele é mei [gesto indicando que ele não era de confiança]. Esse menino já foi preso umas três vez já. Ele é o dali da esquina, se for pra lá não fale o que eu falei não. Ele gosta de [gesto indicando que ele fumava maconha]. Eu falei com o general, né? Olhe não posso fazer nada não. E o general mandou a carta pra ele, ele ir lá falar com ele. O general inté falou, ‘isso aqui pra vocês é bonito’, e realmente é mesmo, ‘limpe, deixe limpinho, bonitinho’, eu ia limpar, mas não. Só fiz podar a moita e deixar pra lá. Eu ia limpar todinho. E ali é calçamento, naquela estauta, todinho no calçamento. Eles mandaram limpar todim e deixar limpin. Mas como ele se meteu no meio, tô fora, eu não gosto de confusão. Deixei pra lá”.

Mateus se referiu ao mesmo episódio, sem citar nenhum nome, disse que **“chegou um senhor aí mandando limpar, eu limpei mas... depois eu vi que eles nunca vieram fazer nada aqui mesmo”**. A escultura fica na posse de Mateus, mas a área não é cultivada por ele.

**“Eu sempre gostei de preservar esse lado aí. Não quis plantar nada aí nesse lado porque, por causa do patrimônio ali de Brennand, ele fez aquelas 3 estauta ali, aí tem que respeitar o ambiente, o negócio dele. Aí nunca pretendi fazer nada pra lá. Sempre, você pode ver, é daqui, até os coqueiro, ói, pra cá, pra lá não tem fruteira nenhuma. Só esse pé de limão aí e pronto. Pra lá não tem mais nada. Nunca gostei de plantar nada pra lá”**.

Mateus se diferencia dos outros “donos de horta” dos *loops*, em um certo sentido, pelo seu “espírito empreendedor”. Ele é o único que se dedica à criação de porcos<sup>68</sup>, e aposta no cultivo de outros produtos agrícolas, desviando daqueles que são cultivados nos *loops*. As características de sua ocupação assemelham-se as das ocupações do outro lado da rodovia – lembra um pequeno sítio. Há várias fruteiras na sua área (mamoeiro, jaqueira, cajueiro, limoeiro, bananeira, goiabeira e aceroleira), além das roças de macaxeira, batata, milho e feijão, que se alternam, mas é dos seus coqueiros que ele se orgulha.

---

<sup>68</sup> Ele já criou gado no local. As pressões do DNIT e da PRF interromperam sua criação. Na época, ele estava sendo pressionado para interromper também a criação de porcos.



**“Brevemente eu não quero viver só de horta, porque tem hora que a horta tá dando, tem hora que não dá. Nesse tempo mesmo, horta, quem tiver horta tá acabado. Tá com nada. Porque tudo é barato, tudo é barato, e brevemente eu penso em sobreviver dos meus coqueiro. Da renda dos meus coqueiro. Que todo ano eu planto 100, 50, porque brevemente eu tenho mil pé de coco. Já pensou mil pé de coco botando? Dá pra sobreviver cara, muito bem. Um coco custa 40 centavos você tirando do pé, aí vende a o quê? R\$ 1,50. Tem lugar que é 2 reais, né? O cara vende 100 coco, quanto é? A 2 reais, 200 reais no bolso. Já pensou o cara, ter um ponto pra tá abastecendo de coco? E brevemente vai ser mais alto que a tendência de tudo é subir”.**

Ele não abandonou os cultivos mais comuns do local: alface, coentro, cebolinha e, principalmente, quiabo. **“Eu só gosto de plantar quiabo no verão, porque quiabo no verão ele brota mais. Aí eu encho minha horta todinha”.** O quiabo predomina sobre o coentro, o alface e a cebolinha, que ocupam menos espaço em algumas hortas, e em outras não aparecem. Todos eles, dependendo da época, garantem um bom retorno ao agricultor, mas o quiabo é o que melhor retorna, porque passa mais tempo safrejando (são 60 dias para começar a colher e 90 dias colhendo, às vezes mais), e não exige muita mão-de-obra.

Marina Sobral



**Ilustração 13: “Quebra” (colheita) do quiabo**

**“O quiabo você colhe hoje, o pé continua lá, dia sim dia não você tem quiabo pra vender, e coentro não. Você planta hoje, espera 35 dias, se tratar dele direitinho, quando você arranca a terra continua lá sem nada. Pronto, se você pegar um precinho, que você arrumou lá, se não pegou, vende de graça e é aquela coisa” (Lucas – agricultor 6).**

Lucas e João dizem que plantam qualquer “verdura”, mas optaram pelo quiabo, e o cultivam com exclusividade. Pedro também, **“só trabalho com quiabo, agora com esse negócio de alface, coentro, num trabalho com esses negócio não. Só com quiabo mesmo. Só quiabo”**. No entanto, apesar de achar o cultivo do alface, do coentro e da cebolinha cansativo, ele admira uma horta toda “estrelada” de alface e coentro, como era a horta de Antônio, atual horta de Tiago. **“Era o negócio mais bonito que tinha aqui, mas já mudou de dono, né? Aí, quer dizer, o rapaz que era o dono, o primeiro dono gostava de aplantar alface, coentro, cebolinha, aí Tiago, é do quiabo, é que nem eu, o quiabo e aipim eles não trabalha muito, né?”**

Marina Sobral



**Ilustração 14: Hortas de alface e cebolinha**

Nesse caso não há divergência. As hortas de coentro e alface são as mais bonitas, mas exigem muito cuidado. A colheita é feita com 30 dias, e esses 30 dias **“tem que ser bem manuseado, bem cuidado, que se não for ela também não dá boa”**, diz Marcos. O quiabo ele é mais prático e rentável, e consegue se manter no verão (quando o calor aumenta), e no inverno (com os alagamentos). Enquanto o alface, a cebolinha, o coentro, e o bredo (exclusivamente plantado para a semana santa) se alternam durante o ano, o quiabo é um cultivo permanente (colhido sempre as segundas, quartas e sextas-feiras). Sua flor amarela, “é feia, mas é realmente uma flor”, simboliza bem a ocupação dos *loops*. As hortas começam onde o asfalto termina, mas de um certo modo, elas furam o “o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”<sup>69</sup>. Sua “forma insegura” se desenvolve à revelia dos atores sociais, habitualmente responsáveis pela produção do espaço. A “náusea” surge como uma reação da cidade a este “movimento”.

As hortas emergem no cotidiano da cidade como lugares de conflito. Desde o início, era isso que eu pretendia observar: o conflito, ou antes, a tensão. Ela estava presente na experiência dos mocambeiros da “beira do rio”, e eu esperava encontrá-la também na experiência dos agricultores da “beira da rodovia”. Por algum tempo, mais do que uma aposta, essa era a minha certeza. Durante a caminhada, no entanto, ela se esvaneceu, e quando eu cheguei nas hortas eu já não acreditava mais no meu projeto. As pistas teóricas que me levaram às hortas perderam a credibilidade. Não me incomodava acompanhar as hortas no caminhar delas, mas eu queria encontrar aquilo que os meus olhos viram nas margens do rio.

Aquelas hortas tão “fora da cidade” não pareciam “incomodá-la”. Não provocavam o mesmo impacto visual das palafitas, tampouco estavam no “meio do caminho” como os

---

<sup>69</sup> Andrade, 1986.

tabuleiros que ocupam as calçadas. Tudo ali parecia ser indiferente à cidade. Aquela ocupação parecia tão “perfeita”, tão bem “encaixada” naquele local (uma produção agrícola vizinha da CEASA), que já não se configurava como um uso desviante do espaço. Ao contrário de todas as minhas expectativas, a cidade parecia orgulhar-se daquelas hortas e estimulá-las. De alguma forma, tanto em uma como na outra situação, eu estava certo. A tensão se evidenciou no primeiro momento em campo, mas estas impressões também se confirmaram. Nenhuma delas negava efetivamente as tensões, mas tornaram tudo muito mais nublado.

É verdade que as hortas se “encaixam” muito bem naquele local, mas não poderia ser diferente. Para ter o estatuto de “prática desviacionista do uso do espaço”, a ocupação não precisa (nem pode) ser inviável, a viabilidade é uma prerrogativa de qualquer ocupação. Passa-se o mesmo com as palafitas da beira do rio, e com os tabuleiros da beira da calçada. Quem dirá que não estão bem “encaixados” em seus locais, e que não são usos desviantes? De modo geral, as reapropriações/reinvenções para/pelo o uso habitacional ocorrem em função de um “fazer parte estando perto” de uma certa infra-estrutura<sup>70</sup>; da mesma forma, os comerciantes procurarão montar seus “tabuleiros” no caminho daqueles que compram seus produtos.

É verdade também que estas hortas receberam apoio institucional em um momento específico da história política do país, e que estas iniciativas poderiam estar a meio caminho da implantação de hortas comunitárias na(s) cidade(s), caso este programa fosse assumido pelos gestores. No entanto, ainda não será aí que veremos o diálogo da cidade com as práticas que a constituem. As hortas, cujo destino parecia tornar-se uma política pública, impressionam muito

---

<sup>70</sup> “O lugar oferece vida barata e proximidade às agências de obras sociais, contando com a infra-estrutura de um bairro nobre, *“que pra pobre viver é uma beleza”* (Geraldo – Palafitas da Madalena)” (Melo, 2004: 15).

mais como um desperdício político-administrativo desta possibilidade, e menos como sua efetivação. O uso era claramente desviacionista, mas a tensão ainda não tinha a mesma nitidez. Sobretudo, porque eu a buscava nos mesmos termos daquela que se apresentou a mim nos alagados do Recife.

Ela era mais nítida na área de expansão da CEASA, ocupada por hortas e por casas, e principalmente, do outro lado da BR-101 (atrás da CHESF), onde verifiquei o crescimento do uso habitacional sobre os espaços de trabalho. Tensão dupla, entre novos moradores e velhos agricultores, e entre eles e as forças da ordem. A indisposição da CHESF e do DNIT com relação à construção de casas era contundente. Por lei, as áreas sob as linhas de transmissão de energia (CHESF), e aquelas que margeiam as rodovias (DNIT), são “não-edificáveis”. Já com relação às hortas, os técnicos e os engenheiros com os quais conversei, tanto da Companhia como do Departamento, transmitiram-me uma impressão mais generosa. As hortas não estão no “meio do caminho” como os tabuleiros das calçadas, nem têm o mesmo impacto visual das palafitas.

A CHESF, que já era suspeita de estimular estas hortas, tem uma política de apoio a este tipo de ocupação sob suas linhas (ela aposta nestas ocupações como forma de evitar a ocupação por casas), mas por motivo de segurança, não são permitidas culturas de grande porte, nem de alta combustividade, que possam colocar o sistema em risco. Para receber este apoio, que chega através de uma assistência técnica e material, os agricultores precisam estar organizados em associações. Em Teresina (PI) e em Fortaleza (CE), as hortas sob as linhas de transmissão são apoiadas por uma parceria entre a CHESF e a municipalidade<sup>71</sup>. No Recife, não foi possível

---

<sup>71</sup> Procurei os responsáveis por estas parcerias em Teresina e em Fortaleza, mas eles não deram retorno.

firmar esta parceria com a Prefeitura<sup>72</sup>, de modo que os agricultores (que também não estão organizados em associação) não contam com este apoio.

Ao contrário do que testemunhavam os agricultores, as hortas pareciam não ser um incômodo. O próprio uso dado ao local (trabalho) parecia enobrecer a ocupação e transferir dignidade ao espaço e aos seus ocupantes. Deste modo, o estigma, que seria uma das chaves para compreender as tensões entre a cidade hegemônica (construída por tratores) e a cidade transversal (feita-a-mão), não estaria presente nesta relação, ou estaria em menor grau. Não podemos descurar do fato de que cada um dos usos identificados nesta pesquisa, pelos/para os quais os espaços podem ser reapropriados/reinventados – fé, lazer, moradia e trabalho – são “valores” socialmente negociados. Lembrar isso é importante para entender o porquê de alguns usos desviantes serem mais combatidos (habitacional), e outros desfrutarem de maior prestígio social (trabalho).

Isso não quer dizer que a reapropriação/reinvenção do espaço pelo/para o uso do trabalho não encontra obstáculos (também houve perseguição a feiras livres)<sup>73</sup>. Ao que parece, o uso habitacional do espaço em condições desviantes provoca um maior mal-estar. As casas não só “consolidam a ocupação” e “instituem um privado” (em menor escala, o uso para o trabalho também os faz), mas criam e expõem um “íntimo”. No entanto, o seu maior “defeito” é não ser

---

<sup>72</sup> Houve um contato com o SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), que dentre outras coisas, capacita produtores e técnicos nos princípios e tecnologias da produção orgânica, mas também não vingou. Até o fim da pesquisa aguardava-se uma resposta do Projeto Rondon, que foi retomado em 2005 pelo Governo Luiz Inácio, e leva estudantes e professores de instituições de ensino superior a desenvolver trabalhos sociais nas regiões mais carentes do país.

<sup>73</sup> Diante da perseguição, o Sindicato dos Feirantes de Pernambuco mobilizou o exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, no sentido de mostrar que “esses centros, mesmo sendo adiantados, continuam respeitando a existência das feiras livres, muitas, inclusive, em dias diversos da semana”. *Diário de Pernambuco*, “Feirantes mandam buscar plano de abastecimento para oferecer à PMR”, 15 de Fevereiro de 1970.

um local de trabalho. “É o trabalho que dignifica o homem”, que o humaniza. É no trabalho que o homem se realiza<sup>74</sup>. Ora, o movimento de disjunção entre lugar de morar e lugar de trabalhar retirou, de uma só vez, a casa (feminina) e a mulher (doméstica) desta experiência, ideologizando-as como improdutivas.

As hortas, ao contrário, produzem, e os agricultores, trabalham – encaixam-se em uma ordem produtiva, reapropriando-se de sua própria força de trabalho e restabelecendo uma comunicação com a “terra”. Eles se identificam como “trabalhadores”, “pequenos produtores”, “agricultores”, e escapam à identidade do “homem redundante”, distanciam-se da imagem do mendigo que “imprime a força do ócio” (em desacordo com a moral econômica) e da condição de “extremamente miseráveis” que caracteriza aqueles que moram nas ruas<sup>75</sup>. Pergunto-lhes o que eles acham que as pessoas pensam dali. A resposta é a mesma em todos os casos: “acham bonito”.

**“Muita gente diz que essa área aqui limpa, trabalhada do jeito que tá, é uma boa opção, e outros já dizem que se o Governo tomar conta novamente o mato vai nascer, e ele não tem condição de limpar essa área total, todinha, que existe esses agricultores. O Governo vai gastar muito pra manter essas área todinha limpa. Com esse pessoal trabalhando, mesmo que não limpe tudo, mas limpa uma boa parte” (Marcos – agricultor 1).**

Essa também era a visão dos engenheiros do DNIT com os quais conversei. Enquanto os mendigos “sujam” a cidade, os agricultores “limpam-na” – embora “limpar” seja o gesto territorial por excelência. As hortas eram “bonitinhas”, a ocupação da área “colaborou com a redução da violência nos canteiros”, eles mantinham a vegetação baixa “facilitando a

---

<sup>74</sup> Antunes, 2003.

<sup>75</sup> Sales, 2005.

visibilidade”. Todos, individualmente, reconheciam a importância daquela atividade na faixa de domínio da BR-101/232. Suas falas convergiam para um ponto: “nós deixamos que eles cultivem na nossa faixa de domínio e eles nos ajudam na manutenção do local”. Tudo sugeria harmonia, não conflito. Ocorre que aquelas compreensões individuais não correspondiam ao que estava acontecendo nos bastidores. A tensão que encontrei “a flor da terra” entre os canteiros dos *loops*, eu descobri sob as alcatifas dos corredores do DNIT.

## 5.2 A NÁUSEA

Desde o dia 08 de Junho de 2005, a tensão, ou a náusea, que envolve o DNIT (e a Polícia Rodoviária Federal) e os agricultores tem um número: 2005.83.00.009874-5<sup>76</sup>. Este número expressa a vontade do DNIT, e da lei que lhe garante o direito e impõe o dever (e do projeto de ordenamento que ele representa), de recuperar a posse de sua faixa de domínio no “Contorno do Recife”, entre o Km 69,8 e Km 70,5 da Rodovia BR-101. O processo de reintegração de posse com pedido de liminar foi encaminhado a 6ª Vara da Justiça Federal pela Procuradoria do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, com base na Lei 10.233 de 05 de Junho de 2001<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> O acesso a este material me foi dificultado pelos funcionários da 6ª Vara do Tribunal de Justiça Federal. Segundo eles, como eu não era citado no mesmo, nem constituía uma das partes, eu não poderia fazer cópias do referido processo. Deste modo, ele não compõe os anexos desta dissertação.

<sup>77</sup> “Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências” (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>).



Os requeridos são proprietários/possuidores de imóveis e plantações de hortaliças situados na referida faixa de domínio. Apenas 8 são citados no processo, dos quais 3 participaram desta pesquisa. A maioria permanece com qualificações desconhecidas, pois que se recusam a receber as notificações e a se identificar. Ao que parece, a ação veio em resposta ao pleito de um grupo de agricultores locais ligados à UAPE (União dos Agricultores de Pernambuco), desconhecida nos *loops*, que em Janeiro de 2003 tentou regularizar a ocupação da faixa de domínio junto ao DNIT, que até então se processava a título precário.

**“Tu sabe que quem tem não vai dá valor a quem não tem nada. Aí pronto, o problema é esse. Por que essas terra todinha aqui vazia? Mas os home não quer isso, foram alegar que a gente tava poluindo a natureza, nunca vi plantar poluir nada” (Lucas – agricultor 6).**

Nos termos do processo supracitado, a construção de casas e a “abertura” de hortas na faixa de domínio implica *“na utilização não autorizada de bem público, ao mesmo tempo em que gera tensão e riscos, aos próprios esbulhadores e demais usuários. Não pode, portanto, ser tolerada no Estado Democrático de Direito”* (p6). Para o DNIT, *“a atitude irresponsável dos réus está colocando em perigo suas vidas, bem como a dos usuários da rodovia, com o comprometimento da área destinada ao acostamento da via”* (p8), de tal modo que a ocupação *“é insuscetível de qualquer espécie de regularização”* (p8).

Essas “irregularidades” podem ser vistas em vários locais, do Sertão à Região Metropolitana do Recife, mas processos movidos pelo DNIT se “arrastam”. São espaços “inadequadamente” ocupados por comerciantes, plantadores de verduras e por famílias que construíram suas casas nas faixas de domínio das BRs. Segundo a matéria<sup>78</sup>, o caso mais grave é

---

<sup>78</sup> *Diário de Pernambuco*, “Ocupação de Áreas na Rodovia pára na Justiça”, Recife, 5 de Novembro de 2006.

o das “cerca de 300 casas no perímetro do anel viário que interliga a BR 101 à avenida Abdias de Carvalho e às BRs 232 e 408. Em alguns trechos os veículos trafegam a três metros dos imóveis”. A imagem abaixo ilustra esta relação.

Marina Sobral



**Ilustração 15: Relação das hortas com a rodovia (loop A)**

Marcos confirma que alguns carros (e um caminhão) já caíram nas hortas. Acidentes pequenos e sem vítimas, para os quais as hortas não teriam concorrido. Não encontrei entre os agricultores uma preocupação efetiva com sua própria segurança, que constitui o cerne da justificativa do DNIT para a desocupação da faixa de domínio: segurança pública, ou antes, ordem pública. Não que os agricultores não reconheçam os riscos do trabalho (não houve registro de casos de acidentes de trabalho ou de doenças vinculadas à utilização de produtos químicos), mas para eles “todo trabalho tem seu risco” e eles “tomam os seus cuidados”. Desenha-se aqui o conflito entre uma racionalidade voltada para a previsão de riscos e para a manutenção do sistema

de transportes, e uma racionalidade que “anda na cabeça, anda nas bocas”<sup>79</sup>, orientada por outros princípios e que encaminha soluções pessoais (e acabam sinalizando uma outra cidade possível).

“Ninguém quer sair daqui não”, diz Mateus.

**“Tem muitos menino aqui, que trabalha comigo aqui, que não quer ir embora não, quer não. Tá tudo chateado aí que os cara já vieram tirar os porco. Que eles me ajuda e eu ajudo eles, né? Todos eles têm uma casinha. Todos eles têm filho. Parece mentira eu dizendo. Que são tudo novo. O mais novo que trabalha aqui comigo tem 18 anos. Já tem uma mulher e um filho”.**

O mal-estar tem lugar também nas relações entre o DNIT e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) – e também entre o DNIT e a CHESF<sup>80</sup>. O DNIT denuncia a PRF por permitir as invasões da faixa de domínio. Dentre as suas atribuições constantes do Código Nacional de Trânsito<sup>81</sup>, cabe a PRF “*zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas*”. Conforme os termos do processo, para o DNIT,

*“tendo a administração pública sido dotada do poder de polícia em prol do interesse público, é seu dever embargar e interditar, de imediato, a construção em faixa de domínio e, caso o invasor se recuse a desocupar a área, promover a desocupação, inclusive com o auxílio de força policial. Isso é indiscutível”* (p12).

A relação entre o DNIT e os agricultores sempre foi marcada pela tensão. Seu acirramento veio com a tentativa de regularização das ocupações. Segundo Newton Velozo, ex-coordenador da Divisão de Execuções de Programas e responsável direto pelo programa de hortas da Prefeitura do Recife no final da década de 80, o DNIT nunca foi favorável à destinação da faixa

<sup>79</sup> *O que será (à flor da terra)* – Chico Buarque

<sup>80</sup> A CHESF diz que tem a servidão plena da área onde passam as linhas de transmissão, mas o DNIT diz que a área pertence a sua faixa de domínio.

<sup>81</sup> LEI Nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997 (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>).

de domínio ao uso agrícola, e criou algumas dificuldades para o programa na época. Cada vez que uma possibilidade de regularização da ocupação da faixa de domínio se apresenta, o DNIT reage em defesa da manutenção do seu domínio da faixa. *“A ratificação do poder sempre cria fricção”* (Wolf, 2003c: 333), conforme fica evidente no relato dos agricultores.

**“Já vieram essa semana tirar onda de novo. O plano dele é que desapareça tudo daqui, né? Sabe o que é aqui, sabe o que ele quer ver aqui? O que era aqui antigamente, um mato dessa altura aqui, o mato, cobrindo todo mundo, e a turma matando e jogando os cadáver pra aqui pra dentro, pronto. Eles querem isso, eles não querem ver, não querem ver plantação, só querem ver mato e os cangaço de carro virado aí, que a turma rouba e sacode aí. O que eles querem é isso, eles não querem ver ninguém plantando pra sobreviver não”** (Lucas – agricultor 6).

O DNIT chega nas hortas em companhia da PRF (Polícia Rodoviária Federal). São visitas esporádicas que procuram intimidar os agricultores e desestimular a ocupação. Jamais as presenciei, no decurso da pesquisa, tomei conhecimento de apenas uma delas, na qual Mateus foi notificado.

**“Você vê, eles deram 8 dias pra eu tirar esses porco, eles já disse que não era pra plantar mais nada. Mais nada. Quando eu cheguei aqui, aqui era uma área de desova cara. Todo dia era um carro queimado, quando não era um carro queimado era um morto. Depois que eu botei a horta aqui acabaram com tudo, nunca mais apareceu um carro queimado aqui [...] Se eles cedesse essa área aqui pra gente ficar só plantando. Tá certo, eu concordo que tire os porcos. Mas o prazo que eles dão são muito pouco, 8 dia. Me intimaram, eu tinha uns gadozinho aí, umas vaquinha, me intimaram pra tirar, eu fui tirei. Se você for aí, você vai ver a cerca derrubada que eles vieram ontem. Foi eles que derrubaram, eles mesmo”** (Mateus – agricultor 7).

Segundo Marcos, todo mundo sabe que **“o DNIT não quer que o pessoal cultive, que tá obstruindo a via, tá fazendo uma série de prejuízos, causando prejuízos. Mas assim mesmo vai ficando, eles também não vieram mais, né?”**. Diz Souza, que *“as ocupações de terras públicas têm sido mais toleradas do que as terras de propriedade privada, uma vez que*

*proprietários privados têm atuado mais fortemente para evitar a consolidação de assentamentos informais em suas propriedades” (2004: 133).*

Não podemos achar que isto não é sabido/sentido pelos ocupantes dos *loops*. Moura (1990) também diz que o discurso “terra da União, terra nossa” é muito comum entre os “invasores”. Dito isto, fica fácil entender a total indiferença com a qual eles respondem ao assédio do DNIT e da PRF. **“De vez em quando vem uns aviso aí (...) a gente não faz nada não. A gente tá trabalhando, né? A gente tá dando produção ao Brasil, né não? Trabalhando, plantou coentro, plantou um alface, tá dando produção pra eles mesmo comerem” (Tiago – agricultor 2).** É a dignidade, que mesmo abatida, ainda encontra forças para reagir.

**“Eles [CHESF e DNIT] não querem que faça casa. Isso eles não querem” (Tiago – agricultor 2).** Sabendo disso, os agricultores procuram construir sedes que passem despercebidas, **“que não seja tão grande pra chamar atenção” (Mateus – agricultor 7),** e utilizam a própria plantação como camuflagem, conforme se vê na imagem abaixo.

Marina Sobral



**Ilustração 16: Sede camuflada (fora dos loops)**

*“Os ricos ocupam um lugar definitivo e inabalável na existência; os pobres fazem-se mais pequenos para não ocuparem lugar”* (Brandão, S/D: 35) – para se encaixarem nas “brechas”. Entretanto, algumas atitudes individuais dos agricultores acabam expondo o grupo e comprometendo a ocupação, conforme é o caso de Tiago e de Mateus.

Marina Sobral



**Ilustração 17: Relação do ponto comercial de Tiago com a rodovia (loop B)**

O ponto comercial que Tiago mantém no *loop* (essencialmente uma curva), chama atenção pelos carros que estacionam na rodovia para comprar os itens expostos à venda. O estacionamento é considerado perigoso pelo DNIT, que baseia todo o seu argumento na segurança dos usuários do sistema viário e dos que ocupam a faixa de domínio. O caso de Mateus chama ainda mais atenção. Ele criava gado (atividade que já foi suspensa pelo DNIT/PRF), e agora cria porcos. A atividade impressiona pela sujeira e mal-cheiro característico desta criação, e pelo risco de acidentes caso os animais cruzem a rodovia. Ao contrário de Mateus, Marcos é bem mais cauteloso.

**“Essa área que nós trabalha nem a gente mesmo constrói porque, o DNIT mandou desmanchar, a gente desmanchou. Eu plantei esse pé de pau aqui pra não ficar de meio-dia no sol, só é o que tem de sombra. Aí na hora de meio-dia que a gente não tá trabalhando, a gente tá por aqui. Ruim é no inverno, de vez em quando dá uma chuvada, a gente corre às vezes se embala com plástico, mas ele não quer que construa de jeito nenhum, mas a turma são teimosa. Vende a parte de um terreno que não é dele pra os outro construir casa”.**

Acompanham-no na sua cautela Paulo e Pedro. Marcos critica as construções pois elas acabam chamando a atenção para o local, rasgando o manto de invisibilidade do qual eles se valem, e levando para as hortas as forças da ordem. O próprio pesquisador deve ser cauteloso quanto a isso. Assim, optei por não envolver a Polícia Rodoviária Federal na pesquisa por precaução. Segundo o Código de Ética do Antropólogo<sup>82</sup>, o direito de pesquisa deste deve estar subordinado aos direitos das populações que ele pesquisa, de modo que nossa prática (somos responsáveis por ela mesmo que não tenhamos controle total de seus desdobramentos) não pode prejudicar o grupo pesquisado, e com este fim, temos o direito/dever de omitir informações (e de sermos tão discretos quanto aqueles que colaboram conosco procuram ser). Como bem notou Kasper (2006),

*“o trabalho do cientista social, especialmente quando envolvido com populações à margem da ordem social dominante, pode aproximar-se, involuntariamente, da delação. O mapeamento dos locais ocupados, por exemplo, diferencia-se de uma operação de polícia apenas por seu propósito”* (2006: 3).

Marcos se referia especialmente à venda de lotes do outro lado da BR-101, que culminou com o avanço de casas sobre antigas hortas.

**“200, 300 [Reais]. Saiu vendendo as parte. E o pessoal foi construindo. A horta que era do cara agora é tudo casa. Ele vendeu tudinho, não sei o que foi que ele fez com o dinheiro não. Agora tá o maior rolo, o DNIT entrou pra lá. Até a gente**

---

<sup>82</sup> Disponível em <http://www.abant.org.br>

**foi intimado a comparecer. Eu tenho em casa um documento com 21 folhas, o DNIT mandou pra gente comparecer nesse prédio daí. Eu não fui não. O juiz mandou 21 folhas do processo”.**

Eles não procuram advogados para representá-los em juízo<sup>83</sup>, tampouco comparecem nas audiências marcadas, e assim vão se servindo do tempo.

**“Acho que tem mais de 3 ordem de despejo dessa área aqui que a gente ocupa. Isso aí não passa 3 meses sem ter uma novidade não. A gente continua plantando a mesma coisa. A gente não desocupou até agora. A gente desocupa quando ele passar o trator por cima, agente corre, a gente não vai brigar pelo que é dos outros, né doido!” (Paulo – agricultor 3).**

**“E o home tentou, o engenheiro daqui tentou acabar, né? Do DNER [atual DNIT] aí. Aí ele foi ali falar com um juiz daquele prédio ali [Justiça Federal] pra assinar o papel pra tirar a gente daqui. Aí o juiz disse a ele que não tem condição não de assinar. Quer ver a versão da gente. O juiz não assinou não. O pessoal passa por aqui e acha muito bonito. De cima do viaduto vê logo o verde, né? O juiz não assinou não. Ele chega ficou encabulado, que queria despejar a gente, né? A gente tem muito tempo já aqui. Se ele precisar da área daqui ele vai ter que dar qualquer coisa a gente pra sair, né?” (João – agricultor 5).**

Nenhum dos agricultores se recusa a deixar o local, mas nenhum deles manifesta este desejo. Estão todos dispostos a sair para um lugar melhor, caso seja oferecida uma alternativa. Como diz Paulo, **“um negócio melhor todo mundo vai querer. Ninguém pensa negativo não, sempre tem que pensar um pouquinho positivo. Acho que se tivesse um lugar melhor, próximo aqui, a gente ia evoluir também”**. João pensa que se tivesse **“um terreno grande noutro canto, eu podia até mudar pra gado, pra criar gado”**. Sempre procurar melhorar. Marcos pensa o mesmo, mas ressalta que não é simplesmente “trocar de lugar”.

---

<sup>83</sup> Há um advogado citado no processo (não consegui contatá-lo), mas ninguém dos *loops* sabe sobre isso (penso que representa a Vila Miguel Arraes, ou o grupo da UAPE).



**“Eu não tenho condições de sair daqui pra outro lugar, a não ser que um órgão do Governo compre e coloque nós lá, do mesmo jeito. Mas com a condição de botar a gente lá e pra gente tocar o barco pra frente, com condições de empréstimo, porque se a gente sair daqui a gente não vai lá pra fora sem empréstimo ou sem poder. Chegar assim e começar a plantar ninguém pode. Também dificulta o problema do frete. Se a gente tivesse condição de ter um carro pra carregar verdura pra vender aqui seria ótima, seria bom assim, agora quem não tem, pra pagar frete não tem condição não”.**

Eles sabem que têm seus direitos e não esperam menos que uma indenização pela terra que eles têm cuidado. Pedro o diz bem,

**“Realmente isso aí, é que nem o meu caso. Se isso aqui mesmo, tá debaixo, isso aqui é terreno da CHESF. Nem tão cedo a CHESF não precisa disso aqui. Tá debaixo da rede dela. Agora se fosse um terreno que não passasse a rede da CHESF, aí fazia medo mesmo, porque, e uma, fazia medo e não fazia, porque se fosse um terreno que não pertencesse a CHESF e o cara fosse fazer um primeiro andar, fazer um posto ou alguma coisa, se a gente tá com uma lavoura dentro ele ia ter que dar alguma coisa a gente, que nem passou o cano de gás que vai pra Suape, o cano de gás vai pra Suape passou aí no meio [outro atravessamento], tá certo que isso aí o meio tava todo aplantado. Todo dia dia tirava quiabo aí em cima. Ele saiu rasgando isso aqui todinho, mas quiabo eles pagaram. A mesma coisa, se não fosse o terreno da CHESF, fosse de um empresário que tivesse fora daqui que fosse precisar de fazer um posto, ou então fosse fazer não sei, 10 blocos mais ou menos. Aí se tivesse quiabo plantado ele ia ter que pagar. Porque o caba passar 10 anos, cuidando da terra, trabalhando na terra e ele chegasse assim, ó desocupa, e não ia dar nada. Aí a gente é claro que a gente ia procurar o direito da gente, né? Ia procurar o direito da gente”.**

Esses agricultores beneficiam a área com suas hortas. Participam de um processo de urbanização artesanal através do qual vão (re)desenhando a cidade. Vinculados à dinâmica sócio-espacial do Recife, abriram caminho para a cidade que se expandia. Antes das hortas, referindo-se a ocupação dos *loops*, Pedro define o lugar como um “museu”. Não o “*estabelecimento permanente criado para conservar, estudar, valorizar pelos mais diversos modos, e sobretudo expor para deleite e educação do público, coleções de interesse histórico, artístico e técnico*”

(Ferreira, 1988: 448); mas aquilo que o museu tem representado: “o morto”, “o sem movimento”.

Tudo isso configurava o lugar como perigoso, favorável a crimes diversos.

**“mas depois que abriu a horta, eu vim pra esse lado de cá, outra, chegou colega, tudinho aqui ficou uma tranquilidade, ficou uma cidade mesmo aqui. Mas quando não tinha horta aqui era assalto, era gente morta por aí por dentro, era a turma pegando a turma. O problema era esse”.**

Foram eles que levaram a “tranquilidade”, a “civildade”, a “urbanidade” para lá. Eles representam a própria cidade, que corre entre os canteiros. A situação é similar àquela que observei nos alagados do Recife. Lá, foi o mocambeiro quem beneficiou a área com suas casas de palha, tábua ou pau a pique, fazendo surgir de dentro da água a mocambópolis elameada. Não criaram menos que um mundo, mas a eles só coube criar. A cidade cresceu às custas de mangues aterrados e de homens desterrados. Depois que o trabalho de criação e consolidação do espaço do Recife estava concluído, mangue e mocambeiro foram considerados inimigos da paisagem. Ambos sempre estiveram sob a constante ameaça de perder o seu lugar, fosse pelo avanço das águas ou dos homens.

A histórica experiência espacial do Recife, “cidade lendária”<sup>84</sup>, marcada pelas lutas que remetem à “*ciclópica atividade arquetônica da criação do seu solo*” (Castro, 1948: 18), preparou-me para ver um universo de tensões universais, que existem entre as forças da natureza, entre estas forças e os homens, e especialmente entre estes. Eric Wolf (2003c) nos lembra que as relações sociais de produção não falam somente do homem contra a natureza, mas do homem se impondo sobre os outros homens, através de relações sociais que governam a mobilização do

---

<sup>84</sup> Recife, cidade lendária – Capiba.

trabalho. Na sua luta contra o amorfismo primordial, a cidade se valeu dos mangues (com seu complexo sistema de raízes) e do seu excedente humano (com suas forças simples).

Historicamente, o Recife (e sua Região Metropolitana) configurou-se como o principal pólo de atração, dentro da Região Nordeste, para uma população empobrecida e destituída das condições mínimas de vida. Nas décadas de (19)70-80, as invasões foram o modo predominante de aquisição de propriedade imobiliária. Os alagados se mostravam como a única saída para os seus novos habitantes. *“Só o mangue e o mocambo estavam à altura de suas posses [...] no mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nú”* (Castro, 1967: 27-28). A esta ocupação o Recife deve o chão sobre o qual se ergueu, fruto de uma engenharia bastante simples, que atualiza um gesto arquetípico: *“enfiar o pau na lama”*.

**“Minha mãe tava tomando conta do meu avô, ele faleceu, aí realmente ela veio, né? Tava tudo na lama aqui, aí pegou e enfiou os pau na lama” (Ubiratan – Ex-morador das Palafitas da Madalena).**

Por este trabalho, que predominou sobre todos os outros – ibérico e flamengo – o mocambeiro é o personagem principal do processo de criação e consolidação do espaço do Recife. Não há categoria mais adequada que esta, que melhor exprima o *status* dos inventores do espaço recifense e a qualidade do trabalho empreendido na sua construção (Melo, 2004). O construir é um ato sagrado, *“é um ato religioso, o estabelecimento de um mundo em meio de uma desordem primeva”* (Tuan, 1983: 116-117). Ao “enfiar o pau na lama”, os mocambeiros participam de um modelo arquetípico ligado à fundação da cidade. Segundo Eliade (1992), desta maneira eles se tornam paradigmáticos.

Dessa experiência de mocambos e mocambeiros nos alagados da cidade, surgiu uma imagem fundamental da minha arquitetura, que fecunda o imaginário desta pesquisa e dispara novos *insights*: a “situação de palafitas”. Eu a encontrei na fala de Ubiratan e Severina, ex-moradores das Palafitas da Madalena. Na época, essas falas não produziram nenhum grande desdobramento. Só quando me aproximei dos agricultores e percebi as continuidades entre uma experiência e outra, é que consegui fazer melhor uso delas. Ao falar de sua experiência habitacional nas margens do Rio Capibaribe do Recife, Ubiratan diz:

**“Tem que tá sempre levantando. Aqui mesmo, muitos barraco aqui são levantado, porque muito tempo que fica na lama, os pau vai afundando dentro da lama e realmente tem que levantar de novo”.**

Por seu turno, Severina complementa:

**“Sempre tem que tá botando um preguinho aqui, um pauzinho ali. Essa aqui mesmo tava pela misericórdia pra consertar, mas é de madeira, é mais fácil. A gente vai ali, tá desmanchando uma casa, olha ali tem um bocado de madeira no lixo, aí a gente pega um carro de mão, pega uns vizinho, vai, traz uma tuia de pau e assim vai. Não tem cimento não? Pega um pedaço de pano, um pedaço de tapete, e assim vai...”**

A “situação de palafitas” não se reduz à objetividade de uma forma de morar, mas subjetivamente amplia-se em uma forma de compreender uma experiência humana mais geral. Viver em “situação de palafitas” é mais do que viver sobre “paus enfiados na lama”, é mais do que viver em palafitas, mas é *como* viver em palafitas, é viver em falso, na incerteza do chão. Essa situação, em seus inícios nordestinos, está amplamente representada na literatura de Josué de Castro (1967), de João Cabral de Melo Neto (2000), de Graciliano Ramos (1999), etc. Expulso do campo depois de plantar, expulso da cidade depois de construí-la, “Severino”, vê-se um errante.

Essas classes experimentam a morte, não apenas em sua versão biológica, mas a morte social, cultural, moral, que só os homens são capazes de impor, através de espoliações que se superpõem em um processo extenuante. Não são identificados como consumidores, para os quais a cidade se abre; mas como “classes perigosas”, para as quais a cidade se fecha. No entanto, “*a rua sente nos nervos essa miséria da criação e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas*” (Rio, 1910: 5), e desse modo, parece escapar de todos aqueles determinismos pretendidos pelos agentes habitualmente responsáveis pela sua regulação. A cidade, que se ergueu sob o mito da segurança<sup>85</sup>, vive o fantasma da insegurança – um movimento impossível de gerir. Quanto mais se enfatiza a ordem, mais o caos torna-se aterrorizante. O medo é, por excelência, o sentimento da cidade.

Guattari e Deleuze (2004) falam da necessidade de criarmos conceitos. Eu poderia trabalhar essa “situação de palafitas” como um conceito. Dentre as características de um conceito apontadas pelos autores, ele tem pelo menos “*a verdade que lhe advém em função das condições de sua criação*” (2004: 40). Penso que esta é a mais importante das características, pois que testemunha o vínculo entre o conceito e o contexto. No entanto, prefiro tratar a “situação de palafitas” como uma “imagem emancipadora”, que não abre mão de sua verdade, e que parece mais apropriada aos modos de nossa cultura ocular. Essa “imagem emancipadora” tem a importante função de “dar a ver” as fragilidades que envolvem as situações pesquisadas e as situações de pesquisa na mesma teia de incertezas. Como “situação de pesquisa”, essa imagem evidencia o “movediço” do campo. Em maior ou menor grau, o campo herda as fragilidades do objeto que ele contextualiza, de modo que simplesmente pode “desaparecer”, como ocorreu com as Palafitas da Madalena e a Ponte do Limoeiro.

---

<sup>85</sup> Le Goff, 1998.

Durante a pesquisa nos alagados, as duas comunidades foram incluídas em um programa habitacional da Prefeitura do Recife. Em Outubro de 2002, os moradores da Ponte do Limoeiro foram transferidos para casas provisórias no próprio bairro (Santo Amaro). Eles recebiam uma bolsa moradia da Prefeitura e estavam sendo capacitados para construírem suas casas, em um terreno que eles próprios escolheram para dar lugar à vila a poucos metros da Ponte. Em Março de 2004, foi a vez das 126 famílias que moravam nas Palafitas da Madalena receberem seus apartamentos no Conjunto Habitacional Beira-Rio, construído pela Prefeitura do Recife no bairro da Torre. Estão sujeitos a isso todos aqueles que pesquisam objetos “frágeis”, como grupos de idosos, doentes terminais, os irregulares do espaço, etc.

Assumindo as incertezas que se infiltram na construção dos saberes, ela também tenta superar uma outra imagem, a “situação de pilotis”, sobre a qual se assentam a arrogância do cientista e o despotismo da ciência. Ao “cientista da torre”, ela quer opor um cientista-operário-agricultor, “*amoroso, mestiço, arlequinado*” (Carvalho, 2003b: 92). À “ciência encastelada”, ela quer opor um saber da borda e da brecha, “*selvagem, capaz de fazer dialogar o sensato e o insensato, a solidão e a solidariedade, a universalidade e a particularidade, o local e o global*” (Carvalho, 2003b: 92).

Como “situação pesquisada”, tal imagem permite ver o homem que desaba, e que se ergue, em um eterno recomeçar, como Sísifo. A “situação de palafitas” configura-se pois, como uma confluência de processos múltiplos de espoliação, exclusão, e de outro lado, reapropriação, reinvenção. Ela nos ajuda a pensar sobre essas existências imprecisas, precárias, vidas-em-falso, sempre em xeque. Mas se são sempre colocadas em xeque, em xeque elas põem a cidade. O homem que desaba é obrigado a reafirmar/refazer a sua vida todos os dias, e o faz reapropriando-

se e reinventando lugares na cidade. Buscando maneiras de viabilizar a vida sob o peso de uma ordem excludente e fóbica, ele começa do zero como quem nada consegue acumular, a não ser as astúcias, a arma do herói sem força. “Não contavam com a minha astúcia”, diz Chapolin Colorado.

Chapolin, como é mais conhecido, é o personagem de uma antiga série televisiva produzida no México e veiculada no Brasil pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão). “Não contavam com a minha astúcia”, “sigam-me os bons”, “palma, palma, não priemos cânico”, “meus movimentos são friamente calculados”, “minhas anteninhas de vinil estão detectando a presença do inimigo”, “aproveitam-se da minha nobreza”, são os jargões deste personagem, muito popular no Brasil nos anos (19)80-90. Chapolin é um herói sem poderes especiais, sua força é a boa vontade. Utiliza-se fundamentalmente de 2 recursos: a “marreta biônica” (um martelo de plástico), e as “pílulas de nanicolina” (comprimidos que lhe permitem tornar-se minúsculo). Chapolin Colorado é a metáfora dos heróis ordinários. Para eles, não há certezas, só oportunidades.

## 6 O DEPOIS – “o futuro é pouco”<sup>86</sup>

Esta pesquisa é toda anamnese. Até aqui, tentei reconstruir duas situações, que se configuraram como pólos de um contínuo pelo qual esta narrativa caminhou: a “pesquisada” (que me colocou diante do “outro”, e na qual observei um processo de reapropriação/reinvenção do espaço); e a “de pesquisa” (que me colocou diante de mim, e na qual me confrontei com as condições de realização deste trabalho). A falta de garantias do meu duplo empenho (alter/auto-vigilância) se revelou na imagem da “situação de palafitas”. Esta imagem reforça a importância das “astúcias” para lidar com as “incertezas”, ao mesmo tempo em que reconhece a presença destas na experiência humana. Essas “astúcias” não garantem aos sujeitos (antropólogos/agricultores) uma vitória sobre as “incertezas”, mas conformando-se a elas permite transformar, não sem conflitos, “desventura” em “derrisão”.

Observei ambas (“astúcias” e “incertezas”) no cotidiano de 7 agricultores, que não tendo acesso ao emprego, inventaram outro modo de trabalhar, “abrindo hortas” na faixa de domínio do “Contorno do Recife”, próximo à CEASA. “Contando com suas astúcias” (e baseando-se em uma “filosofia da enxada”), estes sujeitos aproveitaram uma “oportunidade” de viver (tentativa/erro), e com o que tinham a mão, fizeram dela uma possibilidade de vida (funciona/não funciona). Com suas “enxadas-filosofais” (roçando, limpando, preparando a terra, fazendo o canteiro, irrigando, colhendo), eles reapropriaram-se do espaço (hortas) e reinventaram-se com ele (agricultores), restabelecendo a comunicação com a terra. “Eis a flor”.

---

<sup>86</sup> Extraído dos relatos de Marcos.



Em muitos sentidos, trata-se de uma “bricolage” (clímax), e de modo complementar, uma “translação” (desfecho). O princípio fundamental deste processo são as sucessivas “reavaliações funcionais” em curso. A partir do questionamento prático dos usos previstos para os espaços, os “heróis ordinários” (portadores de um “heroísmo coletivo”) sujeitam as funcionalidades estabelecidas a um risco empírico, e põem em xeque os “lugares” definidos pela racionalidade técnico-burocrática, desviando da programação oficial. “Eis a náusea”.

A partir da experiência exposta nos capítulos antecedentes, tem-se que, de modo geral, por mais impraticáveis que venham a ser, os lugares, em maior ou menor grau, sempre estão sujeitos a reapropriações/reinvenções. Eles não são praticados somente segundo as suas destinações oficiais. Ainda que a ação disciplinadora das políticas urbanas seja acachapante (insensível aos usos ordinários da cidade, operando um controle repressivo de seus usuários), esta ação não é determinante nos usos dos lugares. A partir da observação do processo de *gentrification*<sup>87</sup> implementado no Bairro do Recife, na capital pernambucana, Leite (2004) mostrou como, apesar do disciplinamento, da higienização e da segregação promovidos por tal projeto, tais lugares não são necessariamente esvaziados<sup>88</sup>.

A cidade não pára no ponto final do engenheiro-arquiteto-urbanista, como não pára o vaso no ponto final do oleiro, nem a receita no ponto final do *chef*, nem o livro no ponto final do

---

<sup>87</sup> *Gentrification* é uma expressão que começou a circular por volta de 1960, designava um tipo de intervenção urbana (em expansão nos Estados Unidos) caracterizada pela reabilitação residencial de bairros centrais. No entanto, esta política já não se resume a estas pequenas operações, mas expande-se como processo produtor de centralidades e paisagens de poder, mercantilizando o patrimônio (Leite, 2004).

<sup>88</sup> A tese defendida pelo autor é de que “as políticas culturais e práticas sociais que segregam esses espaços para o consumo não contribuem necessariamente para um esvaziamento do sentido público desses espaços urbanos, da mesma forma que não impedem que novas formas cotidianas de apropriação política dos lugares, marcadas pela publicação e politização das diferenças, qualifiquem esses espaços da cidade como espaços públicos” (Leite, 2004: 23).

escritor. Por mais que se deseje fixá-los, eles se abrem em reticências. A cidade é o que acontece enquanto está sendo planejada. Tal é o exemplo de Fedora,

*“Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro”* (Calvino, 1990: 32).

Movimentos difíceis de gerir, insinuam-se astuciosamente pelas “brechas” da paisagem “hegemônica” da cidade (que se expande), e inscrevem nela paisagens “transversais” (que se encolhem), expressando demandas silenciosas de massas abandonadas. Eles constituem a dinâmica das cidades, o modo pelo qual alguns “lugares” desaparecem e “os outros” colocam-se no “lugar”, ultrapassando os limites fixados para o seu uso. São fantasmas que rondam a cidade disciplinar e que ela busca exorcizar, excluindo para esconder e escondendo para excluir. Relação íntima (de um encaixe) entre um uso “tático” que afaga a cidade (e a pratica), e um abuso “estratégico” que espanca o “outro” (e o impede de praticá-la). Kasper (2006) faz uma advertência ao falar de estratégias de extermínio das populações de rua,

*“não quero dizer que existe, em algum lugar, ‘estrategistas exterminadores’ que planejarão a aniquilação dos moradores de rua. Nossa hipótese, que justifica o uso do termo estratégia, é que existe uma multiplicidade de práticas, mais ou menos organizadas e agindo em escalas diversas, cada uma segundo sua lógica própria, porém apontando para uma direção comum, que é o extermínio da população de rua”* (2006: 193).

Ao mesmo tempo, vemos emergir resistências através da invenção. Estes movimentos táticos não contam com um “próprio”, que permite uma emancipação frente à variabilidade das circunstâncias, mas através de pequenos “golpes”, passo a passo, aproveitam cada oportunidade para criar saídas que permitam a viabilização da vida. Ao contrário das “estratégias”, que

conseguem capitalizar vantagens conquistadas e preparar expansões futuras, as “táticas” não conseguem acumular nada, senão a memória de sua experiência. “*O resplendor dessa memória brilha na ocasião*” (De Certeau, 1994: 158). Se houve uma memória do “antes”, da “chegada” e do “durante”, não há uma memória do “depois”, ele é incerto. No entanto, uma experiência de cidade longamente adquirida ensina-os o que esperar, ou o que não esperar.

Não obtive evidências que me permitissem apontar para a expansão ou para o recrudescimento da ocupação da faixa de domínio do “Contorno do Recife”, embora a expansão das casas (Vila Miguel Arraes) e a retirada dos moradores da área de expansão da CEASA tenham um impacto negativo sobre as hortas, na medida em que reduzem as terras agricultáveis. O que posso dizer é que, apesar dos movimentos de negação, as hortas reafirmam-se todos os dias. Eles sabem (os agricultores) que “os home” (as forças da ordem) não vão desistir de tirá-los dali (presenças revogáveis)<sup>89</sup>. Não é a formalização da propriedade que vai garantir a permanência da ocupação, antes os colocará em um circuito formal de exploração de terras, diminuindo a reserva de terras informais que tem sido a saída de muitas famílias pobres<sup>90</sup>.

Mais do que “subsistência”, essas práticas podem ser entendidas como “sub-insistências”. Pergunto-lhes do futuro, ainda mais incerto que o presente, e o futuro é magro como este capítulo. Na experiência deles não há “lugar” para “planos”, nem há muito o que esperar fora dali. **“Futuro mesmo é esse mesmo, levando a vida assim mesmo” (Pedro – agricultor 4)**, foi isso que a ocasião permitiu. Para Paulo é necessário “evoluir”.

---

<sup>89</sup> Até Junho de 2006, não havia nenhum posicionamento da Justiça Federal sobre a ação movida pelo DNIT.

<sup>90</sup> Souza, 2004.

**“Até agora eu tô pensando em um, mas não adquiri nenhum não. Acho que futuramente a gente tem que evoluir pra outra coisa, porque cada vez fica mais difícil. Porque isso aqui é da União, um vem diz uma coisa, outro vem diz que outra, não pode plantar, a gente pára um bocadinho, depois planta de novo, outro diz que planta, a gente vai plantando”.**

Alertado para pensar a relação que eles estabelecem com o tempo, posso dizer que ele é o seu maior aliado. O tempo se apresenta de modo ambíguo e ambivalente. Ele não passa (o eterno presente da ocupação), e ele não pára (a insegurança da permanência); ao mesmo tempo em que ele pára (mais um dia ganho pelo/para o trabalho) e passa (abrindo novas oportunidades). É, sobretudo, uma orientação para o presente, mas é também uma relação de indiferença com o tempo. O tempo efetivamente contado é o tempo da lavoura. Com exceção de Mateus (cujo futuro depositou nos seus coqueiros), nenhum dos agricultores parece ter uma “agenda”. Talvez aí resida a maior das prudências. Entre o tempo que passa e o que pára, vão vivendo através de esperanças modestas.

Eles constataam a precariedade da situação (em alguns dos casos a moradia também está em risco), mas não vislumbram muitas alternativas. **“Emprego eu não vou arrumar nunca, que não tem mesmo. Quando tem 1 vaga, tem 700 na fila, pra varrer a rua ou um terreno por lá. Se for outro cargo mais alto é mais leitura. Vai ser mais complicado”** (Lucas – agricultor 6). Tiago diz o mesmo, para ele não há muito mais, mas aposta nos filhos que estão na escola, **“o futuro pra frente, pra minha família mesmo, minha leitura é pouca, pra arrumar emprego hoje em dia é difícil, e o salário do emprego não dá pra mim viver”**. Mesmo que conseguissem se empregar, as colocações não seriam boas e os salários não compensariam.

**“Porque eu tenho certeza, eu, eu acho que eles não vão dar um emprego digno pra mim. Eu tenho um grau de estudo muito pouco, nenhum, nunca estudei, né? Não vou ter condições de ter um emprego bom pra ganhar um salário digno, que dê pra eu sustentar os meus 3 filho. Que pelo menos aqui eu sei que sustento meus 3 filho, sustento minha esposa” (Mateus – agricultor 7).**

Diante da ameaça de expulsão, Lucas faz a sua avaliação.

**“O emprego que tem é o que eles querem fazer aqui, tirar a gente daqui e pronto, deixar pior do que tava. Já pensasse, eu saio daqui, meu cunhado sai, esses daqui tudinho, é tudo, sai a alimentação daqui tudinho pra eles, já pensasse? Tira tudinho daqui, isso aqui vai virar, com 60 dias isso aqui vira uma mata, certo? A terra tá adubada e adubado o mato vuummmmm [cresce]! Aí pronto, começa tudo de novo, os carrinho voltando, os caba matando lá dentro, aí os home via dizer agora, agora tá bom. Aí vê quantas pessoa vai ficar sem alimentação, imagine, só nessa área daqui vão ficar mais de 15 [4 hortas]. Vê, aí vão fazer o quê? Explica, o que vão fazer. Porque esse aqui não sabe fazer outra coisa além de pegar na enxada e plantar, ele também, ele também, eu também. Fica uma situação tão ruim que se você contar pro cavalo ele tira o sapato e vende chorando pra dar o dinheiro a gente”.**

A desocupação da área e a reintegração de sua posse ao DNIT institui o fim de uma “oportunidade”, cancela a relação, ou antes, a “aliança” entre o homem e a terra, que constituiu “agricultores” e “hortas”; e reposiciona-os como “desempregados” e “baldios”, respectivamente. A questão do acesso a terra é proposta por Mateus.

**“Roubar eu não vou, traficar eu não vou, que eu não quero ir pro presídio. Deus me livre e guarde! Quero viver honestamente, agora eles não querem deixar a gente viver honestamente [...]Tanta terra aí, por que eles não dá um pedacinho de terra pra gente sobreviver, viver honestamente, quietinho, no cantinho dele pra lá, sem tá perturbando?”.**

Para Tiago, **“o Governo não dá valor ao trabalhador, ele não dá valor ao trabalhador”**. Tratei os agricultores muito menos como segmento social, do que como uma forma de inserção no espaço urbano, baseada em um uso astucioso dos lugares. Como modo de ocupação do espaço, as “hortas” traduzem uma experiência. Ao apostar em uma antropologia que

busca “dar a ver” a aventura humana no/com o mundo, o meu trabalho consistiu eminentemente em um diálogo com esta experiência (transversal) de cidade, que me permitiu desenvolver aquilo que Morin (S/Da) denomina “idéias genéricas”, princípios geradores de conhecimento e de compreensão. A dupla situação de abandono em que se encontravam os indivíduos e o espaço parece ter favorecido a riqueza desta experiência. Ela apontou para as formas como convencionalmente vemos, pensamos e tratamos a(s) alteridade(s), mas também ofereceu uma cidade possível, com sabor de quiabo, alface, coentro, cebolinha, e principalmente, sabor de terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- ANDRADE, Manoel Correia de. (1979), *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife, UFPE/ Editora Universitária.
- 2- ANDRADE, Carlos Drummond de. (1986), *Antologia Poética*. 20ª ed. Rio de Janeiro, Record.
- 3- ANJOS, Augusto dos. (1987), *Eu e Outras Poesias*. 37ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 4- ANTUNES, Ricardo. (2003), *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- 5- ARANTES NETO, Antônio Augusto. (2000), *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP, Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial.
- 6- AUGÉ, M. (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo, Papirus.
- 7- \_\_\_\_\_. (1998), *A Guerra dos Sonhos: exercício de etnoficção*. São Paulo, Papirus.
- 8- BACHELARD, Gaston. (1998), *A Água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria*. São Paulo, Martins Fontes.
- 9- \_\_\_\_\_. (2000), *A Poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes.
- 10- BAITZ, Ricardo. (2006), “O Urbano entre a Direita e a Esquerda, o Público e o Privado: a rua negada como possibilidade à vida”. *Travessia – revista do migrante*, 19, 54: 21-26.
- 11- BALANDIER, Georges. (1997a), *A Desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- 12- \_\_\_\_\_. (1997b), *O Contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- 13- \_\_\_\_\_. (1999), *O Dédalo: para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- 14- BARRETO, Ângela Maria Maranhão. (1990), *O Recife através dos tempos – formação de sua paisagem*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco.
- 15- BAUMAN, Zygmunt. (1998), *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- 16- \_\_\_\_\_. (2005), *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- 17- BENJAMIN, Walter. (1989), “O Flâneur”, in *Obras Escolhidas III – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- 18- BERNARDES, Denis. (1996), *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife, UFPE.
- 19- BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. (1965), *Alagados, mocambos e mocambeiros*. Recife, Imprensa Universitária.
- 20- BLAY, Eva Alterman. (1978), *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis, Vozes.
- 21- BOURDIEU, Pierre. (2001), “A Ordem das Coisas”, in Pierre Bourdieu (coord.), *Miséria do Mundo*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes.
- 22- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2001), *A cultura na rua*. 2ª ed. Campinas, SP, Papirus.
- 23- BRANDÃO, Raul. (S/D), *Os Pobres*. (Disponível em: <http://www.dominiopublico.org.br>)
- 24- CALVINO, Ítalo. (1990), *As Cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 25- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. (2001), *O Combate ao Catimbó: práticas repressivas as religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco.
- 26- CARDOSO, Ruth C. L. (1997), “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”, in Ruth C. L. Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica – teoria e pesquisa*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 27- CARVALHO, Edgard de Assis. (1997), *Polifônicas Idéias: antropologia e universalidade*. São Paulo: Editora Imaginário.
- 28- \_\_\_\_\_. (2003a), *Enigmas da cultura*. São Paulo, Cortez.
- 29- \_\_\_\_\_. (2003b), “Tecnociência e Sistemas Complexos Contemporâneos”, in E. de A. Carvalho & T. Mendonça (org.), *Ensaio de Complexidade 2*, Porto Alegre, Sulina.
- 30- CASTRO, Josué de. (1948), *Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- 31- \_\_\_\_\_. (1957), *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Brasiliense.
- 32- \_\_\_\_\_. (1965), *Sete Palcos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste – área explosiva*. São Paulo, Brasiliense.
- 33- \_\_\_\_\_. (1967), *Homens e caranguejos*. São Paulo, Brasiliense.



- 34- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. (2005), *O Recife e seus bairros*. 2ª ed. Recife, Câmara Municipal do Recife.
- 35- CHACON, Vamireh. (1959), *O Capibaribe e o Recife: história social e sentimental de um rio*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco.
- 36- CHALHOUB, Sidney. (1996), *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 37- CÓDIGO DE ÉTICA DO ANTROPÓLOGO. (Disponível em: <http://www.abant.org.br>)
- 38- COULANGES, Fustel de. (2002), *A Cidade antiga*. São Paulo, Martin Claret.
- 39- DAVIS, Kathy. (2003), “La Biografía como Metodología Crítica”. *Historia, antropologia y fuentes orales*, Memoria Rerum, 30: 153-160.
- 40- DECANDIA, Lidia. (2003), “O Tempo e o Invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea”. *Margem*, 17: 181-195.
- 41- DE CERTEAU, Michel. (1994), *A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer*. 7ª ed. Petrópolis, Vozes.
- 42- DELEUZE, G, GUATTARI, F. (2004), *O Que é a Filosofia?*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- 43- *Diário da Manhã*, “PCR estimula produção agrícola com eletrificação”, Recife, 13 de Fevereiro de 1988.
- 44- *Diário de Pernambuco*, “Feirantes mandam buscar planos de abastecimento para oferecer à PMR”, Recife, 15 de Fevereiro de 1970.
- 45- *Diário de Pernambuco*, “Ocupação de Áreas na Rodovia pára na Justiça”, Recife, 5 de Novembro de 2006.
- 46- *Diário Oficial*, “Sessenta famílias recebem auxílio para agricultura”, Recife, 19 e 20 de Março de 1986.
- 47- *Diário Oficial*, “Eletrificação do Curado vai estimular a produção agrícola”, Recife, 13 e 14 de Janeiro de 1988.
- 48- DIRETORIA GERAL DE URBANISMO. (2001), *Regiões Político-Administrativas do Recife: Região Sudoeste – RPA 5*. Recife, Diretoria Geral de Urbanismo.
- 49- DIVISÃO DE GESTÃO DE ZEIS. (2006), *Planeta dos Macacos*. Recife, Divisão de Gestão de ZEIS.
- 50- DOUGLAS, Mary. (1976), *Pureza e perigo*. São Paulo, Perspectivas.

- 51- DURHAM, Eunice Ribeiro. (1973), *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.
- 52- ELIADE, Mircea. (1992), *Mito do Eterno Retorno*. São Paulo, Mercuryo.
- 53- ELIAS, Norbert. (2000), *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- 54- EVANS-PRITCHARD, E. (2002), *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva.
- 55- FERNANDES, Albino Gonçalves. (1937), *Xangôs do Nordeste: investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 56- FERREIRA, Rubio José. (2006), *O Processo de produção agrícola em áreas do entorno da CEASA-Recife/PE – uma atividade rural no centro de uma metrópole: quais as perspectivas reais de inclusão sócio-espacial para os trabalhadores envolvidos?* Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco.
- 57- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1988), *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- 58- *Folha de São Paulo*, “Cidade cria arquitetura antimendigo”, 2 de Setembro de 1994.
- 59- FOUCAULT, M. (2004), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 28 ed. Petrópolis, Vozes.
- 60- FREHSE, Fraya. (2005), *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo, EDUSP.
- 61- FREYRE, Gilberto. (2004), *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15<sup>a</sup> ed. São Paulo, Global.
- 62- GODELIER, Maurice. (2001), *O enigma do dom*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 63- GOFFMAN, Erving. (1975), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 64- \_\_\_\_\_. (1985), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes.
- 65- GRAY, John. (2000), “O Mito do Progresso”. *Margem*, 11: 11-15.
- 66- GULLAR, F. (1999), *Toda Poesia*. 8 ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- 67- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. (1997), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes.

- 68- HARVEY, David. (1993), *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- 69- *Jornal do Comércio*, “Prefeito apóia lavoura”, 29 de Setembro de 1987.
- 70- JUNKER, Buford. (1971), *A importância do trabalho de campo: uma introdução às ciências sociais*. Rio de Janeiro, Lidoor.
- 71- KASPER, Christian Pierre. (2006), *Habitar a rua*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de Campinas.
- 72- KOWARICK, Lúcio. (1979), *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 73- \_\_\_\_\_. (1985), *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 74- LATOUR, Bruno. (2001), *A Esperança de Pandora*. São Paulo, EDUSC.
- 75- LECLERC, Gérard. (1973), *Crítica da Antropologia: ensaio acerca da história do africanismo*. Lisboa, Editorial Estampa.
- 76- LE CORBUSIER. (1992), *Urbanismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- 77- LE GOFF, Jacques. (1994), *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp.
- 78- \_\_\_\_\_. (1998), *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo, UNESP.
- 79- LEI Nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>)
- 80- LEI Nº 10.233 de 5 de Junho de 2001. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>)
- 81- LEITE, Rogério Proença. (2004), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas-SP, Editora da Unicamp; Aracaju-SE, Editora da UFS.
- 82- LÉVI-STRAUSS, C. (1970), *Tristes Trópicos*. Lisboa, Edições 70.
- 83- \_\_\_\_\_. (1976), *O Pensamento Selvagem*. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- 84- LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. (2001), “Cidades Complexas no Século XXI – ciência, técnica e arte”. *São Paulo em Perspectiva*, 15, 3: 37-44. (Disponível em: <http://www.scielo.br>)

- 85- MAGNANI, José Guilherme Cantor. (1996), “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”, in J. Magnani e L. Torres (orgs.). *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, EDUSP/FAPESP.
- 86- MALINOWSKI, Bronislaw. (1986), “Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação”, in Eunice Ribeiro Durham (org.), *Bronislaw Malinowski - Antropologia*. São Paulo, Ática.
- 87- MAUSS, Marcel. (1988), *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa, Edições 70.
- 88- MELO, Normando J. de Albuquerque. (2004), *Barracas da beira da maré: relações de lugar e de visibilidade na cidade do Recife*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pernambuco.
- 89- MELO NETO, João Cabral de. (1985), *Os Melhores Poemas de João Cabral de Melo Neto*. São Paulo, Global.
- 90- \_\_\_\_\_. (2000), *Morte e Vida Severina e outros Poemas para Vozes*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- 91- MERCIER, Paul. (S/D), *História da Antropologia*. São Paulo, Editora Moraes.
- 92- MORIN, Edgar. (1977), *O Método I – a natureza da natureza*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- 93- \_\_\_\_\_. (1993), *Terra-Pátria*. Lisboa, Instituto Piaget.
- 94- \_\_\_\_\_. (2002), “Em busca dos fundamentos perdidos”, in Edgard de Assis Carvalho e Maria Lucia Rodrigues (orgs.), *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo*. Porto Alegre, Sulina.
- 95- \_\_\_\_\_. (S/Da), *Os Meus Demônios*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- 96- \_\_\_\_\_. (S/Db), *O Homem e a Morte*. 2ª ed. Lisboa, Publicações Europa-América.
- 97- MOURA, Alexandrina Sobreira de. (1990), *Terra do Mangue: invasões urbanas no Recife*. Recife, Fundaj/Massangana.
- 98- MUMFORD, Lewis. (1998), *A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4 ed. São Paulo, Martins Fontes.
- 99- NEVES, Berenice Abreu de Castro. (2003), “Patrimônio Cultural e Identidades”, in C. Martins (org.), *Turismo, Cultura e Identidade*, São Paulo, Roca.
- 100- OUTTES, Joel (1997). *O Recife: gênese do urbanismo 1927-1943*. Recife, FUNDAJ/Massangana.

- 101- PERLMAN, Janice E. (1981), *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 102- PESSOA DA COSTA, Eda Maranhão. (1982), *Expansão urbana e organização espacial*. Recife, UFPE.
- 103- PIMENTA, Alberto. (1989), “A Cidade N”, in *O Imaginário da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian/Acarte.
- 104- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1988), “Relatos Oraís: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”, in Olga de Moraes Von Simson (org.), *Experimentos com Histórias de vida: Itália – Brasil*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- 105- QUINN, Daniel. (1992), *Ismael – o romance da condição humana*. São Paulo, Editora Best Seller.
- 106- \_\_\_\_\_. (2001), *Além da Civilização – a próxima grande aventura da humanidade*. São Paulo, Peirópolis.
- 107- RAMOS, Graciliano. (1999), *Vidas Secas*. 78ª ed. Rio de Janeiro, Record.
- 108- RESENDE, Eliseu. (1973), *As Rodovias e o Desenvolvimento do Brasil*. Munique, VII Congresso Mundial da Federação Rodoviária Internacional.
- 109- RIO, João do. (1910), *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, H. Garnier.
- 110- ROLNIK, Raquel. (2004), “Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo, Brasil”, in Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença (orgs.), *O Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Mauad.
- 111- ROSENDAHL, Zeny. (1999), *Hierópolis: o sagrado e o urbano*. Rio de Janeiro, Edusp.
- 112- ROSNAY, Joel de. (1995), *O Macroscópio – para uma visão global*. Lisboa, Estratégias Criativas.
- 113- SADER, Eder. (1988), *Quando novos personagens entraram em cena – experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 114- SAHLINS, Marshall. (1999), *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 115- SALES, Davy Batista. (2005), *Estratégias de sobrevivência e práticas alimentares no meio das ruas: um estudo sobre sociabilidade e alimentação entre mendigos na cidade do Recife/PE*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.

- 116- SANTOS, Boaventura de Sousa. (1984), “O Estado, O Direito e a Questão Urbana”, in Joaquim de Arruda Falcão (org.), *Conflito e Direito de Propriedade: invasões urbanas*. Rio de Janeiro, Forense.
- 117- SANTOS, Lúcia Leitão. (1998), *Os Movimentos Desejantes da Cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife.
- 118- SARAMAGO, José. (1995), *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 119- SILVA, Vagner Gonçalves da. (2000), *O Antropólogo e sua Magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo, Edusp.
- 120- SILVA, Inaê Elias Magno da (2003). *Brasília, a cidade do silêncio*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília.
- 121- SIMMEL, G. (1979), “A Metrópole e a vida mental”, in O. Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*, 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- 122- SINGER, Paul. (1998), *Economia política da urbanização*. 14ª ed. São Paulo, Contexto.
- 123- SOUZA, Flávio A. M. (2004), “O Futuro dos Assentamentos Informais: lições a partir de legalizações de terras urbanas disputadas em Recife”, in Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença (orgs.), *O Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Mauad.
- 124- TUAN, Yi-fu. (1980), *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, Difel.
- 125- \_\_\_\_\_. (1983), *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Difel.
- 126- VELHO, Gilberto. (1978), *A Utopia Urbana: um estudo de Antropologia Social*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- 127- WACQUANT, Loic. (2001), “Da América como utopia às avessas”, in P. Bourdieu (coord.), *Miséria do Mundo*, 4ª ed. Petrópolis, Vozes.
- 128- WEBER, Max. (2006), *Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo, Martin Claret.
- 129- WILDE, Oscar. (1972), *O Retrato de Dorian Gray*. Rio de Janeiro, Abril Cultural.
- 130- WOLF, Eric. (2003a), “Trabalho de campo e teoria”, in B. Feldman-Bianco & G. Lins Ribeiro (orgs.), *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*, São Paulo, Editora UnB e Editora Unicamp.

- 131- \_\_\_\_\_. (2003b), “Cultura: panacéia ou problema?”, in B. Feldman-Bianco & G. Lins Ribeiro (org.), *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*, São Paulo, Editora UnB e Editora Unicamp.
- 132- \_\_\_\_\_. (2003c), “Encarando o poder: velhos e novos insights”, in B. Feldman-Bianco & G. Lins Ribeiro (org.), *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*, São Paulo, Editora UnB e Editora Unicamp.